



Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: A Experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco



Autor

Carlos Magno de Medeiros Moraes

Tutora y co-tutor

Marta Soler Montiel y David Pérez Neira

Baeza, Novembro de 2018

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE ANDALUCÍA

Sede Antonio Machado

UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA

Córdoba

UNIVERSIDAD PABLO OLAVIDE

Sevilla

**MÁSTER UNIVERSITÁRIO EN AGROECOLOGÍA: UN ENFOQUE
PARA LA SUSTENTABILIDAD RURAL**

Curso 2016-2017

**MULHERES RURAIS, ATER E AGROECOLOGIA: A EXPERIÊNCIA
DA ESCOLA FEMINISTA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Por

Carlos Magno de Medeiros Morais

Tutora

Marta Soler Montiel

Co-Tutor

David Pérez Neira

Baeza, Novembro de 2018

AUTORIZACIÓN Y VISTO BUENO PARA PRESENTACIÓN DE TFM

Nombre del alumno: **Carlos Magno de Medeiros Morais**

Título del TFM: Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: A Experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco

Resumen

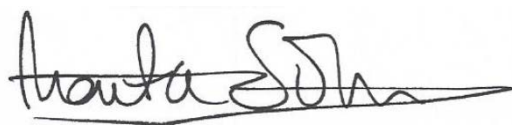
La presente investigación analiza los cambios en los hábitos y percepciones de las mujeres campesinas y rurales asesoradas por el Centro Sabiá (Pernambuco, Brasil) a partir de políticas de asistencia técnica y extensión rural. Dentro de este contexto, y a partir de metodologías de investigación cualitativa, se analiza los discursos de mujeres campesinas que asistieron a la “Escuela de Formación Feminista” comprender los cambios acaecidos sobre las equidad de género, la producción, el consumo y el acceso a los mercados desde un enfoque de agroecología feminista. Los resultados muestran como la Escuela feminista ayudó a coger conciencia sobre las desigualdades de género que sufren las mujeres, así como otros desafíos productivos y de comercialización. En el trabajo, además de cumplir dichos objetivos, se plantean nuevos interrogantes y líneas de investigación futura.

Palabras claves: mujeres rurales, agroecología, feminismo, equidad de género, extensión, análisis cualitativo

A la vista del texto final del TFM presentado por Carlos Magno de Medeiros Morais, con título “Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: A Experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco”, damos el visto bueno a su presentación y defensa ante el tribunal correspondiente al cumplir los criterios suficientes de calidad em su contenido y forma

Para que conste y surjan los efectos oportunos, firmamos en Sevilla y León a 26 de noviembre de 2018

Marta Soler Montiel



David Pérez Neira



Agradecimentos

Tenho muitas pessoas a quem agradecer por estar escrevendo isto agora, este trabalho não é meu, ele pertence a muita gente que apenas me deixaram escrever. Vou nomear as pessoas correndo o risco de deixar alguém de fora, mas a vida é assim, cheia de riscos mesmo.

Antes de tudo, agradeço primeiramente a minha família primogênita, a meus pais(Dadinho e Glorinha) que mesmo sentindo minha falta pelas ausências sempre me apoiaram, eles sabem o quanto de amor tenho por eles e as minhas duas irmãs(Rayssa e Verlândia) que amo muito. Nesta família de mulheres fortes foi onde eu aprendi desde criança os valores que carrego até hoje de respeito e de justiça.

Agradeço imensamente a cada agricultora que abriu sua casa para me receber com tanta alegria e que me contou um pouquinho de suas histórias, confesso a todas vocês, que eu sou outra pessoa depois destes meses dedicados a entender as suas histórias e sobretudo refletir sobre a minha.

Agradeço a equipe do Centro Sabiá que sempre me apoiou nesta caminhada difícil que é fazer um mestrado ao mesmo tempo que trabalhamos, em especial a equipe do Agreste que me apoiou na coleta dos dados e na busca de documentos das agricultoras. A todas vocês meu muito obrigado.

Agradeço a minha companheira de luta e de amor Catarina de Angola, que tem me ensinado o sentido da “começaço e da terminaço”, com muito carinho, mas sobretudo tem mantido diálogos muito importantes para que eu possa entender o sentido verdadeiro de trabalhar com mulheres.

Agradeço a “linda família” que constituímos (Catarina e eu) com Jèssica e Erik desde Baeza até o Brasil, consolidando esta casa Recife-Semiárido-Catalunya-Valenciana, obrigado pelos cuidados que vocês tiveram comigo nestes momentos finais da escrita que foram muito importantes para mim.

A todas amigas e amigos que durante o ano de 2016, se juntaram a mim para colaborar na campanha para que eu pudesse cursar o mestrado em baeza e me confiaram isto, a todas vocês, digo de coração, seria impossível estar escrevendo isto hoje sem vocês. Muito obrigado!

Agradecimento mais que especial a Marta Soler e David Pèrez, por me ajudarem na construção deste TFM, sempre muito cuidadosos e atenciosos para que eu pudesse compreender e seguir adiante.

E por último agradecer ao MMTR-NE, que tão generosamente nos brindou com a vivência desta experiência desenvolvidas pelas mulheres agricultoras do movimento, transbordando assim para a vida de mulheres que dificilmente teriam esta oportunidade da experiência da tomada da consciência e da retomada da liberdade em suas vidas. A Vera e Gabi, com as quais mantive contatos por todos estes anos, meu muito obrigado.

“Uma planta não pode estar livre de veneno e suja com sangue das mulheres”¹

¹ Frase contida numa carta – denúncia, lida no I Encontro Potiguar de Agroecologia em 2006 na cidade Mossoró no Rio Grande do Norte

Resumo

Esta investigação objetiva compreender mudanças na vida de mulheres agricultoras nos campos da equidade de gênero, produção e consumo de alimentos, acesso a mercados e apontar estratégias de trabalho com mulheres rurais para organizações mistas. A amostra é composta por 12 agricultoras que integraram a Escola Feminista no âmbito da chamada de ATER em agroecologia entre 2014 e 2017, numa parceria do Centro Sabiá e do MMTR-NE, no Agreste de Pernambuco. A metodologia é desenvolvida a partir de técnicas qualitativas, utilizando a entrevista semiestruturada e a análise documental. Os resultados indicam a eficácia da estratégia para a superação e tomada de consciência sobre a desigualdade de gênero, revelando desafios estruturantes na produção e no acesso ao mercado pelas mulheres, ao mesmo tempo que aponta a necessidade das organizações mistas refletirem sobre sua ação específica com mulheres rurais e fazerem as adequações político e sócio-metodológicas necessárias.

Palavras chave: Mulheres rurais, ATER, feminismo rural, agroecologia e semiárido;

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo comprender cambios en la vida de mujeres agricultoras en los campos de la equidad de género, producción y consumo de alimentos, acceso a mercados y sugerir estrategias de trabajo con mujeres rurales para organizaciones mixtas. La muestra está compuesta por 12 agricultoras que integraron la Escuela Feminista en el marco de la llamada de ATER en agroecología entre 2014 y 2017, en una colaboración entre el Centro Sabiá y el MMTR-NE, en el Agreste de Pernambuco. La metodología está desarrollada a partir de técnicas cualitativas, mediante la entrevista semiestructurada y el análisis documental. Los resultados indican la eficacia de la estrategia para la superación y toma de conciencia en torno a la desigualdad de género, revelando desafíos estructurales en la producción y el acceso al mercado por parte de las mujeres, al tiempo que constatan la necesidad de que las organizaciones mixtas reflexionen sobre su acción específica con las mujeres rurales y hagan las adecuaciones políticas y socio-metodológicas necesarias.

Palabras clave: Mujeres rurales, ATER, feminismo rural, agroecología y semi-árido.

Abstract

This research aims to understand changes in the lives of women farmers in the fields of gender equity, food production and consumption, access to market and also to identify strategies for mixed-sex organizations in order to work together with rural women. The sample is made up of 12 female farmers who joined the Feminist School within the framework of the ATER call in agroecology between 2014 and 2017, in a partnership between Centro Sabiá and MMTR-NE in the Agreste of Pernambuco. The methodology is developed using qualitative techniques, semistructured interviews and documentar analysis. The results reveal effectiveness of strategies aimed to overcome and raise awareness about gender inequality, revealing structural challenges in production and market access by women, while urging mixed-sex organizations to reflect on their specific action plan with women and to make the necessary political and socio-methodological adjustments.

Key words: Rural women, ATER, rural feminism, agroecology and semiarid region.

Lista de Figuras

Figura 1 Mapa de atuação da Chamada de ATER com recortes para escola feminista e amostra de entrevistadas.....	15
Figura 2 Gráfico com total de mulheres por município e faixa etária.....	16
Figura 3 Gráfico com número total de mulheres selecionadas por município e pela amostra.....	17
Figura 4 - Matriz de códigos das entrevistas transcritas	21
Figura 5 Presença dos objetivos por entrevistas a partir e cores	22
Figura 6 - Esquema das três dimensões da agroecologia	25
Figura 7 - Mapas do Brasil e do Nordeste com destaque para o semiárido	36
Figura 8 - Cisterna de Placas de 16.000L (primeira água).....	38
Figura 9 - Cisterna de Placas de 52.000L calçadão (segunda água).....	39
Figura 10 - Pernambuco, com destaque para os municípios onde ocorrem ações do Centro Sabiá e no detalhe com a chamada de ATER Agroecologia entre 2014 e 2017 no Agreste.	40
Figura 11 - Primeiro módulo da escola feminista.....	49
Figura 12 - Segundo módulo da escola feminista.....	50
Figura 13 - Terceiro módulo da escola feminista.....	51
Figura 14 - Quarto módulo da escola feminista.....	51
Figura 15 - Marcha na cidade de Caruaru no seminário final.....	52
Figura 16 - Área da cozinha onde uma das entrevistadas prepara os alimentos da família	57
Figura 17 - Dias trabalhados por homens e mulheres durante o ano em famílias em transição agroecológica e famílias tradicionais.....	59
Figura 18 - Números gerais da violência contra mulheres no Brasil	61
Figura 19 - Quintal de produção de uma das mulheres com a menor área.....	66
Figura 20 - Secagem de feijão com métodos muito antigos.....	70
Figura 21 - Chuvas em milímetros dos últimos 40 anos na região do Agreste.....	74
Figura 22 - Produção de jerimum colhida para venda ao PNAE por uma das mulheres	79
Figura 23 - Número de técnicos e técnicas de campo do Centro Sabiá entre 2008 e 2016	82

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Grupos e Faixa etária das mulheres selecionadas	16
Tabela 2 - Perfil básico das entrevistadas	19
Tabela 3 - Objetivos de análise separado por grupo de cores	21
Tabela 4 - Informações gerais sobre a Chamada de ATER Agroecologia no Centro Sabiá	44
Tabela 5 - Síntese de todas as atividades executadas pelo Centro Sabiá entre 2014 e 2017 no lote 36 do Agreste.	46
Tabela 6 - Datas, local e temas dos módulos da Escola Feminista	50
Tabela 7 - Área das agricultora e respectiva produção vegetal.....	68
Tabela 8 - Principais produtos comercializados, canais de venda e outras rendas	76

Sumário

1. INTRODUÇÃO: MOTIVAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	10
1.1 MOTIVAÇÃO.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA	11
1.3 OBJETIVO GERAL.....	13
1.3.1 <i>Objetivos Específicos</i>	13
2. METODOLOGIA	13
2.1 CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PREVIAS	13
2.2 APROXIMAÇÃO AO OBJETO E TEMA A SER ESTUDADO	14
2.2.1 <i>Pesquisa bibliográfica</i>	14
2.2.2 <i>Análise documental</i>	15
2.2.3 <i>Análise qualitativa baseada em entrevistas com uma amostra representativa de mulheres</i>	15
2.2.4 <i>Guia de entrevista</i>	17
2.2.5 <i>Trabalho de campo</i>	18
2.2.6 <i>Análise dos dados e construção dos principais resultados da investigação</i>	19
2.3 LIMITES DO TRABALHO DE CAMPO.....	23
3. MARCO TEÓRICO	23
3.1 AGROECOLOGIA: UM ENFOQUE, MÚLTIPLAS PERCEPÇÕES.....	24
3.2 ECOFEMINISMOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA POLÍTICA	28
3.3 AS MULHERES RURAIS E SEUS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL	29
3.4 “SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA”	35
4. CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO-TERRITORIAL	36
4.1 SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	36
4.1.1 <i>Quando a Política pública é construída localmente: A Articulação Semiárido Brasileiro - ASA</i>	37
4.1.2 <i>Para além de Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido</i>	38
4.2 O CENTRO SABIÁ.....	39
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	41
4.4 CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO AGRESTE DE PERNAMBUCO	43
4.5 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA FEMINISTA NA FORMAÇÃO DE MULHERES RURAIS	48
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
5.1 APRENDIZADOS E LIÇÕES DA ESCOLA FEMINISTA	53
5.1.1 <i>Empoderamento e luta pela liberdade</i>	54
5.1.3 <i>Divisão Sexual do Trabalho “Trabalho de homem e trabalho de mulher”</i>	56
5.1.4 <i>Violência Doméstica e Familiar</i>	60
5.1.5 <i>Auto-organização e participação política das mulheres</i>	64
5.2 PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO SEMIÁRIDO.....	65
5.2.1 <i>Biodiversidade Cultivada e Práticas agroecológicas</i>	67
5.2.2 <i>Saúde e Hábitos Alimentares</i>	70
5.2.3 <i>As Mulheres e a Água no Semiárido</i>	72
5.3 ACESSO A MERCADOS E GERAÇÃO DE RENDA	75
5.3.1 <i>Estratégias de Acesso a Mercados</i>	75
5.3.2 <i>Gestão de recursos e autonomia econômica das mulheres</i>	79
5.4 APRENDIZADOS PARA UMA ACESSORIA EMANCIPADORA PARA AS MULHERES.....	81
5.4.1 <i>Assessoras ou Assessores, existe diferença?</i>	81
5.4.1 <i>Apoio as mulheres com Crianças</i>	84
5.4.2 <i>Recomendações Gerais ao Centro Sabiá</i>	85
6. CONCLUSÕES	87
7. POSSIBILIDADE DE NOVAS INVESTIGAÇÕES	90
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
9. ANEXOS	96
9.1 GUIA DE ENTREVISTAS	96
9.2 TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98
9.3 PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DA ESCOLA FEMINISTA.....	99

1. Introdução: Motivação, justificativa e objetivos

1.1 Motivação

Este trabalho está centrado em compreender as mudanças e avaliações que as mulheres rurais assessoradas pelo Centro Sabiá através da política de ATER Agroecologia entre 2014 e 2017 fazem das dimensões de equidade de gênero, produção e consumo e acesso a mercados e por último apontar recomendações para o Centro Sabiá, no desafio que é assessorar especificamente mulheres rurais e em uma organização mista.

A sistematização e organização dos conhecimentos gerados no trabalho cotidiano é uma tarefa bastante difícil, o ritmo diário as vezes não permite fazê-lo. Esta investigação busca romper esta dinâmica do trefismo e sistematizar de forma mais organizada o conhecimento e resultados a cerca de uma experiência no âmbito da execução de uma política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Este trabalho foi focado nos resultados gerados pelas mulheres e na replicação da Escola Feminista, uma metodologia desenvolvida pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR/NE em parceria com outras organizações feministas e que entre 2014 e 2017, foi experimentada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá². Uma organização não governamental sem fins lucrativos onde exerço a função de coordenador técnico-pedagógico, responsável direto pela condução metodológica desta instituição que em 2018 completou 25 anos.

Coloco a serviço deste trabalho minha vivência pessoal como filho de camponeses que viveu no campo até a idade adulta e profissional ao longo destes anos lidando com camponesas e camponeses jovens e adultos, na tentativa de construção de sistemas de produção mais resilientes que conduzam a soberania alimentar e sobretudo para a superação das desigualdades não somente aquelas que vemos explicitamente, das desigualdades produzidas pela concentração de renda, pelo próprio estado ou pela sua ausência consciente. Mas, também aquelas produzidas em cada agrupação familiar, em cada comunidade ou território, o que Foucault (2008, p. 85) chama de microfísica do poder e exemplifica na frase abaixo do livro de mesmo nome.

“o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”

O sentido que ele nos faz refletir é que o poder pode se expressar de uma forma muito particular e muitas vezes são exercidos sem que nós percebamos, ou pelo menos alguns de nós, o patriarcado estruturante na sociedade moderna

² Doravante será chamado de Centro Sabiá ou simplesmente Sabiá, página web: www.centro-sabia.org.br

faz com que homens e mulheres naturalizem a opressão e reproduzam as desigualdades, mesmo que só haja benefícios para os primeiros. Neste sentido o feminismo como movimento político que denuncia e luta para romper este modelo de sociedade patriarcal que se utilizam dos corpos e do trabalho das mulheres para a manutenção “harmônica” deste sistema de opressão.

1.2 Justificativa

Esta investigação foi desenvolvida no estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, mas precisamente no território do Agreste, uma região semiárida do estado onde é marcada fortemente pela presença da agricultura familiar camponesa, com áreas muito pequenas de produção onde a agricultura é marcada pela presença da multifuncionalidade, característica muito comum da produção camponesa (Toledo, 1993).

A maioria das políticas públicas de apoio à agricultura familiar sempre foram muito generalistas, entendendo sempre o núcleo familiar como algo coeso e sem necessidade específicas, o que gera naturalmente uma grande disputa e invisibilidade de alguns sujeitos, sobretudo os jovens e as mulheres, pela natureza patriarcal de nossa sociedade (Nobre et al, 2014). Em se tratando da ATER, foi apenas em 2004 com a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, que ficou explícito esta diferenciação.

“Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (Brasil, 2004b, p. 8).

No entanto, foi apenas em 2013 a partir das pressões políticas exercidas pela Marcha das Margaridas³ desde 2011 que teve como lema “ Desenvolvimento Sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade” e também pelas redes e organizações do movimento agroecológico no Brasil que reivindicava que todo o público de ATER precisava obedecer a paridade de gênero, ou seja 50% do público atendidas pela ATER ser composta de mulheres. Foi neste cenário que a partir da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO se formula a Chamada pública de ATER em Agroecologia, neste contexto muitas organizações do campo agroecológico concorrem e são vencedoras desta convocatória e passam a atender famílias em vários territórios espalhados pelo Brasil, aqui é onde se insere o Sabiá, porque passou a assessorar três territórios no estado de Pernambuco e atendeu aproximadamente 3.000 famílias, sendo 60% destas chefiadas por mulheres entre os anos de 2014 e 2017.

Pois bem, este é o contexto que se insere o trabalho de investigação, mais especificamente no território do Agreste, que será um olhar cuidadoso para as mulheres camponesas, a partir de sua participação ativa na *Escola Feminista* num determinado período de tempo, revelando também como elas percebem

³ A Marcha das Margaridas leva o nome de Margarida Maria Alves, uma trabalhadora rural assassinada no estado da Paraíba e hoje a marcha faz parte da agenda permanente do Movimento Sindical Rural, dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil. Até 2015 foram realizadas 5 marchas, reunindo milhares de mulheres em Brasília.

mudanças no seu cotidiano através de sua participação na *Escola Feminista*, assim como no conjunto das atividades propostas pelo Centro Sabiá no âmbito da ATER.

A *Escola Feminista* como método já foi testado pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE e é parte da estratégia da formação de mulheres pelas organizações feministas, e no MMTR/NE, como explica Vieira (2017) na sua dissertação de mestrado, tem resultados muito importantes na produção do conhecimentos para forjar a ideia do feminismo rural. No entanto esta foi a primeira vez que foi aplicada em parceria com uma organização mista que foi o Centro Sabiá, ou seja, que não tem na centralidade de seu trabalho a equidade de gênero e o feminismo, mesmo que seja parte de seus valores, isto é, há algo novo que esta investigação pode nos revelar sobre esta construção.

Com relação a ATER, há muitas lacunas na avaliação efetiva destas políticas e dos resultados delas efetivamente, apesar destas políticas terem sido frutos da organização e luta das mulheres, há muita ausência de enfoque de gênero feminista nas metodologias para o desenvolvimento da ATER, porque as organizações mistas não desenvolveram estas expertises e sim as organizações de mulheres, então se faz necessário esta aliança para buscar as ferramentas, metodologias e instrumentos capazes de nos ajudar a desenvolver uma ATER com mulheres na qual elas tomem consciência de sua condição como sujeito, para a conversão agroecológica de seus sistemas de produção e consumo, mas também para entendermos os limites destes sistemas. para compreensão melhor do acesso ao mercado pelas mulheres e também é urgente a necessidade de que as organizações mistas façam uma autocritica sobre seus métodos e sua prática na assessoria a mulheres rurais.

Esta investigação toma como enfoque a agroecologia e o feminismo como forma de abordagem, entendo a agroecologia nas suas múltiplas dimensões (Sevilla Guzmán, 2006) e o feminismo como uma teoria crítica e um movimento social (Siliprandi, 2015), acreditamos que estes dois enfoques trabalhados juntos tem a capacidade de revelar leituras da realidades muito pertinentes.

1.3 Objetivo Geral

Compreender os processos de transformação na vida de mulheres agricultoras do Agreste de Pernambuco que integraram a “Escola Feminista” na Chamada Pública de ATER Agroecologia, executada pelo Centro Sabiá entre 2014 e 2017.

1.3.1 Objetivos Específicos

1. Conhecer as mudanças provocadas pela Escola Feminista na vida das mulheres assessoradas pelo Centro Sabiá em relação as questões de gênero;

2. Perceber se houve mudanças na produção e no consumo de alimentos pelas mulheres estudadas, assim como os principais desafios para a produção de alimentos no semiárido;

3. Identificar os principais canais de comercialização, os desafios na geração de renda e as estratégias de gestão econômica desenvolvidas pelas mulheres;

4. Observar as principais recomendações feitas pelas mulheres ao Centro Sabiá no assessoramento específico a mulheres agricultoras;

2. Metodologia

2.1 Considerações Epistemológicas Previas

A metodologia constitui uma etapa fundamental na organização do trabalho de investigação, pois ela minuciosamente percorre todo o itinerário do trabalho desde o momento quando se tem clareza do objeto do estudo, ela ordena as etapas da investigação para a produção de um conhecimento científico devidamente comprovado a partir de métodos e técnicas adequadas a cada tipo diferente de investigação. A trajetória pelo qual se busca o conhecimento científico deve ser direcionado por procedimentos técnicos e metodológicos bem definidos visando fornecer subsídios necessários na busca de um resultado provável ou improvável para a hipótese pesquisada, além de auxiliar na detecção de erros e na tomada de decisão do investigador (Silva Garcia, 2015). Este trabalho segue o método de investigação social, a partir da tentativa de compreensão da realidade utilizando lentes interpretativas que buscam entender a rede de significados da própria realidade vivida que tem como precursor o sociólogo alemão Max Weber, que em contraposição as lentes positivistas que enrijecem o tecido social, criando leis e modelos de análises menos complexos e mais dedutivos (Navarro Yáñez & Ramírez Pérez, 2001).

É muito importante ressaltar que este trabalho é incompleto, imperfeito e limitado, porque nenhuma teoria, método de análise ou discurso é suficiente para compreender em sua totalidade uma realidade tão diversa e rica, com todo seu dinamismo individual e coletivo e com toda a riqueza de significados. Ao mesmo tempo a investigação não buscou se afastar da realidade para compreende-la

melhor, pois entendemos que o “ajuste das lentes” pode nos fazer se aproximar muito da realidade sem necessariamente não a enxergar como ela é.

Navarro Yáñez e Ramírez Pérez (2001) nos alertam que apesar da ciência clássica definir o método científico isento de valores e condicionantes morais e que os procedimentos podem ser utilizados por outros para constatar que chegariam as mesmas conclusões, há muitas discordâncias porque a própria investigação científica é feita por pessoas, que sentem e se emocionam, que estão carregados de valores e histórias e muitas vezes estão financiados por interesses privados. Aprofundando este tema, Minayo (2002, p. 14) lembra Lévi-Strauss que dizia que “ numa ciência que o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação” e ela complementa dizendo que a ciência veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e efeitos teóricos e técnicos ultrapassam as intenções de seu desenvolvimento.

2.2 Aproximação ao objeto e tema a ser estudado

Este trabalho foi desenvolvido em três fases diferentes, sendo a *primeira fase uma aproximação ao objeto a ser estudado e também ao tema*, onde foi definido a amostra e as metodologias a serem utilizadas de forma mais precisa, assim como a definição do roteiro de entrevista e preparação do trabalho de campo. A *segunda fase foi o trabalho de campo* propriamente dito, onde foram recolhidos os dados a partir de duas estratégias diferentes e por último a *terceira fase que foi análise dos dados e construção dos principais resultados da investigação*. A investigação busca fazer uma análise para entender se houveram mudanças num determinado grupo estudado a partir da participação na Escola Feminista no âmbito da chamada de ATER agroecologia executado pelo Centro Sabiá entre 2014 e 2017. No entanto, ter estes resultados exigiu pensar passos anteriores que foram:

2.2.1 Pesquisa bibliográfica

Buscamos outros trabalhos científicos que já abordaram temas relacionados aos objetivos de análise propostos acima, capazes de fornecer dados atuais e relevantes, esta coleção de materiais deu suporte para a construção do marco teórico e a construção do instrumental.

“A finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223).

2.2.2 Análise documental

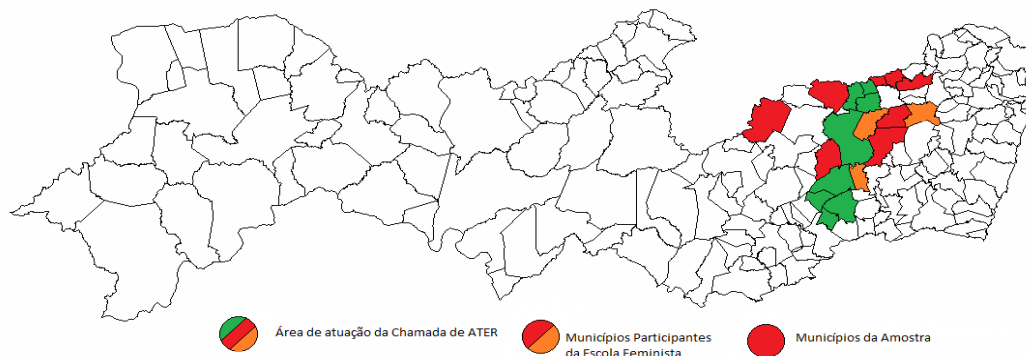
Fizemos estas análises a partir de três fontes diferentes como aponta Marconi & Lakatos (2003), que são: *Arquivos públicos*, a partir dos documentos oficiais do Governo Federal como a PNATER, PNAPO, Relatórios das conferências de ATER, lei de ATER, entre outras. *Arquivos particulares*: O grupo a ser pesquisado já fazem parte da dinâmica de trabalho do Centro Sabiá, existem para cada pessoa, que faz parte do projeto, fichas com caracterizações e informações sócio econômicas, assim também como os dados da própria execução da política pública, com o número de mulheres e homens atendidas, relatórios institucionais, fotografia e listas de presença, mas também analisamos documentos de outras organizações e plataformas que trabalham com os temas estudados. E por último, *fontes estatísticas* que foram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com relação municípios nos quais estavam localizadas as entrevistadas.

2.2.3 Análise qualitativa baseada em entrevistas com uma amostra representativa de mulheres

A análise qualitativa baseada na interpretação de informações organizadas a partir de instrumentos pré-definidos, é utilizada para revelar leituras da realidade que necessariamente não são feitas pela análise qualitativa, que é extremamente importante, mas tem limitações para compreensão de uma realidade concreta e complexa. Minayo (2012) sustenta a hipótese que uma análise qualitativa fidedigna precisa conter os termos estruturantes da investigação qualitativa que são os verbos: Compreender e interpretar; E os substantivos: Experiência, vivência, senso comum e ação social.

A amostra que fizemos é do tipo estrutural qualitativa, considerando que queremos conhecer mais a fundo a representações discursivas com relação aos objetivos propostos. Não estamos considerando para a seleção da amostra o número total de mulheres selecionadas pela ATER Agroecologia, mas apenas as que participaram da Escola Feminista.

Figura 1 Mapa de atuação da Chamada de ATER com recortes para escola feminista e amostra de entrevistadas.



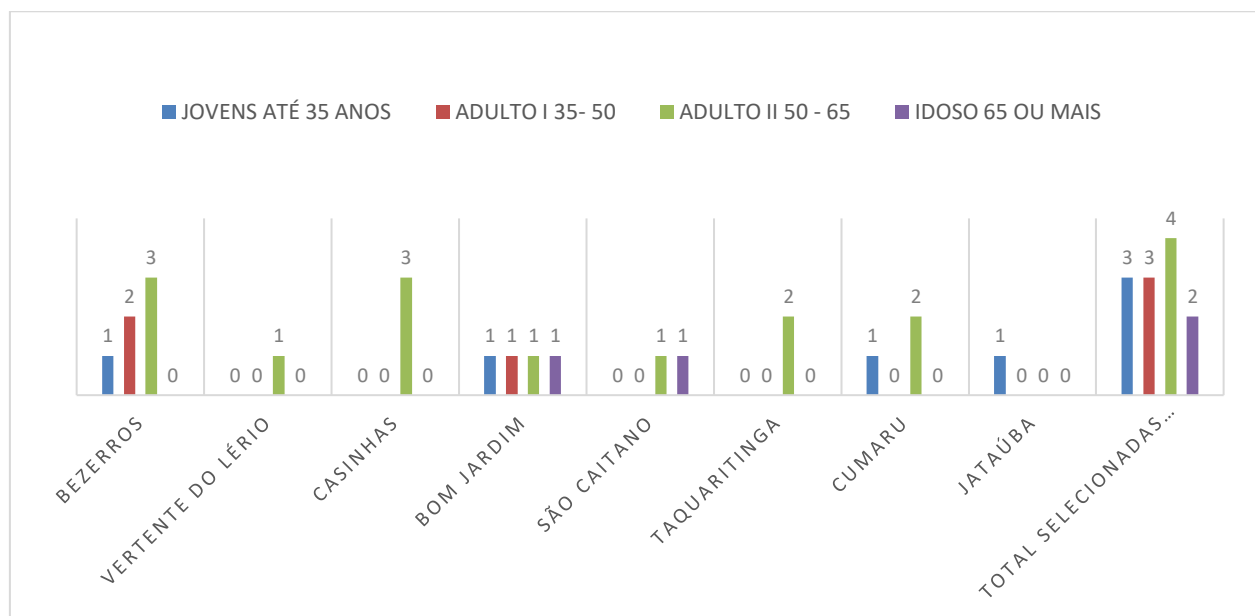
Para a amostra foram levantados os registros da participação de todas as mulheres na atividade e chegamos ao registro de 39 mulheres que participaram,

ou seja este foi o primeiro critério, no entanto estabelecemos um segundo critério que foi consideramos para a amostra somente aquelas que tiveram 50% ou mais de participação nos módulos de formação da escola, que reduziu o número de 39 para 22, um terceiro critério foi garantir que o máximo de municípios estivessem representados, mesmo se neste município só tivesse uma pessoa, esta já seria escolhida automaticamente, no total foram oito municípios diferentes de 11 ao total que participaram da escola, e por último propomos uma divisão equitativa por faixa etária, para garantir uma heterogeneidade nos discursos pela percepção das realidades e experiências distintas. Os critérios têm uma ordem de prioridade a ser aplicados do primeiro ao quarto. A divisão das faixas estruturou-se da seguinte forma:

Tabela 1 - Grupos e Faixa etária das mulheres selecionadas

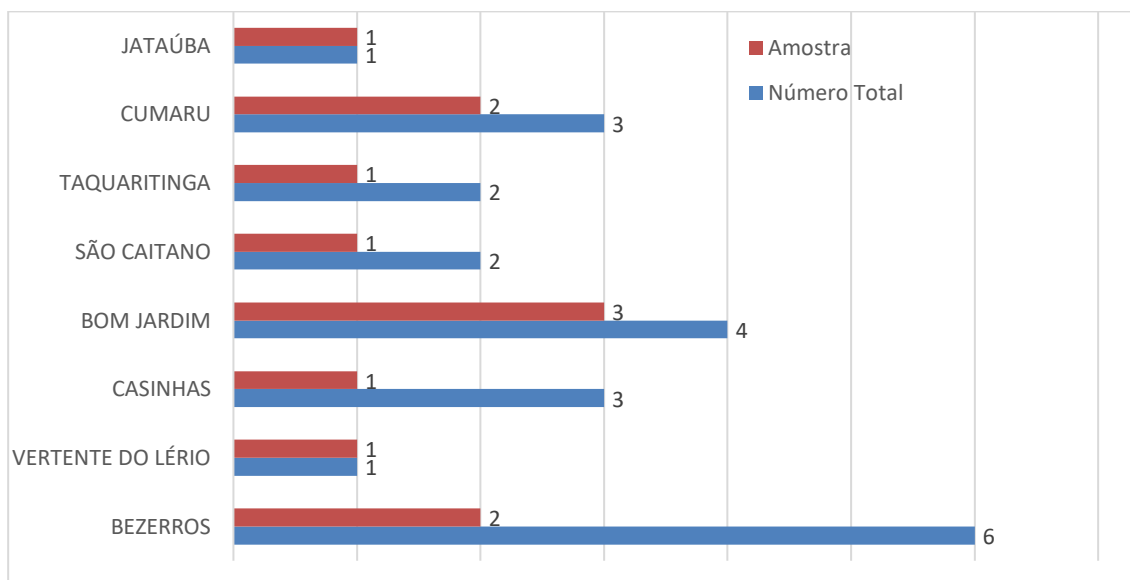
Grupo	Faixas	Idades	Total de mulheres	de Amostra
G1	Jovens	Até 35 anos	4	3
G2	Adultas I	De 36 a 50 anos	3	3
G3	Adultas II	De 51 a 65 anos	13	4
G4	Idosas	Maiores de 65 anos	2	2
	Total		22	12

Figura 2 Gráfico com total de mulheres por município e faixa etária



Achamos razoável que todos os municípios depois de aplicados os dois primeiros critérios estivessem presentes na amostra e que todas as faixas etárias estivessem representadas, o resultado deste cruzamento foi a seguinte amostra.

Figura 3 Gráfico com número total de mulheres selecionadas por município e pela amostra.



Do ponto de vista da representatividade dos municípios da amostra (08) com relação ao número total de município que participaram da Escola Feminista (11), temos mais de 70% dos representação dos municípios. No entanto se eu levo em consideração o público total participante e a amostra, temos 30% de representatividade e se levar em consideração somente as que tem frequência de 50% ou mais aí a representatividade vai para 54%. Mesmo a análise sendo qualitativa, este número são apenas para demonstrar a representatividade da amostra.

2.2.4 Guia de entrevista

O guia de entrevistas semiestruturadas⁴ foi elaborado a partir dos objetivos específicos, fazendo um desmembramento em perguntas diretas sobre temas específicos para auxiliar o entrevistador no momento da entrevista, todas estas perguntas estão relacionadas a resultados esperados e por último conectado as perguntas amplas e gerais que de fato compõem o guia de perguntas que foi feito as entrevistadas, de forma mais aberta para deixarem elas falarem mais livremente e o entrevistador com o papel de conduzir a conversa e não deixar escapar nenhum tema importante.

O guia de entrevista se divide em 5 blocos diferentes, o primeiro é um bloco introdutório para quebrar o gelo e perguntas mais gerais sobre sua vida na comunidade, a composição familiar, a ocupação principal, o tamanho da área de produção entre outras perguntas mais gerais que podem ser feitas neste momento introdutório para ir ganhando a confiança da entrevistada.

O segundo bloco, no nível de importância, seria um dos principais, porque está relacionado as questões de gênero e aos aprendizados na escola feminista,

⁴ Anexo I

este bloco trata da desigualdade de gênero, da divisão sexual do trabalho e também da auto-organização das mulheres e sua autonomia e identidade. O terceiro bloco está relacionado a produção e consumo e as mudanças que poderão ter sido causadas pela assessoria do Centro Sabiá, trata da soberania alimentar, da convivência com o semiárido, as práticas de manejo dentro de seu agroecossistemas e também das mudanças nos hábitos alimentares da família. O quarto bloco tem uma perspectiva da economia na vida das mulheres, no acesso a novos mercados e na consolidação em antigos, observando quem faz a comercialização e quem fica com o dinheiro e entender também a importância da autonomia econômica na vida das mulheres. E o último bloco é uma tentativa de captar no discurso das entrevistadas alguma sugestão de mudança na assessoria do Centro Sabiá feita especialmente para as mulheres agricultoras.

O desenho do guia neste formato *Objetivos* → *Perguntas curtas para ajudar o entrevistador* → *Resultados esperados* → *Perguntas Guia feitas as entrevistadas* foi muito importante para que cada bloco possa se conectar um com outro para poder dar fluidez a entrevista e também para que a entrevista pareça um bate papo

2.2.5 Trabalho de campo

Esta fase aconteceu entre os meses de Agosto e Setembro de 2018, por meio da técnica da pesquisa qualitativa que foi a entrevista semiestruturada. Esta fase foi uma das mais desafiantes no processo de investigação, porque fizemos a opção metodológica de fazer as entrevistas na casa das mulheres entrevistadas, onde estaríamos abertos a perceber toda a problemática da vida das mulheres, com seus filhos, maridos, seus trabalhos, ao mesmo tempo que foi desafiante, estes também foram os momentos mais ricos, Vou transcorrer melhor estas análises nos resultados e conclusões.

As entrevistas transcorreram de forma tranquila, com um média de 60 minutos cada entrevista, com antecedência conseguimos agendar cada entrevista com as mulheres de uma forma que conseguisse, mesmo as entrevistas não sendo tão longas, ficamos uma manhã ou uma tarde com as mulheres, podendo observar e se aproximar e ganhar confiança antes da entrevista. A maioria das entrevistas, as mulheres estavam sozinhas, em poucos casos acompanhadas de filhos pequenos e em algumas entrevistas com presença do marido, que alguns casos tiveram algum tipo de tensão, mas as mulheres, desviaram a entrevista para outro local distante da presença deles. Apenas uma entrevista foi marcada em local que não fosse a casa das próprias mulheres, pois nesta havia relatos da agressividade do marido com a equipe do Centro Sabiá.

Estamos utilizando a pesquisa qualitativa como marco referencial já que ela pode nos fornecer uma visão mais ampla dos significados, utilizando estratégias de investigação intensiva que maximiza os elementos que precisamos recolher informações mesmo que para isso o número de sujeitos que me dão a informação não seja tão grande. Esta estratégia se interessa em conhecer em detalhes as opiniões, as valorações de cada sujeito para poder interpretar e compreender suas motivações (Navarro Yáñez & Ramírez Pérez, 2001). Para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa:

“Responde a questões muito particulares, ela se preocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...]O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números indicadores quantitativos” (Minayo, 2002, p. 22).

Ao mesmo tempo em que utilizo esta técnica qualitativa, temos consciência que estamos fazendo apenas uma aproximação a esta realidade, pois geralmente ela é muito mais complexa do que parece a primeira vista, o que requereria muito tempo de observação participante e diálogo com a equipe técnica que acompanha estas famílias e as técnicas que fizeram a escola feminista junto com estas mulheres, ou seja, o desdobramento desta investigação pode gerar um conjunto de outras hipóteses e possibilidade de estudos mais aprofundados.

2.2.6 Análise dos dados e construção dos principais resultados da investigação

O primeiro trabalho a fazer depois da finalização, foi a montagem um perfil básico das entrevistadas com as principais informações do conjunto da amostra, assim como a formulação de um quadro de identificação de cada entrevistada garantindo assim o sigilo da informação que foi acordado entre o entrevistador e a entrevistada com o termo de livre consentimento⁵ assinado pelos dois.

Tabela 2 - Perfil básico das entrevistadas

CÓDIGO	TAMANHO DA ÁREA	GRUPO FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE⁶	ESTADO CIVIL	COR	PESSOAS MORANDO EM CASA
E001G1	0,04	G1	MÉDIO COMPLETO	CASADA	PARDA	3
E002G3	9,5	G3	FUNDAMENTAL I IMCOMPLETO	VIÚVA	BRANCA	4
E003G3	0,8	G3	FUNDAMENTAL I COMPLETO	CASADA	BRANCA	2
E004G4	2,5	G4	FUNDAMENTAL I COMPLETO	CASADA	PARDA	2
E005G4	1	G4	FUNDAMENTAL II IMCOMPLETO	VIÚVA	PARDA	1
E006G2	0,5	G2	TÉCNICO COMPLETO	CASADA	PARDA	8

⁵ Anexo II

⁶ Os níveis educacionais no Brasil estão divididos da seguinte forma: Fundamental I: do 1º ao 5º ano; Fundamental II: do 6º ao 9º ano; Ensino Médio: 1º ao 3º ano do ensino médio (depois de completar o fundamental II) e Ensino Técnico: Curso profissionalizante depois do Ensino Fundamental II e Ensino Superior.

E007G1	0,5	G1	MÉDIO COM- PLETO	CASADA	BRANCA	4
E008G1	30	G1	FUNDAMENTAL I COMPLETO	CASADA	PRETA	4
E009G3	0,6	G3	FUNDAMENTAL I IMCOMPLETO	CASADA	BRANCA	4
E010G2	0,6	G2	FUNDAMENTAL I IMCOMPLETO	SEPADA	BRANCA	3
E011G2	5	G2	FUNDAMENTAL I IMCOMPLETO	CASADA	PRETA	5
E012G3	0,3	G3	ANALFABETA	CASADA	BRANCA	2

Os códigos de identificação de cada entrevistadas foram gerados a partir da junção da letra “E” de entrevista, do número sequencial da entrevista e do grupo da faixa etária da qual pertence (até 35 anos G1, de 35 a 50 anos G2, 50 a 65 anos G3 e mais que 65 anos G4) por exemplo a entrevistada número 005, tinha 66 anos, logo o código dela é E005G4. Um aspecto que chama atenção é que no Brasil para se identificar as pessoas negras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, lançou uma estratégia das pessoas poderem se identificar como “parda”, é uma cor inexistente, mas para uma sociedade onde o racismo foi estruturante, ninguém quer se identificar como preto, as pessoas tem sempre a relação com a cor preta como algo negativo e por isso que pardos são considerados pretos. Na amostra, as pretas e pardas representam metade da amostra, então neste caso estou falando de um grupo ainda mais vulnerável que são mulheres negras.

A transcrição das 12 entrevistas ocorreu no mês de outubro, gerando um conjunto de informações muito grande que foram todas transferidas a um programa de análises qualitativa chamado MAXQDA 2018 (versão 18.1.1). Foram estabelecidos 22 códigos para categorizar as entrevistas de acordo com objetivos de análises, ao todo foram feitos 613 recortes nas entrevistas e categorizado dentro destes 22 códigos. Abaixo podemos observar um quadro de matriz dos códigos gerado pelo próprio sistema que nos ajuda a perceber quais os códigos que mais tiveram entradas.

Figura 4 - Matriz de códigos das entrevistas transcritas

Lista de Códigos	E001G1	E002G3	E003G3	E004G4	E005G4	E006G2	E007G1	E008G1	E009G3	E010G2	E011G2	E012G3	SOMA
OE4 - RECOMENDAÇÕES AO CENTRO SABIÁ													8
Outras recomendações													31
Suporte para os filhos nas atividades													7
Assessoria de Homens x Mulheres													14
OE3 - RENDA E AUTONOMIA ECONÔMICA													0
Gestão dos Recursos pelas Mulheres													22
Resistências na Comercialização													3
Autonomia Econômica-Financeira das Mulheres													33
Estratégias de Comercialização de Produtos													45
Melhoria da renda a partir das ações diretas do Centro Sabiá													4
OE2 - PRODUÇÃO E CONSUMO													0
Outras Mudanças Não Esperadas													3
Beneficiamento da Produção													10
Resistências as Mudanças no Agroecossistema													11
Saúde e Plantas Medicinais													31
Mudanças nos Hábitos Alimentares													33
Práticas Agroecológicas x Insumos químicos													35
Convivência com o Semiárido													47
Biodiversidade cultivada e Soberania alimentar													55
OE1 - EQUIDADE DE GÊNERO/ESCOLA FEMINISTA													43
Cuidados													17
Construção de Identidade e Liberdades													34
Violência Doméstica e Doenças													29
Auto-organização e Participação Política													33
Resistências à participação													16
Divisão Sexual do trabalho													49
Σ SOMA	74	73	49	43	46	58	62	48	36	37	38	49	613

Depois deste primeiro exercício, demos pesos diferentes aos melhores recortes que explicitavam de forma direta os resultados e selecionamos 317, como ainda tínhamos muitos, fizemos mais uma seleção proporcional de acordo com o número de recortes para cada código e ficamos 112 citações distribuídas entre os 4 objetivos de análises diferentes.

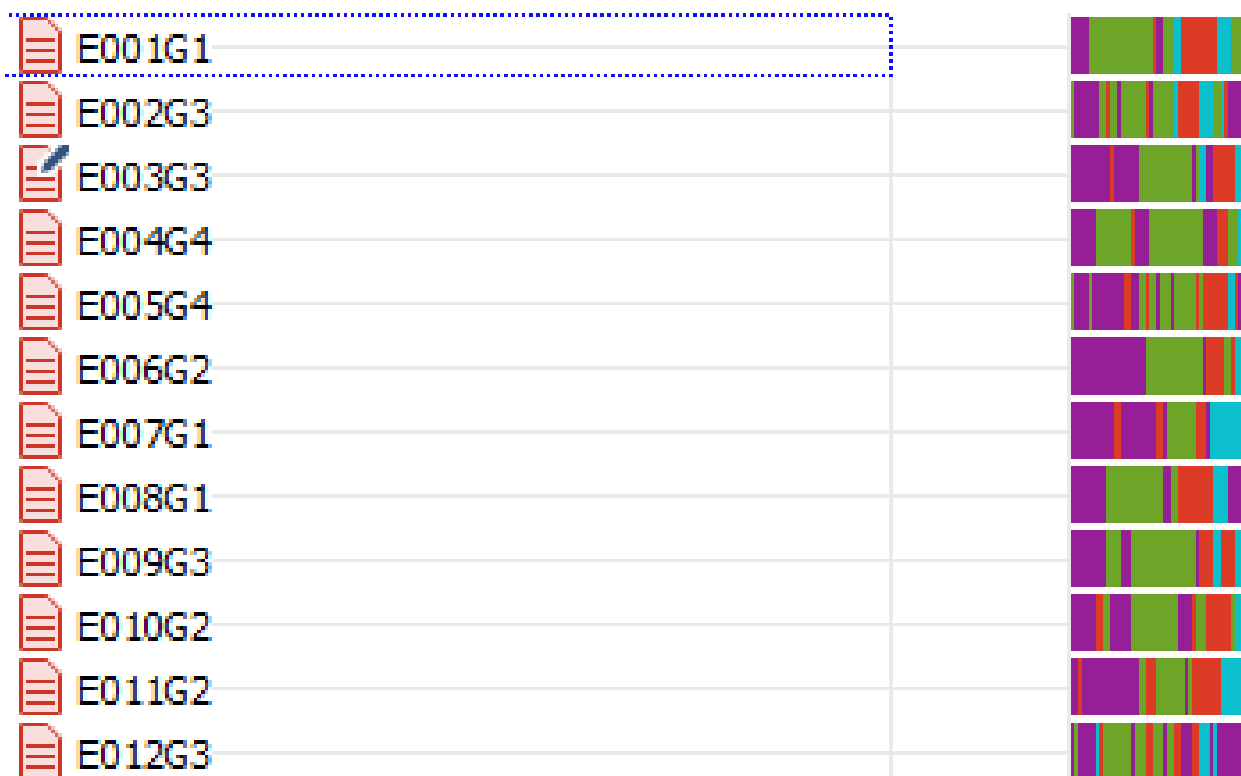
Para todos os objetivos de análise foram atribuídas cores que facilitaram a identificação dos códigos e posteriormente saber quais entrevistas alguns temas saiam com mais facilidade, na figura 5 um exemplo das entrevistas e uma representação visual da presença dos objetivos na fala das agricultoras, as cores são as mesmas que aparecem no quadro abaixo.

Tabela 3 - Objetivos de análise separado por grupo de cores

Objetivos de análise	Cores
1. Conhecer as mudanças provocadas pela Escola Feminista na vida das mulheres assessoradas pelo Centro Sabiá em relação as questões de gênero;	
2. Perceber se houve mudanças na produção e no consumo de alimentos pelas mulheres estudadas, assim como os principais desafios para a produção de alimentos no semiárido	
3. Identificar os principais canais de comercialização, os desafios na geração de renda e as estratégias de gestão econômica desenvolvidas pelas mulheres;	
4. Observar as principais recomendações feitas pelas mulheres ao Centro Sabiá no assessoramento específico a mulheres agricultoras;	

A figura 5 a frente demonstra a presença dos objetivos no decorrer de cada entrevista, então a partir das cores podemos perceber o quanto alguns temas ganham mais importância em alguma entrevistas e outro não, ou também ajuda a analisar o quanto alguns temas são recorrentes durante a entrevista, mesmo quando estava se perguntando por outro tema, como é o caso do objetivo 1, que está presente muitas vezes durante as entrevistas, mesmo sendo planejado para estar no primeiro bloco de perguntas.

Figura 5 Presença dos objetivos por entrevistas a partir e cores



Além desta análise pelo MAXQDA, foram também feitas:

- Leitura e recuperação das informações mais importantes das entrevistas e relaciona-las com o marco teórico e os resultados esperados;
- Revisão de fontes bibliográfica e buscar outras que se revelaram necessárias após o conjunto das entrevistas
- Revisão das anotações ao longo do processo de investigação para garantir que todas as informações estejam ordenadas

2.3 Limites do trabalho de campo

Primeiramente antes de falar dos resultados deste bloco, gostaria de fazer duas considerações importantes e que ao meu ver influenciam nos resultados e nas análises aqui propostas neste trabalho. A primeira é que o observador/entrevistador, que sou eu, esteve vivendo no território de atuação onde ocorreu as entrevistas nos últimos 7 anos, na função de coordenador local do Centro Sabiá e acompanhei todo este processo da chamada de ATER agroecologia, a construção da escola feminista neste âmbito, o que significa dizer que das 12 mulheres entrevistadas eu conheço com uma certa proximidade 7 delas e por este motivo e sobretudo por elas saberem que eu sou parte da organização que montou estas atividades e com uma função de direção, não sei o quanto as mulheres foram honestas comigo para falar algo que fosse negativo com relação a escola feminista e a Chamada de ATER Agroecologia como um todo, mas enfrentando estas contradições acredito que podemos inferir algumas percepções e conselhos com relação a este conjunto de informações coletadas.

A outra consideração é o fato de eu ser homem, pois tenho clareza que minha condição como homem estabelece uma barreira para alguns temas, como por exemplo violência doméstica, que neste caso não houve perguntas diretas, mas, mesmo assim as mulheres falaram a respeito, como deixa escapar *“Eita que eu tô falando pra um homem também, mas o meu é cabeça dura, viu?”* (E009G3). Outro fator associado é que escolhi a casa das mulheres para fazer as entrevistas, ou seja, o lugar onde elas vivem com suas famílias, e pude experimentar algumas situações de constrangimento com a presença do marido que insistia em participar da entrevista, porque percebi que os maridos entendiam que se ali estava um homem eles precisam participar da conversa, mas de forma sutil conseguimos afasta-lo um pouco para concluirmos as entrevistas e as mulheres eram as primeira a sentir a tensão e sugerir alguma mudança no local da entrevista para afastar o marido, apenas uma das mulheres não teve sua entrevista feita em sua casa, pois a equipe técnica disse que o marido não queria os técnicos do Centro Sabiá por lá e neste caso eu não arrisquei e a convidei para um espaço mais neutro na cidade.

3. Marco Teórico

Este trabalho baseia-se num enfoque agroecológico e feminista, tentando alinhar estes dois temas distintos, mas complementares, este capítulo é a tentativa da construção de uma narrativa teórica para ajudar a compreender melhor cada um destes temas e suas relações na vida concreta das experiências vividas pelas mulheres, assim como ajudando a fundamentar as análises dos resultados e conclusões desta investigação.

3.1 Agroecologia: Um enfoque, múltiplas percepções.

A agroecologia como disciplina científica que estuda os agroecossistemas e suas relações possui uma tradição muito consolidada a partir de todos os aportes de estudiosos reconhecidos em todo o mundo, como por exemplo Stephen Gliessman (1998, 2006, 2014) que ao longo da trilogia de livros que escreveu, é possível perceber uma evolução do conceito da transição agroecológica, que para ele em 1998 eram basicamente três os níveis de transformação dos agroecossistemas, começando pela diminuição dos insumos químicos, avançando até a substituição destes por insumos e práticas ecológicas e finalizando com o redesenho dos agroecossistemas tornando-os mais eficientes ecologicamente. Em 2006 com a segunda edição de seu livro ele percebe que todas estas mudanças não são suficientes a nível de propriedade, porque os camponeses depois de fazer tudo isto não conseguiam vender a sua produção e elabora um quarto nível que trata da conexão entre agricultores/as e consumidores/as a partir de novos canais alternativos e diretos, depois em 2014 na última edição de seu livro ele agrega o quinto e último nível que é a construção de um novo sistema agroalimentar global, baseado na equidade, na participação e na justiça. Em entrevista⁷ ao autor em 2017 ele fala da importância desta evolução.

“Estas mudanças foram partes do desenvolvimento do enfoque agroecológico, a princípio estávamos um pouquinho mais focado na propriedade, depois percebemos que se vamos mudar a situação do campo, também teremos que melhorar a vida de quem está no campo, desenvolvendo relações mais diretas dos que produzem para os que consomem, depois de haver experimentado isto e pensado, eu me dei conta que a mudança precisa ser maior que acessar o mercado, a mudança na realidade é social, de paradigma, de pensamento, de crenças, de política e por isto fui ampliando estes níveis de transformação e agora em realidade estou a ponto de pensar que o número cinco deveria ser o número um” (Gliessman, 2017).

Para Miguel Altieri (1989) A agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, e procura fazer sua sistematização e validação de forma que este possa ser (re) aplicado em novas bases científicas. Além disto, na medida em que expressa em seus princípios, que para sua prática é necessário um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza.

Eduardo Sevilla (2006, p. 208–213) faz uma categorização da agroecologia a partir de dimensões, para ele existem três dimensões distintas, a primeira é a *ecológica e técnico-agronômica* que relacionada ao estudo dos agroecossistemas, quando um ecossistema natura sofre um processo de antropização

⁷ Entrevista concedida ao autor no mês de fevereiro de 2017 na Cidade de Baeza na Espanha em função do Máster en Agroecologia pelas universidades Internacional de Andaluzia, Pablo Olavide e Córdoba. A entrevista ainda não foi publicada.

para que se possa acessar os recursos naturais para a garantia da vida. Uma segunda dimensão é a *socioeconômica e cultural*, como explica Sevilla Gúzman.

“Sin embargo, junto a la apropiación correcta de la naturaleza, la Agroecología persigue elevar el nivel de vida dentro de los sistemas sociales logrando además, una mayor equidad. Aparece, de esta forma, la dimensión socioeconómica y cultural de la Agroecología, como estrategia de desarrollo para obtener un mayor grado de bienestar de la población a través de estrategias participativas” (Sevilla Guzmán, 2006, p. 207)

Ainda dentro desta perspectiva Eduardo enumera algumas características que ele considera importantes para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável rural com base na agroecologia são elas: Integralidade, harmonia e equilíbrio, autonomia de gestão e controle, minimização das externalidades negativas nas ações produtivas, manutenção e maximização dos circuitos curtos e utilização dos conhecimentos locais vinculados aos sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais.

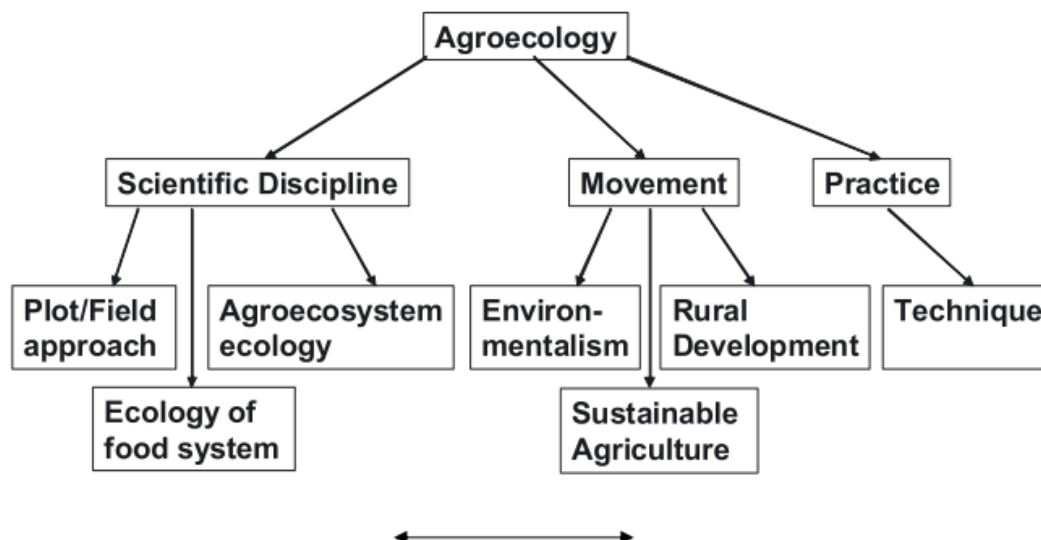
E por último e não menos importante a dimensão *sociopolítica* que busca construir através de um enfoque pluriepistemológico fazer uma crítica ao pensamento científico buscando outras formas de conhecimento para enfrentar a crise civilizatória na sociedade contemporânea.

“En este sentido puede afirmarse que toda intervención agroecológica, que no consigue disminuir las desigualdades sociales del grupo social en que trabajamos, no satisface los requisitos de la Agroecología, ya que para ésta los sistemas de estratificación social desequilibrados constituyen una enfermedad ecosistémica” (Sevilla Guzmán, 2006, p. 208).

Neste sentido o enfoque agroecológico aportado por Sevilla Gúzman (2006) aparece também como uma resposta a lógica do neoliberalismo e da globalização da economia e financeirização das relações rompendo com os paradigmas da ciência convencional cuja crise epistemológica está aos poucos dando lugar a uma nova forma de compreensão da realidade de caráter mais sistêmico, participativo e político.

Mais recentemente outros autores introduziram novas perspectivas na compreensão da agroecologia como Wezel et al. (2009) que trouxe a agroecologia como ciência, movimento e prática, destacando o caminho histórico na construção da agroecologia e indicando que cada país ou região vai dando corpo a partir das condições objetivas e organizações sociais internas, destacando a América Latina e mais precisamente o Brasil no qual foi um dos casos de seu estudo como um exemplo da agroecologia que nasce fortemente pela vertente do movimento social e da luta pela soberania alimentar pelas organizações camponesas e de assessoria que vão gerando mudanças gradativas nas estruturas burocráticas do estado, até sua institucionalização como foi a incorporação da agroecologia na ATER pública pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através da PNATER. (Wezel et al., 2009, p. 5)

Figura 6 - Esquema das três dimensões da agroecologia



Fonte:(Wezel et al., 2009, p. 3)

Paulo Petersen (2013) destaca que um dos principais fatores na criação do movimento agroecológico no Brasil foi a acumulação de experiências locais espalhadas por todo o Brasil e organizadas por redes locais e regionais de inovação, que teve sua culminância em 2001 com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e no ano posterior no I Encontro Nacional de Agroecologia – ENA.

“En este proceso, el encuentro entre las prácticas sociales basadas en la agroecología con la teoría agroecológica demostró ser un elemento esencial en la construcción e intensificación de las fuerzas sociales alrededor de un proyecto capaz de transformar la agricultura brasileña” (Petersen et al, 2013, p. 3).

Méndez et al. (2013) no seu artigo intitulado *Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach* define o enfoque agroecológico para transformação do sistema agroalimentar a partir da transdisciplinaridade, do diálogo de saberes, da ação participativa. Muitas destas questões naturalmente ao longo dos últimos anos vem sendo praticadas na América Latina, pelos movimentos sociais, ONGs, acadêmicos, no entanto o autor com este artigo quer difundir em espaços acadêmicos pelo mundo a ideia de que não existe apenas uma forma de pensar a agroecologia, e sim que existe “agroecologias” e muitas vezes estão em disputa. No entanto, há dois tipos, muito claramente abordadas neste artigo, uma que está a serviço de mudanças estruturais no sistema agroalimentar, vinculados as vertentes sócio-políticas, que tem como polos importantes a América Latina e Andaluzia na Espanha, que tem compromisso com os povos, comunidades tradicionais e suas cosmovisões e o campesinato de forma geral. E outra agroecologia muito mais ligado as ciências naturais e ao desenvolvimento da pesquisa científica ocidentalizada, com resultados nos processos ecológicos-agronômicos a nível de propriedade (Ernesto Méndez et al., 2013)

Para Hecht (1993) pesquisadora da Universidade da Califórnia o uso mais amplo do termo agroecologia surge na década de 70, mas, a ciência e a prática da agroecologia são tão antigos como a agricultura e descreve três razões para que a ciência agrônoma por tanto tempo não reconhecesse o conhecimento acumulado pelos grupos étnicos locais e as sociedades não-ocidentais que são:

“a) A destruição dos meios de codificação, regulação e transmissão das práticas agrícolas; b) A dramática transformação de muitas sociedades indígenas não-ocidentais e dos sistemas de produção em que se baseavam, como resultado de um colapso demográfico, da escravidão e do colonialismo e de processos de mercado; c) O surgimento da ciência positivista” (Hecht, 1993, p. 5).

Siliprandi (2016) cita Sevilla Gúzman para falar das diferentes teorias que este período trouxe e explicar seus contextos e desdobramentos.

“Todas estas concepções teóricas se desenvolveram paralelamente às lutas sociais rurais em curso em diferentes países, naquele período, que questionavam a validade das propostas da Revolução Verde. Em várias regiões do mundo, homens e mulheres do campo (agricultores pobres, assalariados rurais e sem-terra) organizavam-se para exigir o acesso à terra por meio de reformas agrárias; em outras, comunidades camponesas e indígenas resistiam à desestruturação das suas economias, baseadas na produção familiar, provocada pelo avanço da modernização. Grupos de agricultores e agricultoras implantavam experiências alternativas de produção e de comercialização de seus produtos, tendo como princípios a recuperação ambiental e processos coletivos de organização. Os teóricos da agroecologia desenvolveram as suas pesquisas em estreita colaboração com esses atores sociais, o que marcou, desde o início, os temas estudados, os objetivos e os métodos de análise dessas novas teorias” (Sevilla Guzmán 2005, apud Siliprandi, 2016, p. 83).

As muitas teorias vão construindo uma narrativa em torno da agroecologia e algumas delas trazendo uma crítica sobre a existência das desigualdades de gênero, que precisam ser superadas e considerados nos programas de formação e de intervenções baseados na agroecologia. No entanto, Siliprandi (2016) nos alerta que não há um aprofundamento devido sobre esta problemática pelas teorias, que muitas vezes não fazem a leitura sobre as relações de poder no meio rural, sobre quem determina a posse dos meios de produção, a tomada de decisão no núcleo familiar entre outros, a autora considera essencial para qualquer intervenção desta natureza tomar em conta estas problemáticas.

“Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura” (Siliprandi, 2016, p. 97).

3.2 Ecofeminismos e sua contribuição para a agroecologia política

Nas últimas décadas do século passado houve uma aproximação entre as teorias do feminismo e do ecologismo, sobretudo dentro do período chamado “segunda onda” do feminismo, para Puleo (2017, p. 42) por uma conjunção de fatores de ordem social e intelectual, entre eles um artigo em 1972 da antropóloga Sherry Ortner, onde evidenciava empiricamente que existia no imaginário das culturas humanas uma associação que relacionava as mulheres e a natureza, outro fator também era o interesse de algumas estudiosas feministas por temas da ecologia e por último o debate sobre o controle populacional no mundo e os direitos reprodutivos das mulheres. De acordo com Siliprandi (2016, p. 47) parte dos ecologistas defendiam a diminuição das taxas de crescimento populacional para se adequar a capacidade do planeta, muito baseados nas teorias neomalthusianas⁸, enquanto para as ecofeministas, a questão seria a mudança nos sistemas de produção e consumo, mas que se garantisse o domínio dos corpos das mulheres e o direito a reprodução às próprias mulheres.

“O trabalho de Rachel Carson, pela sua obra Silent Spring (1962), ocupa um lugar central no pensamento ecofeminista, o trabalho que advertia aos perigos da indústria química que no pós guerra ganhou força nos Estados Unidos, infelizmente a própria autora foi acometida de um câncer e se definiu como vítima da guerra contra a natureza capitaneada pela agricultura industrial. Após sua morte teve todo o reconhecimento do pioneirismo que foi levar as pessoas a pensarem que o avanço tecnológico nem sempre está a favor da sociedade” (Puleo, 2017).

Naturalmente o próprio ecofeminismo tem suas complexidades de matrizes e de natureza filosófica e se subdivide em algumas categorias como a essencialista que acredita que a partir de condições biológicas pela maternidade todas as mulheres seriam portadoras de certas características mais afetivas, dos cuidados, da docilidade. No entanto esta corrente sofre críticas pela homogeneização dos comportamentos humanos de forma a-histórica e também por aceitar a existência de características ditas “femininas”, reforçando o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado (Siliprandi, 2016).

“Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele” (Siliprandi, 2016, p. 69).

Existem outras correntes ecofeministas como a *espiritualista* derivada do feminismo cultural que tem como uma das mais importantes interlocutoras a indiana Vanda Shiva que propõe o estudo da marginalização material e simbólica

⁸ Teoria geográfica, social e demográfica que considera o crescimento populacional das classes mais pobres como um problema para a qualidade de vida

das mulheres camponesas do terceiro mundo com os pressupostos da cosmologia hindu. Na América Latina a corrente espiritualista tem a teóloga Ivone Gebara brasileira como representante, esta corrente no Brasil coloca a proteção da vida em outra perspectiva: de justiça social, ambiental, racial e de gênero (Siliprandi, 2016).

Em contraposição ao ecofeminismo *essencialista e espiritualista* algumas autoras no início dos anos 90 começaram a construir a teoria do *ecofeminismo crítico/construtivo* um dos nomes mais importantes foi Val Plumwood que elaborou este pensamento a partir da lógica da dominação dos seres humanos e da natureza. Ela utilizou a afirmativa de que o pensamento ocidental se caracteriza por uma concepção da natureza humana situada absolutamente fora do âmbito da natureza, o que faz com que seres humanos se coloquem acima da natureza e esta lógica extrapola a relação humanidade-natureza e se reproduz na relação de gênero entre homens e mulheres, sobretudo quando é atribuída a natureza a categoria feminina (Siliprandi, 2016).

Mais tarde Puleo elabora a teoria do “ecofeminismo ilustrado” onde toma como base comum dos outros ecofeminismos o ecologismo, no entanto resgatando princípios históricos do feminismo, dos movimentos por ecojustiça e sustentabilidade. Reivindicando a herança do iluminismo que mesmo com toda a crítica feita pelo feminismo foi quem deu possibilidade do nascimento do feminismo moderno. Esta proposta reconhece o sujeito político “mulher” como possibilidade de superação do patriarcado (Siliprandi, 2016).

“Este ecofeminismo biocêntrico que apela al sentido de lo sagrado aplicado a la Naturaleza es, a mi juicio, altamente problemático para el feminismo. Por ello, he propuesto un ecofeminismo de raíz ilustrada basado en el principio de la calidad de la vida, lo cual permite rechazar la hybris tecnocientífica favorecida por la globalización neoliberal sin renunciar a los beneficios de la ciencia y de la técnica cuando se cumple el principio de precaución y se atiende a la dignidad, al bienestar y a la disminución del sufrimiento” (Puleo, 2017, p. 7).

3.3 As mulheres rurais e seus desafios na construção da agroecologia no Brasil

Os processos pelos quais a agroecologia foi construída no Brasil, está intimamente relacionado com a resistência de organizações e movimentos sociais ao processo de “modernização da agricultura” que se deu a partir da década de 50 no Brasil, com a valorização de um modelo hegemônico baseado no latifúndio e na monocultura para exportação, substituindo (mesmo que discursivamente) com o apoio do estado o antigo e atrasado camponês pelo novo e moderno produtor rural (Ferreira & Mattos, 2016; Nobre et al., 2014).

Este nascimento da agroecologia baseado neste processo de resistência dos(das) camponeses(as) frente a um modelo de exploração da natureza já confere um caráter emancipatório da perspectiva agroecológica, no entanto isto não foi capaz com toda a força que tinha de emancipar todos os sujeitos envolvidos,

como as mulheres, que na maioria das vezes continuam invisíveis (Ferreira & Mattos, 2016).

“...a invisibilidade do trabalho da mulher é antes de tudo uma questão política. Os “silêncios” sobre as mulheres estão a requerer outra matriz de análise, que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho produtivo, em articulação com a questão da diversidade social, como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia. O debate continua em aberto” (Pacheco, 1997, p. 38).

Para Paulilo (2016, p. 18) na década de 70 está invisibilidade das mulheres agricultoras era inclusive comum também nos estudos feministas, ela relata que tais estudos eram direcionados para mulheres urbanas, operárias e moradoras das favelas e muitas vezes as agricultoras eram alvo apenas de estudos sobre família rural e comunidades rurais, mas nunca como sujeitos. Segundo a autora esta postura não era natural e estava projetada através da convicção do desaparecimento da agricultura familiar pela “proletarização do campo” ou pela “penetração do capitalismo no campo” que tinham como principais teóricos Lenin e Kautsky. A autora afirma que esta ideia foi sendo frustrada aos poucos no início da década de 90 com o fortalecimento do termo “agricultura familiar” e pela luta das mulheres rurais desde os anos 80 para serem reconhecidas como “trabalhadoras rurais”.

Quando falamos de invisibilidade das mulheres, precisamos nos aprofundar um pouco mais para entender que como disse Paulilo, a invisibilidade das mulheres rurais é muito maior que a das urbanas, pois muitas delas até pouco tempo atrás nem existiam perante o estado brasileiro porque não tinham documentos, foi o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR do Ministério do Desenvolvimento Agrário que documentou e registrou muitas mulheres em muitas localidades no Brasil, sobretudo as mais isoladas, fazendo com que elas pudessem acessar outras políticas como saúde, educação, combate a violência entre outros. Este programa é fruto das reivindicações da Marcha das Margaridas (Ferreira, 2015). Marli (2008) fala desta invisibilidade no espaço produtivo que é socialmente construídos pelo patriarcado.

“é preciso internalizar a necessidade de promover processos de construção de sujeitos políticos e econômicos para transformar a realidade de invisibilidade, exclusão e violência nesse espaço produtivo” (Almeida, 2008, p. 20).

Célia (2008) reforça este argumento quando relata o desabafo de agricultoras na Paraíba que afirmam que quando eram visitadas por alguns técnicos mesmo desenvolvendo as mesmas tarefas que os homens, os técnicos sempre chegavam procurando os seus maridos e que nunca eram convidadas para participar das atividades de formação técnica.

Entender toda esta engrenagem de opressão e desigualdade entre homens e mulheres faz-se necessário uma leitura crítica sobre a construção das relações sociais de gênero, ou seja, a relação social entre homens e mulheres,

que na nossa sociedade baseie-se na concentração do poder e na valorização dos homens e dos seus “fazeres” em detrimento das mulheres. Os indicadores sociais demonstram isto de maneira muito clara por exemplo quando mostra os postos de poder ocupados pelos homens e mulheres, os espaços políticos ocupados por eles, o nível salarial, os trabalhos desempenhados, a responsabilização pelo trabalho doméstico, a dominação do corpo da mulher e o controle da reprodução biológica e da sexualidade, as normas de conduta, entre muitos outros (Silva, 2008). Para outras autoras o feminismo não apenas como teoria, mas como movimento social tem papel importante na superação do patriarcado.

“El feminismo puede ser visto, al mismo tiempo, como una teoría crítica y como un movimiento social que se dedica a desvelar los mecanismos de coacción estructural responsables de la histórica subordinación de las mujeres por los hombres. Esos mecanismos serán descritos como un sistema sexo-género, también llamado patriarcado, presente en la gran mayoría de las sociedades conocidas y que se sustenta sobre raíces materiales, pero también ideológicas y simbólicas, perpetuando la creencia de que las diferencias biológicas entre hombres y mujeres justificarían las desigualdades sociales” (Siliprandi, 2015, p. 281).

Na agricultura *familiar* como o próprio nome revela, o núcleo central de intervenção é a família, no entanto não é uma estrutura uniforme, cada um tem seus interesses e as disputas acontecem a todo momento, ou seja, mesmo tendo claro que não há um modelo perfeito de família, o patriarcado construiu historicamente esta ideia que está muito bem assentada no senso comum, para Silva (2008, p. 125) intervir na família a partir de paradigma da agroecologia é necessário uma metodologia que não negue os conflitos e que fortaleça os sujeitos para enfrenta-los. Já para Miriam et al. (2012)

“O modelo de família no capitalismo é uma idealização e um mito. Parte do princípio de que os homens são os provedores e as mulheres são as reprodutoras. É um mito porque o capitalismo não pode prescindir do trabalho produtivo das mulheres. Mesmo nas famílias em que não há salário das mulheres, bens e serviços são produzidos para suprir as necessidades” (Nobre et al, 2014, p. 5).

As mulheres participam desta instituição(família), nelas colocam seu trabalho cotidianamente até a exaustão, são invisibilizadas, não tem terra, não tem uma presença pública, algumas vezes não tem nem documentos, são violentadas e ainda precisam falar da maravilha que é ter uma família e ser mãe. Oliveira Silva (2018, p. 105) no estudo que faz sobre as representações sociais de mulheres no boletim o candeeiro da Articulação do semiárido brasileiro conclui que as mulheres são na maioria das vezes, quando retratadas neste instrumento de comunicação descritas como esposas e mães, mesmo quando elas estão desenvolvendo atividades produtivas nos agroecossistemas, esta conclusão é reforçada por Siliprandi (2015).

“La invisibilidad del trabajo de las mujeres en la agricultura familiar está vinculada a las formas en que se organiza la división sexual del trabajo y se reparte el poder en esa forma de producción en que la jefatura familiar y de la unidad productiva es socialmente otorgada al hombre. Aunque la mujer trabaje efectivamente en el conjunto de actividades de la agricultura familiar: preparación del suelo, plantío, cosecha, crianza de los animales, entre otras (incluyendo la transformación de productos y la artesanía), solamente son reconocidas y con estatus inferior, aquellas actividades consideradas extensión de su papel de esposa y madre (preparación de los alimentos, cuidados de los hijos e hijas, etc.)” (Siliprandi, 2015, p. 283).

Soler Montiel e Pérez Neira (2013) em seu artigo fazem uma relação do androcentrismo e o etnocentrismo ocidental e colonialista para a desvalorização e a invisibilização dos trabalhos reprodutivos.

“Cocinar, hacer la compra, elegir las comidas cuidando la diversidad de la dieta y el equilibrio nutricional, alimentar son tareas “femeninas” fundamentales para el sostenimiento de la vida, despreciadas por la mirada occidental. En la división generalizada del trabajo patriarcal, sólo el trabajo remunerado en el mercado se concibe como realmente “productivo” y se adscribe prioritariamente a los hombres que pueden tener acceso al mismo mientras las mujeres se hacen responsables mayoritariamente de los trabajos invisibilizados, considerados “improductivos” (Pérez Neira & Soler Montiel, 2013, p. 102)

Outro aspecto bastante importante e que precisam ser enfatizado neste marco teórico, é a divisão do sexual do trabalho que se estrutura a partir da lógica do pensamento sexista, onde há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, a partir dessa lógica do pensamento a divisão sexual do trabalho é organizado de forma desigual no dia a dia de homens e mulheres em todo o mundo, seja no campo ou seja na cidade. Na maioria das vezes os trabalhos realizados por homens são os trabalhos produtivos ou seja que geram renda monetária e os trabalhos feito pelas mulheres são os trabalhos reprodutivos ou os trabalhos de cuidados, como cuidar da casa, preparar a comida, cuidar das crianças, no entanto todos nós sabemos que este trabalho é essencial para a vida humana e que não haveria possibilidade de trabalhos produtivos sem o trabalho reprodutivo (Medeiros & Oliveira, 2008).

No entanto na maioria das vezes as mulheres agricultoras acabam assumindo também as tarefas produtivas dentro de suas áreas, como cuidar do roçado, dos animais, acumulando muitas vezes jornadas duplas e triplas de trabalho, porque na maioria das vezes o trabalho reprodutivo não é compartilhado com os seus maridos (Medeiros & Oliveira, 2008). Estas atividades são tidas como uma extensão natural do caráter biológico das mulheres, portanto, nada menos que uma obrigação moral.

O que podemos evidenciar é que a divisão sexual do trabalho é um construto social estratégico de uma aliança entre o capitalismo e o patriarcado que atinge diretamente a vida das mulheres. No entanto Kailo (2015) revela mais um ponto de vista que responsabiliza indiretamente também o marxismo por esta construção.

“Pero incluso las teorías ecosocialistas ven como periférico y marginal tanto a las mujeres como a este trabajo no pagado. Marx, que inspira el materialismo histórico y social es, sin embargo, culpable de no haber percibido el carácter construido de la división sexual del trabajo y de haber aceptado la categorización burguesa de que trabajo es únicamente el trabajo asalariado” (Kailo, 2015, p. 379).

Fruto também desta desigualdade social que conseqüentemente causa uma grande depreciação econômica das mulheres, o feminismo elabora uma corrente de pensamento denominada de “economia feminista”, se reafirma no campo teoria econômica, a partir da crítica à não-incorporação das mulheres, de seu trabalho e de sua ação econômica pela economia, mas também em contraposição a sociedade de mercado, e na América Latina é uma ferramenta de análise sobre a realidade econômica das mulheres e também para a proposição de alternativas ao modelo dominante.

O feminismo expõe a relação entre produção e reprodução criticando a visão que reduz a economia à economia mercantil (Nobre et al., 2012).

“O espaço privado e as nossas relações pessoais também são políticas e o trabalho doméstico e de cuidados do cotidiano é também economia. O mesmo se dá na agricultura: o trabalho das mulheres nas hortas, quintais e na criação de animais não é reconhecido” (Nobre et al., 2014, p. 11).

Outras autoras estudando o Sertão do Pajeú em Pernambuco com mulheres rurais, identificam que a pobreza e a extrema pobreza, fazem com que as mulheres passem a “tolerar” a violência doméstica sofrida gerando um ciclo extremamente danoso a vida das mulheres (Nobre, Souza, & Almeida, 2008, p. 26)

Um Fator importante e que precisamos destacar é a violência doméstica, sofrida pelas mulheres, e neste caso destacamos a violência sofrida pelas agricultoras, revelada de diversas naturezas, como explica a lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, esta violência podendo ser física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial como muito bem está definida no corpo da lei.

“I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem

gem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (Nacional, 2017, p. 10).

Esta lei que não foi uma iniciativa da Câmara, mais sobretudo o esforço e a luta das mulheres organizadas por muitos anos denunciando ano a ano as violências sofridas, por exemplo o nome da lei se refere a Maria da Penha, cearense que sofreu duas tentativas de assassinato pelo seu marido e teve que lutar 19 anos na justiça para que seu marido fosse preso, porque o código penal não previa estes tipos de crime. Apesar desta lei ser bastante completa, a grande crítica que se faz é a falta de compreensão que os “aplicadores” da lei possuem, muitas vezes as mulheres violentadas precisam se humilhar para serem enquadradas neste tipo de lei, porque em muitos casos são os homens que atendem as mulheres nas delegacias (Bueno & Martins Juliana, 2018). E na grande maioria das vezes quando as mulheres procuram uma delegacia já está sofrendo violência física, não é mais os outros tipos de violência.

No entanto, Siliprandi (2015) destaca outros tipos de violência que são comuns de acontecer no âmbito familiar e que muitas vivenciam no seu cotidiano, mas não fazem a leitura que é uma violência.

“violencia que muchas veces no es percibida como tal: la prohibición de ir a una reunión, la falta de espacio en la familia para discutir las cuestiones estratégicas de la producción, la falta de acceso a la gestión de la propiedad, al uso de los recursos comunes (tales como la tierra, los instrumentos de trabajo, los recursos financieros, etc.)” (Siliprandi, 2015, p. 264).

Vieira (2017) também destaca a importância deste feminismo dito “rural” que tem focado suas ações no desmonte de toda e qualquer violência contra as mulheres rurais, entendendo que elas muitas vezes não tem acesso aos meios e formas de denunciar a violência e este feminismo. As mulheres rurais a partir de seu contexto distinto no rural e também outras categorias de mulheres que não se vê necessariamente no feminismo clássico e vão construindo gradativamente categorias que se adequam as suas realidades e identidades diversas

das mulheres e em se tratando do Nordeste algumas autoras já fazem uma crítica a concentração das teorias no eixo do Centro-Sul do país.

“A maioria dos estudos refletem um feminismo que ainda não ultrapassou as fronteiras do eixo São Paulo – Rio de Janeiro e dá leves saltos em Minas Gerais, Santa Catarina, Porto Alegre. E os outros feminismos? Porque permaneceram por tanto tempo invisíveis? Porque no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história?” (Ferreira, 2011, p. 6).

Todos estes aspectos revelam claramente o quanto a necessidade de avançar na construção de outras identidades e de outras leituras da realidade, no entanto sempre com os pés assentados na realidade de cada grupo e de cada sujeito, a partir de suas práticas concretas na construção da agroecologia e do bem viver no rural.

3.4 “Sem Feminismo não há agroecologia”

Foi com esse lema que muitas mulheres auto organizadas a partir do GT de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e outros grupos de mulheres e coletivos desembarcaram em Juazeiro da Bahia em 2013 para participarem do III Encontro Nacional de Agroecologia – III ENA, que tinha como lema *cuidar da terra, alimentar a saúde e cuidar do futuro* que teve 50% de seu público de mulheres, eram mulheres de diversas identidades, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadoras artesanais, ribeirinhas, faxinalenses, agricultoras urbanas, geraizeiras, sertanejas, vazanteiras, quebradeiras de coco, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, seringueiras, entre outras. As mulheres prepararam um boletim que orientavam a participação de todas as mulheres nas diversas oficinas temáticas para garantir o recorte de gênero e a fala das mulheres a partir dos elementos que vinham sendo discutidos a nível nacional.

Estas mulheres comemoravam a conquista que haviam tido de que a ATER tivesse 50% do seu público de mulheres e que 30% dos recursos fossem utilizados exclusivamente com atividades com mulheres (Siliprandi, 2016), ou seja o objeto desta investigação também é fruto desta conquista destas mulheres.

A carta política do III ENA expressa estas conquistas e os desejos destas mulheres reunidas neste histórico encontro.

“fortalecidas nos processos de auto-organização e atuando em diversos movimentos e redes, as mulheres reunidas no III ENA reafirmam o lema “sem feminismo não há agroecologia” por compreenderem que a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política em suas comunidades, bem

como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade” (Articulação Nacional de Agroecologia, 2014, p. 7).

Este lema não passou despercebido, houve críticas sobre as raízes epistemológicas desta afirmação por parte de pesquisadores, mas a força que tem por trás desta afirmação não se poderia voltar atrás nem mais um passo e este lema está impresso não só nos cadernos e nos materiais, mas sobretudo nas subjetividades da construção da agroecologia no Brasil que é feita de experiências concretas de homens e mulheres, mas também é forjada pelo sonho e pelo desejo de justiça.

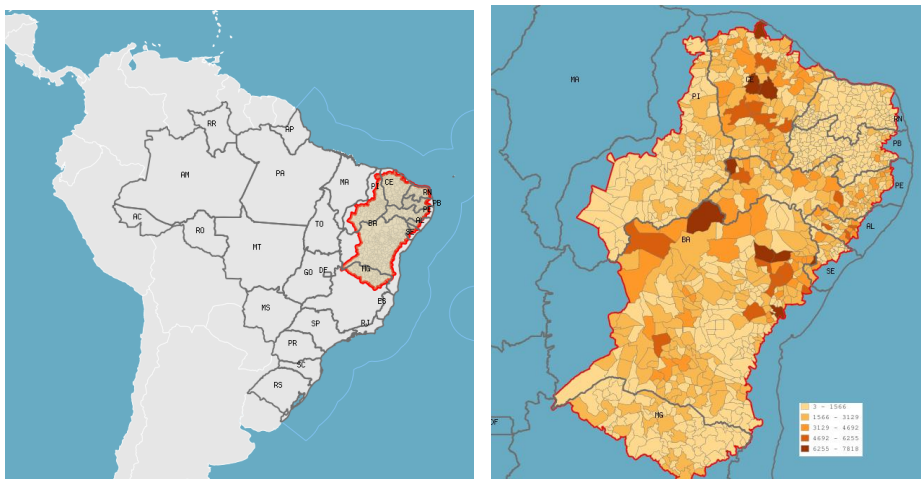
4. Contexto Socio-Político-Territorial

Compreender o contexto no qual se insere esta investigação é fundamental para entender melhor como as mulheres protagonizam suas histórias de vida, assim como também compreender a importância da construção de políticas públicas e a relação com as organizações da sociedade civil no semiárido. Nesta parte vamos tratar de aterrissar a investigação no semiárido, uma região marcada historicamente como “região-problema” do Brasil, assim como entender os processos de mudanças pelos quais passou nas últimas duas décadas, também trataremos de situar brevemente o papel do Centro Sabiá na construção da agroecologia em Pernambuco, compreendendo também o papel das políticas de ATER no território e por último entender como neste âmbito se insere a *Escola Feminista*, uma metodologia de formação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR/NE.

4.1 Semiárido Brasileiro

O Semiárido brasileiro possui uma extensão territorial de 980.133.179 Km², o equivalente aos países Espanha, Portugal, Itália e Áustria juntos. No semiárido estão os nove estados do Nordeste mais o Norte de Minas Gerais. É considerado o maior Semiárido do mundo com uma população de aproximadamente 23 milhões de pessoas. É caracterizado com uma precipitação entre 250 milímetros a 800mm/ano, com chuvas muito irregulares no tempo e no espaço, com uma alta taxa de evapotranspiração, muito maior que a precipitação, causando um fenômeno de “chuvas invisíveis de baixo para cima” Uma área muito heterogênea de paisagens e povos, é a região semiárida de maior densidade demográfica do mundo com 23 hab/Km² (Medeiros et al, 2012).

Figura 7 - Mapas do Brasil e do Nordeste com destaque para o semiárido



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido, 2017

4.1.1 Quando a Política pública é construída localmente: A Articulação Semiárido Brasileiro - ASA

O semiárido brasileiro, sempre nos provoca a muitas reflexões, seja porque historicamente recebeu o estigma de região-problema, ou porque possui características biofísicas muito peculiares no Brasil ou mesmo porque foi berço de grandes processos de revolta social, como o “cangaço”⁹ por exemplo. No entanto há questões de fundo que sempre estiveram relacionadas com o seu desenvolvimento.

As ações estatais nesta região, na grande maioria das vezes, foram construídas sempre de cima para baixo, nunca respeitando suas especificidades climáticas e claro, sempre quando existiram, Campos (2014) afirma que a presença do estado brasileiro nesta região muitas vezes foi inexistente.

Entre as décadas de 70 a 90 as ações de “combate a seca” foram as mais destacadas, com investimentos em grandes obras, sobretudo grandes açudes e polos de irrigação, que na verdade justificava grandes investimentos em construções de represas muitas vezes em propriedade privada de grandes fazendeiros da região. No entanto, a existência de reservatórios na região não significava automaticamente acesso à água. Além do que, ações emergenciais, fortemente embasadas no assistencialismo, sempre se convertiam em mecanismo político para reforçar o mandonismo local, baseado no coronelismo regional, tornando propícia a indústria da seca (Andrade & Cordeiro Neto, 2016).

No início dos anos 80 começam a surgir um conjunto de organizações não governamentais, movimentos sindicais rurais, pastorais de igrejas, que iniciam uma grande movimentação do campo popular no semiárido e sobretudo num sentido de construção de redes e articulação política entre estes sujeitos, surgia em Pernambuco o “Fórum seca” no Rio Grande do Norte o “Forcampo”, e muitos em outros estados. No entanto, há uma culminância na Conferência das Nações

⁹ **Cangaço** foi um fenômeno do banditismo brasileiro ocorrido no [nordeste do país](#) em que os homens do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania causando o desordenamento da rotina dos camponeses. Um dos principais líderes do cangaço foi o "Capitão" Lampião ([Virgulino Ferreira da Silva](#)). Fonte Wikipedia.

Unidas para a Desertificação e combate a seca - COP III, que acontecia na cidade do Recife, em 1999. Num espaço paralelo a conferência estes e outros sujeitos políticos de todo o semiárido, fundam a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, as organizações da sociedade civil ali presentes elaboraram a [Declaração do Semiárido](#), que deu consistência discursiva à convivência com o Semiárido como pressuposto orientador de um projeto para o desenvolvimento sustentável da região (Andrade & Cordeiro Neto, 2016).

O nascimento da ASA como rede regional, que ao longo dos últimos 18 anos acumulam mais de 3.000 organizações (ASA, 2017), conectadas e que influenciou e influencia a construção das políticas públicas na região, não somente incidindo se não executando, demonstrando sua capacidade de não só desenhar uma institucionalidade com a capacidade de favorecer a sustentabilidade agrária como de reorganizar os movimentos sociais e organizações para a implantação e execução desta política, através de incidência em vários níveis (Gonzalez de Molina, 2013).

4.1.2 Para além de Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido

Ao longo deste quase 20 anos de ASA, com os programas de formação e mobilização social para convivência com o semiárido, Um milhão de cisternas (P1MC) e Uma terra e duas águas (P1+2), a ASA já construiu mais de 600.000 cisternas de 16.000L para consumo (Primeira água) e mais de 100.000 Tecnologias de captação de água para produção de alimentos (segunda água), (ASA, 2017). Uma ação que aumenta a capacidade de inovação das famílias agricultoras, porque amplia o acesso a um fator ecológico limitante no semiárido que é a água (Petersen & Silveira, 2017). Além disto, mais recentemente, a ASA construiu e reformou mais de 680 bancos de sementes crioulas espalhados pelo semiárido e também tem construído cisternas nas escolas rurais do semiárido, sobretudo na perspectiva de estimular os processos pedagógicos para a educação contextualizada do semiárido.

Este tecido social, que começa nas comunidades e vai se entrelaçando, é a grande fortaleza desta rede, a mobilização social sempre esteve por detrás de todos os programas executados pela a ASA. Não é construir tecnologias, é construir um projeto de sociedade para o semiárido com o povo do semiárido e organizações como o Centro Sabiá estão nesta construção desde sua fundação, executando programas e incidindo politicamente para que a relação entre governo e sociedade contribua para a superação das práticas de clientelismo que subordinaram historicamente à população as estruturas oligárquicas de poder (Petersen & Silveira, 2016).

Figura 8 - Cisterna de Placas de 16.000L (primeira água)



Fonte: Arquivos ASACom, 2018

Figura 9 - Cisterna de Placas de 52.000L calçadão (segunda água)



Fonte: Arquivos ASACom, 2018

4.2 O Centro Sabiá

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, é uma organização não governamental sem fins lucrativos que foi fundada em 9 de Julho de 1993 na cidade do Recife Estado de Pernambuco. Tem como missão “Plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania”. Neste período o Sabiá ainda não se chamava assim, pois a equipe técnica trabalhava dentro de uma outra organização, o centro Josué de Castro executando um grande projeto a nível nacional chamado projeto tecnolo-

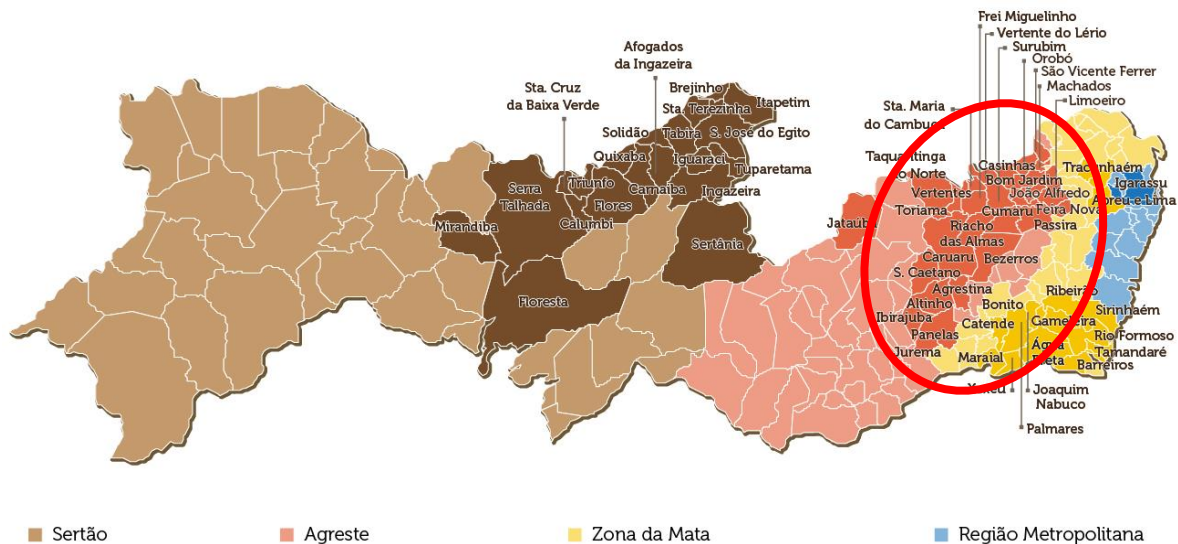
gias alternativas – PTA, que faziam parte de uma rede em todo o Brasil, conhecida como rede PTA que deu origem mais tarde ao movimento agroecológico no Brasil.

A existência do Sabiá integra um processo histórico de mudanças políticas e de paradigmas, e não está somente ancorado nos temas locais, pois constitui uma linha histórica na construção da agroecologia no Brasil. A princípio inserido dentro de um contexto de retomada da democracia na América Latina, pois o Brasil estava recém-saído do processo de redemocratização em 1989 e apenas tinha acontecido suas duas primeiras eleições diretas em 1989 e 1992. As ideias para as mudanças na tomada de consciência sobre o meio ambiente já estavam lançadas desde os anos 60 e tiveram seu estopim com o lançamento do livro *Primavera silenciosa* de Rachel Carson em 1962 que denunciava como o DDT (dicloro-difenil-tricloroexano) penetrava na cadeia alimentar e se acumulava no tecido adiposo dos animais inclusive dos humanos. O alerta dado pelo livro, foi assustador, além de escancarar os riscos do uso do DDT que na época era usado em larga escala pela revolução Verde, ele também questionava a confiança cega que as pessoas tinham no progresso tecnológico. (Silva, 2011).

Neste sentido, Na Europa o livro abriu um debate público sobre a vulnerabilidade da natureza a intervenção humana e pouco a pouco foi abrindo espaço para novas resistências e novos movimentos ambientalistas, de agricultura alternativa, agricultura biodinâmica, tecnologias apropriadas entre outros. Infelizmente no Brasil vivíamos o período de ditadura militar (1964 - 1989). Por este motivo muitos intelectuais e militantes brasileiros se encontravam exilados na Europa onde tiveram acesso a todo esse movimento que estava nascendo que questionava a Revolução Verde possibilitando assim um acúmulo por parte dos brasileiros de todo este debate, que desembarcam no Brasil após a anistia política no final da década de 70 trazendo toda esta base teórico-prática que lançou as bases do movimento agroecológico brasileiro (Silva, 2011).

O Centro Sabiá desenvolve seu trabalho no estado de Pernambuco, com um escritório sede, localizado na capital e três escritórios locais nos territórios de atuação, tem sua ação baseada em valores e princípios definidos em seu plano estratégico institucional, e baseia toda a ação em Programas Institucionais que são: Agrofloresta, soberania alimentar e economia solidária, Políticas públicas e desenvolvimento territorial, Convivência com o semiárido e sustentabilidade ambiental, Direitos humanos na agricultura familiar e camponesa, comunicação para a mobilização social e Gestão e desenvolvimento institucional.

Figura 10 - Pernambuco, com destaque para os municípios onde ocorrem ações do Centro Sabiá e no detalhe com a chamada de ATER Agroecologia entre 2014 e 2017 no Agreste.



No território do Agreste (Central e Setentrional) historicamente o Sabiá tem trabalhado as ações de convivência com o semiárido, sendo a mais importante, a construção de tecnologias de captação de água de chuva para consumo humano e produção de alimentos em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Principalmente as cisternas de placas com capacidade de armazenamento de 16.000 para consumo humano e para produção de alimentos com capacidade de armazenamento de 52.000L para produção de alimentos. Entre 2014 e 2017 muitos projetos estavam sendo executadas ao mesmo tempo no território, como a construção de cisternas de 52.000L e de bancos de sementes comunitários pelo programa Uma terra e duas água – P1+2, a construção de cisternas nas escolas pelo Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC ambos da ASA, a implantação de sistemas agroflorestais, o trabalho com os jovens, entre outros. Ou seja, esta ação da ATER Agroecologia sempre foi compreendida pelo Sabiá também como uma forma de agregação de políticas públicas e ações institucionais por isto que muitas das famílias que aceitaram ser assessoradas já haviam participado ou estava participando de alguma ação desenvolvida pelo centro Sabiá a partir de outros projetos.

4.3 Considerações sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Brasil como política pública existe desde o final da década de 1940 e tem sua história marcada por processos de descontinuidade muito fortes, seja por mudanças em sua matriz programática, seja por falta de financiamento ou mesmo por mudanças nas estratégias de governos. Caporal (1998, p. 75) nos alerta para as 4 fases distintas da ATER, a primeira entre 1948 e 1960 que ele denomina “Familiar Assistencialismo”, a segunda de 1961 a 1980 que é a “ Produtivismo Modernizador”, a terceira entre 1980 e 1990 que é a fase “Crítico Reflexiva e a última a partir de 1990 que é a “ Transição ambientalista”.

Siliprandi (2005, p. 1) lembra que apenas em Junho de 2003 é que as políticas de ATER depois de ampla discussão dentro do governo do então presidente Lula passaram do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a política de ATER esteve desde a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER em 1990, sobre a responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o MAPA que sem muitos recursos a política neste momento era insignificante em termos de desenvolvimento rural, até então toda a ATER de caráter difusionista, transferia os conhecimentos das mentes iluminadas para as “pobres” mentes camponesas que “precisavam” disto para modernizar a agricultura, este arcabouço choca-se com novas correntes de pensamento que estavam sendo desenvolvidas e aprimoradas como a pedagogia libertadora de Paulo Freire que escreve ainda no exílio no Chile um livro que revolucionaria a forma de pensar extensão rural no Brasil que é Extensão ou comunicação? Que afirma a necessidade de que cada camponês e camponesa, pense por si próprio a partir da sua realidade concreta no mundo.

“a nós não nos é possível persuadir e aceitarmos a persuasão como ação educativa. [...] nem aos camponeses, nem a ninguém se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora” (Freire, 1983, p. 13–14).

Retomando 2003, para marcar este momento o governo abriu um amplo debate público com organizações estatais de ATER nos estados, organizações de agricultores, organizações de assessoria da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa sobre a importância da ATER para o desenvolvimento rural, deste esforço nasceu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que trazia uma grande inovação para esta política a começar pela sua matriz tecnológica, antes baseada num complexo petro-químico e de transferência de conhecimentos para a construção da agroecologia, através de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, através de processos educativos, permanentes e continuados que respeitem o uso sustentáveis dos recursos naturais (Brasil, 2004b, p. 7).

Salientamos que foi apenas com a PNATER que as mulheres foram incluídas como público beneficiário nas diretrizes da política

“Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (Brasil, 2004b, p. 8).

Até então os recursos da ATER tinham sido direcionado para a velha e monolítica instituição “família” num país que ostenta um dos maiores índices de violência contra mulheres, onde mais da metade deles são causados por alguém deste mesmo núcleo familiar (Bueno & Martins Juliana, 2018). No entanto apesar dos esforços, em 2010 a lei nº 12.188, institui legalmente esta lei, mas ao mesmo tempo altera um pouco seu conteúdo, como comenta Caporal (2014).

“A formatação do projeto de lei elaborado pelo MDA e encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional, em 2009, desconsiderou vários aspectos da política de Ater que estava em vigor. Entre outras mudanças, a agroecologia, que era tomada como base teórica e uma das grandes inovações da PNATER-2003, foi excluída do texto do projeto de lei elaborado pelo MDA. Em uma tentativa de recolocar esta questão, numa audiência pública realizada no Congresso foi incorporado, por demanda de entidades não governamentais, um princípio da PNATER, em que se lê, no inciso IV do Art. 3o: “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”. Mas isto nem de longe significa a mesma coisa que a adoção dos princípios da agroecologia, como vigorava desde 2003” (Caporal, 2014, p. 41).

Infelizmente a medida que estamos escrevendo este texto a ATER está sendo desmontada e estamos dando um enorme salto para trás, com o que restou do MDA ainda hoje na Secretária de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD que hoje está ligada a casa civil, segundo pronunciamentos do novo governo ela será incorporada novamente ao MAPA, ou seja 16 anos se passaram desta experiência de construção de um política pública inovadora e o governo brasileiro vai voltar a não reconhecer que há um enorme fosso entre a agricultura familiar e o agronegócio ou reconhecendo isto se compromete com o enfraquecimento da primeira.

4.4 Caminhos para a Sustentabilidade no Agreste de Pernambuco¹⁰

A chamada de ATER Agroecologia desenvolvida pelo Sabiá, foi executada em 3 territórios distintos em Pernambuco, na Zona da Mata Sul, No Sertão do Pajeú e no Agreste Central e Setentrional, no entanto o contexto em que se insere o nosso estudo é apenas no território do Agreste Central e Setentrional no lote 36, mais precisamente nos municípios de Agrestina, Caruaru, Altinho, Ibirajuba, Panelas, Jurema, Frei Miguelinho, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Passira, Riacho das Almas, São Caitano, Bezerros, Cumarú, Bom Jardim, Casinhas, Vertente do Lério, Taquaritinga do Norte e Jataúba.

Nestes três territórios o Sabiá tem escritório de apoio onde fica localizada a equipe local que operacionaliza toda a ação territorial. Abaixo um quadro com as principais informações da chamada de ATER Agroecologia do Centro Sabiá.

¹⁰ Este é o nome do projeto técnico de intervenção elaborado pelo Centro Sabiá e aprovado pelo MDA para a execução da Chamada de ATER Agroecologia no Agreste de Pernambuco.

Tabela 4 - Informações gerais sobre a Chamada de ATER Agroecologia no Centro Sabiá

Território	Nº Lot	Nº Municípios	Nº Famílias atendidas	Nº Técnicos	Escritório de Apoio
Sertão do Pajeú	33	20	1.300	14	Triunfo
Agreste Central e Setentrional	36	19	900	10	Caruaru
Mata Sul	38	12	650	8	Rio Formoso
Total		50	2.850	32	

Fonte: Contratos e Relatórios Institucionais

Os Municípios no qual a ATER Agroecologia ocorreu se insere no contexto socioeconômico do macro território do Agreste de Pernambuco, mas com duas divisões, o Agreste Central e o Setentrional, que reúnem juntos 45 municípios. Nesta região a população é 1.575.873 habitantes, sendo que 28,4% vivem na área rural, quase 10% a mais que a taxa do estado de Pernambuco que é 19,8%. Nos 19 municípios onde foi executada esta proposta esse número sobe para aproximadamente 43% da população vivendo na área rural. Nota-se a resistência desses com relação à migração para as cidades polos da região, como Caruaru e Surubim, assim como a urgência de ações que viabilizem a melhoria da qualidade de vida desta população que apresenta índices altíssimos de extrema pobreza, quase 30% das pessoas que vivem no meio rural (Pernambuco, 2013).

Essa região, anteriormente ocupada pela pecuária, sobretudo o gado que vinha da Zona da Mata na época da colonização do Brasil, posteriormente passou a produzir alimentos para abastecer toda essa região, sendo considerado o celeiro de Pernambuco (Andrade, 2005). Encontra-se localizada no semiárido brasileiro, no entanto com precipitações médias acima da média do semiárido mais seco, tem presença de algumas regiões de brejo úmido dentro dos municípios a exemplo de Caruaru, Bezerros, Taquaritinga do Norte, Vertente do Lério e Bom Jardim, o que lhe dá uma condição melhor na capacidade de produção agropecuária (Pernambuco, 2013).

Na região as principais atividades econômicas se alicerçam em torno de três pilares: serviços, agropecuária e confecção de roupas. Este último, denominado “polo têxtil” como é conhecido, cresceu muito nos últimos 40 anos e atinge todo o território e também municípios da Zona da Mata e do estado da Paraíba. A produção neste polo possui escala flexível, isto é a maioria da produção é confeccionada de forma fragmentada, na maioria das vezes utilizando mão de

obra de pessoas que moram no campo. Esta realidade tem proporcionado exploração de mão de obra, sobretudo de crianças e mulheres e também tem desconfigurado a agricultura familiar camponesa nesta região (Lira, 2016). Podemos até dizer que há um processo de desagregação de valores com relação a agricultura e isso tem causado sérios problemas a produção de alimentos e consequentemente a Soberania e Segurança Alimentar das famílias. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M médio dos municípios do Lote 36 é 0.587, sendo considerado de baixo desenvolvimento e menor do que o médio do estado de Pernambuco que é de 0.673 (Pernambuco, 2013).

As ações da chamada de ATER agroecologia, estavam prevista no edital de chamamento público INCRA e SAF/DATER/MDA n° 12/2013¹¹, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e previa a contratação de organizações públicas ou privadas para prestação de serviços de ATER conforme Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A convocatória tem o objetivo expresso de consolidação das experiências de transição agroecológica como diz no objeto deste chamamento.

“Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -PNAPO”(Brasil, 2014, p. 4).

A convocatória expressava as regras para que pudessemos construir um projeto técnico de intervenção e já explicitava o conjunto de atividades obrigatórias, que infelizmente era a herança da ATER difusionista¹², e que certamente a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO¹³ não foi capaz de modificar, tendo em vista que esta chamada estava Meta 10 do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica I PLANAPO que era “Universalizar a Assistência Técnica e Extensão Rural com enfoque agroecológico para agricultores familiares orgânicos e agroecológicos e a qualificação de suas organizações econômicas” (Ciapo, 2013, p. 67). Por outro lado, o que foi acordado é que mesmo as ações sendo obrigatórias, mas a metodologia para cada uma delas seria descrita no projeto técnico de acordo com a realidade de cada território e a experiência das organizações na construção da agroecologia.

¹¹<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/chamada%20agroecologia%2012%202013%202a%20republica%20C3%A7%20C3%A3o%20-%20modificada.pdf>

¹² Termo utilizado para expressar o caráter de difusão que a ATER tem no Brasil, sobretudo entre o final da década de 40 e o final dos anos 90.

¹³ A CNAPO é a comissão nacional de agroecologia e produção orgânica, com participação de 14 membros da sociedade civil e 14 membros do Governo Federal a quem cabem o papel de elaborar e acompanhar o I e II Plano Nacional de Agroecologia e Produção orgânica. propondo as diretrizes, objetivos e ações prioritárias a serem desenvolvidas.

Outras diretrizes¹⁴ como ter no mínimo 30% dos recursos direcionados para atividades com mulheres e que público da chamada tivesse no mínimo 50% de mulheres atendidas diretamente também estavam presentes na convocatória que era a resposta dada pelo governo a pressão sofrida pelo movimento de mulheres que pressionava o governo a partir de movimentos como a Marcha das Margaridas entre outros.

No lote 36 o prazo máximo de execução era de 40 meses, o que com algum atraso nos pagamentos por parte do governo, se estendeu por 48 meses, ou seja, 4 anos. As atividades planejadas estavam previstas para acontecerem em 3 anos, com cronogramas específicos de cada um e que neste caso, ocorrem ao longo dos 4 anos do projeto, então foi melhor dizer que os 48 meses foram divididos em 3 etapas distintas.

Tabela 5 - Síntese de todas as atividades executadas pelo Centro Sabiá entre 2014 e 2017 no lote 36 do Agreste.

Atividades Obrigatórias						
Atividades	CH	Perfil Atividade	1 Etapa	2 Etapa	3 Etapa	Total
Reunião de Articulação com Parceiros	4	Coletiva	18			18
<i>O objetivo desta atividade é estabelecer diálogo e reafirmar parcerias com organizações sociais e poder público local com vistas a fortalecer as ações de Ater nos municípios</i>						
Mobilização e Seleção de Famílias	8	Coletiva	33	19		52
<i>O objetivo desta reunião é o contato direto nas comunidades com as famílias agricultoras para apresentar a proposta de assessoria, tendo em vista que a adesão é voluntária.</i>						
Reunião Inicial com Famílias Seleccionadas	8	Coletiva	27	23		50
<i>Partindo do Princípio que as famílias escolheram ser assessoradas esta a a primeira reunião para levantar as principais demandas do grupo e perceber as potencialidades locais</i>						
Caracterização do Agroecossistema Familiar	4	Individual	515	384		899
<i>Cada família será visitada individualmente, onde será feito uma caminhada na propriedade da família com todos os membros, identificando os subsistemas e recolhendo dados para a caracterização das famílias de aspectos da produção, renda e comercialização de seus produtos além de desenhar um mapa da propriedade.</i>						
Atualização da Caracterização do Agroecossistema	4	Individual		444	761	1205
<i>Momento posterior de atualização anual de algumas das famílias já caracterizadas no ano anterior</i>						
Diagnósticos Comunitários	24	Coletiva	31	21		52
<i>Como o próprio nome diz, é um olhar sobre as comunidades que subsidiará os primeiros planejamentos, neste momento levamos em conta uma ampla gama de aspectos, do campo produtivo, reprodutivo, ambiental, social e político.</i>						
Planejamento Inicial Municipal	16	Coletiva	17	2		19
<i>Cada Município se reunirá e a partir das caracterizações e dos diagnósticos e farão apontamentos de planos para seus municípios a partir da diversidade de suas comunidades.</i>						
Avaliação e Atualização do Planejamento Inicial	24	Coletiva	1	3	5	9
<i>Momento de avaliação do planejamento realizado no ano anterior</i>						

¹⁴ http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf

Atividades para Construção do Conhecimento						
Atividades		Perfil Atividade	1 Etapa	2 Etapa	3 Etapa	Total
Intercâmbio para Trocas de Experiências Agroecológicas	16	Coletiva	12	11	30	53
Intercâmbio para Trocas de Experiências Agroecológicas	8	Coletiva		8	46	54
<i>Os intercâmbios são estratégias muito acertadas de construção do conhecimento agroecológico, pois utilizam a troca dos conhecimentos entre os próprios agricultores/as, as temáticas foram muitas variáveis, mas principalmente: Sistemas Agroflorestais, Convivência com o Semiárido, manejo de água, Feiras agroecológicas, criação de animais, artesanatos...</i>						
Visita de Assessoria Técnica Pedagógica	4	Individual	1.289	1.125	825	3239
<i>Esta atividade tem um caráter de orientação técnica na estruturação dos agroecossistemas, onde o técnico/as participa fazendo e de uma forma dialógica</i>						
Oficina Prática sobre Temáticas Agroecológicas	8	Coletiva		11	49	60
Oficina Prática sobre Temáticas Agroecológicas	16	Coletiva		55	37	92
Oficina Prática sobre Temáticas Agroecológicas	24	Coletiva			6	6
<i>A partir das demandas levantadas pelas famílias, foram executadas um conjunto momentos práticos de construção da agroecologia, construindo hortas, plantas medicinais, alimentação e sanidade animal, consumo de alimentos saudáveis, beneficiamento da produção...</i>						
Atividade Opcional						
Atividades		Perfil Atividade	1 Etapa	2 Etapa	3 Etapa	Total
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	6	Individual		569	39	608
<i>Esta foi uma exigência do Ministério do Meio Ambiente de Cadastramento de todos os imóveis rurais do Brasil, com mapas georreferenciados das propriedades e possível separação de áreas de agricultura e conservação, segundo a legislação brasileira e o código florestal</i>						

Fonte: Sistema Informatizado de ATER – SIATER do Governo Federal e Elaboração própria, 2018

Um aspecto fundamental para o desenvolvimento das atividades, sobretudo voltado para as ações com as mulheres, foi o perfil da equipe contratada, que possuía uma característica multidisciplinar, com experiência em processos de construção da Agroecologia e também pelo fato de ter 70% da equipe composta por mulheres, jovens na sua maioria, mais muito comprometidas com o trabalho, toda a equipe passou por uma formação de 40 horas junto com núcleo de Agroecologia e campesinato - NAC da Universidade Federal Rural de Pernambuco, logo no início do projeto, além de outras formações na experimentação do instrumental das caracterizações dos agroecossistemas feito pela Rede ATER Nordeste de Agroecologia¹⁵ da qual o Centro Sabiá também faz parte.

¹⁵Rede composta por 13 organizações espalhadas pelo Nordeste que compõe o movimento agroecológico no Brasil e que desde 2003 vem discutindo e experimentando metodologias de ATER para a transição agroecológica no seu cotidiano.

4.5 A experiência da Escola Feminista na formação de mulheres rurais

A escola feminista de formação política e econômica, nasceu em 2004 no âmbito da rede mulher e democracia em Pernambuco que na época era uma iniciativa da Casa da Mulher do Nordeste (ONG), Centro das Mulheres do Cabo(ONG) e a Fundação Joaquim Nabuco(órgão público), e com pouco tempo depois se somou o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR/NE, que passou a atuar de forma intensa. A iniciativa tinha como objetivo que as mulheres pudessem exercer todos os seus direitos livremente a partir de suas diversas identidades e isto seria possível a partir do processo de formação (Monteiro & Santana, 2017; Vieira, 2017).

Para alcançar resultados efetivos a formação se estruturou em 6 módulos diferentes, sendo o Módulo I - Estudo sobre o as relações de gênero enquanto construção social e patriarcado enquanto sistema de dominação e poder entre os gêneros. Módulo II- História do Brasil e a questão racial no marco dos direitos humanos. Módulo III- Contribuição do movimento feminista para as ciências sociais. Módulo IV- Economia Feminista e a divisão sexual do trabalho. Módulo V- Ciência política, Estado, sua estrutura e funcionamento, Democracia e direitos políticos. Módulo VI- Feminismo enquanto movimento histórico, principais bandeiras de luta, perspectivas teóricas e correntes de atuação (Vieira, 2017).

A escola formava mulheres urbanas e rurais, no entanto os módulos em sua maioria eram planejados pelas mulheres urbanas, o que fazia com que as mulheres rurais não contribuíssem com toda a sua capacidade, pois vinham e contextos muito distintos daqueles e as mulheres rurais do MMTR-NE decidiram ter uma escola feminista feita pelas mulheres, com as mulheres e para as mulheres rurais em 2015, com metodologias e aprendizados próprios dos rurais a partir da materialização de suas experiências de luta no cotidiano de suas vidas, num processo de formação profundo das mulheres rurais consolidando uma agenda feminista, anti-racista e anti-capitalista e agroecológica (Monteiro & Santana, 2017).

As raízes do MMTR-NE está na década de 80 quando muitas mulheres sindicalizadas da Paraíba e Pernambuco cansaram de ter sua pauta invisibilizada pelos homens dentro dos sindicatos. Como relembra Vanete Almeida sindicalista e liderança do movimento de mulheres do sertão central de Pernambuco.

“Em Maio de 1985, realizou-se em Brasília o 4º congresso nacional dos trabalhadores rurais com a participação de 5.000 delegados de o Brasil, destes apenas 60 eram mulheres” (Almeida, 1995, p. 123).

As mulheres sindicalizadas entenderam que precisavam avançar no reconhecimento de sua categoria como sujeito político apostaram na organização regional e compreendendo a importância da unidade entre as mulheres nordestinas – as trabalhadoras rurais pernambucanas e paraibanas ousaram se articular com as mulheres dos outros sete estados do Nordeste brasileiro: Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão e fundaram o MMTR-NE (Monteiro & Santana, 2017).

O MMTR-NE tem como um dos alicerces da sua ação, a formação política para combater mentalidades de submissão. A partir dos princípios e ferramentas da educação popular e da pedagogia feminista rural, desenvolvendo atividades formativas para construção de olhares críticos, conscientização sobre como se originam e se estruturam os sistemas de opressão, fortalecimento da auto-estima e das identidades diversas das participantes, além de empoderamento coletivo e criação conjunta de estratégias de transformação social, ligadas à auto-organização (MMTR-NE, 2018).

No mesmo ano com a execução da chamada de ATER agroecologia no território do Agreste, o Centro Sabiá tinha como metas a serem executadas um conjunto de atividades coletivas de 8, de 16 ou 24 horas, denominadas de “Atividades para Construção do Conhecimento – ACC” que poderiam ser de diversas naturezas, práticas produtivas, com jovens, de organização comunitária, entre outros. Foi justamente neste momento no ano de 2015, um ano após o início da execução do contrato de ATER, que se buscou o MMTR/NE, que atuava no território e já tinha relações políticas estabelecidas. O Sabiá então, propôs utilizar um conjunto destas atividades para se trabalhar com mulheres na perspectiva do empoderamento político, imediatamente o MMTR/NE, viu também a oportunidade também de desenvolver este método a partir destas atividades, e foi desta conjunção de oportunidades que por primeira vez o MMTR/NE fazia uma edição da *Escola Feminista*, com mulheres assessoradas por uma organização mista que é o Sabiá, era novidade também para o Centro Sabiá que por primeira vez construía uma relação com um programa de formação feminista com o MMTR-NE. O movimento elaborou os programas de formação¹⁶ a partir de sua experiência já acumulada e foi dado início ao processo de convite das agricultoras para participarem da atividade pelo Sabiá;

Figura 11 - Primeiro módulo da escola feminista



Fonte: arquivo Centro Sabiá, 2018

¹⁶ Todos os programas da Escola Feminista e Seminário Final estão no anexo III

As atividades eram modulares, foram 4 módulos de dois dias cada um e um seminário final, também de dois dias, o que totalizava 64 horas de atividade, todas as atividades aconteceram no município de Caruaru, onde tanto o Centro Sabiá como o MMTR/NE tem escritórios, as atividades aconteciam no centro de eventos Santuário das Comunidades, um local pertencente as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, com exceção do primeiro módulo que aconteceu na sede do MMTR-NE. A Escola Feminista e o seminário de encerramento aconteceram entre os meses de Setembro de 2015 a Março de 2016, nas seguintes do quadro abaixo:

Tabela 6 - Datas, local e temas dos módulos da Escola Feminista

Módulo	Data	Local
1º Módulo: Acolhimento e História do Brasil	22 e 23 de Setembro de 2015	Sede do MMTR-NE
2º Módulo: Economia Feminista e Agroecologia	04 e 05 de Novembro de 2015	Santuário das Comunidades
3º Módulo: Violência contra as mulheres	01 e 02 de Dezembro de 2015	Santuário das Comunidades
4º Módulo: Feminismo Rural e Auto-organização das Mulheres	20 e 21 de Janeiro de 2016	Santuário das Comunidades
Seminário Mulheres Rurais na luta pela autonomia	07 e 08 de Março de 2016	Santuário das Comunidades

Figura 12 - Segundo módulo da escola feminista



Fonte: arquivo Centro Sabiá, 2018

Figura 13 - Terceiro módulo da escola feminista



Fonte: arquivo Centro Sabiá, 2018

Figura 14 - Quarto módulo da escola feminista



Fonte: arquivo Centro Sabiá, 2018

O ponto de culminância foi o dia internacional da mulher, onde o momento mais alto foi a incorporação das mulheres em uma marcha na cidade de Caruaru, promovida pelos movimentos de mulheres da região. Além desta atividade específica, todas as mulheres participaram de outras atividades no âmbito da chamada de ATER, como intercâmbios e visitas individuais de planejamento em suas propriedades. A participação era voluntária, sendo que as mulheres se comprometiam a fazer todos os módulos até o final da formação. Também participaram da escola todas as técnicas da região que iam acompanhar depois estas mulheres em suas comunidades, era proibida a presença de homens na atividade.

Figura 15 - Marcha na cidade de Caruaru no seminário final



Fonte: arquivo Centro Sabiá, 2018

5. Resultados e Discussões

5.1 Aprendizados e lições da Escola Feminista

As entrevistas com as mulheres participantes da escola feminista destacaram a importância da escola feminista para a vida delas, principalmente no empoderamento político, na divisão sexual do trabalho e também destacaram lamentavelmente ainda a presença da violência no âmbito familiar, se manifestando de distintas formas. Ao mesmo tempo que revelou ainda uma lacuna na auto-organização e participação política.

Embora esta atividade teve participação voluntária das mulheres convidadas, só após as entrevistas percebemos também que mesmo participando as mulheres revelaram algum grau de dificuldade de participar, seja pela “desautorização” direta dos seus maridos, seja pelas tarefas que lhes são dadas como “naturais” como cuidar dos filhos, da casa e fazer a comida, ou seja os cuidados, que muitas vezes não permitem que elas possam participar de atividades fora de suas comunidades (Medeiros & Oliveira, 2008).

“Teve um momento... que ele chegou a proibir. Não tá dando certo isso... Eu disse olhe, você pare, porque quando você me conheceu eu era uma moça séria e se eu tivesse que fazer coisa errada seria antes do casamento e não agora. Agora que eu tenho a minha família eu quero mantê-la até o fim. Então não se preocupe não, que o meu direito como mulher eu levo para onde eu for” (E001G1).

“Em casa sim. Porque sempre que eu ia, eu tinha que arrumar uma pessoa pra ficar com meus filhos, deixava as tarefas com outra pessoa, mas eu ia, segui em frente. Porque pra mim era muito importante. Quando me ligavam hoje, eu já tava pensando 3 dias antes o que era que eu ia fazer, tinha que ter aquela força ali e eu segui em frente. Só que tinha dia que não era tão fácil” (E008G1).

“Foi difícil. Foi muito difícil, ele falou assim: ô, que é isso? Saindo de casa? Dormindo fora de casa? nunca vi uma dona de casa sair de casa pra ir pra dormir em pousada. Aí eu disse: o que é que tem? e o que é que vai acontecer? Aí a primeira vez foi difícil. Foi difícil, eu baixei a cabeça, não sabia de nada” (E003G3).

É muito claro o viés de posse nas falas acima, Muitos homens entendem que a mulher é sua como um objeto e que por ser sua ela precisa fazer tudo o que ele deseja, este é um tipo comum de violência psicológica descrita na lei Maria da Penha (2006) que é a restrição no direito de ir e vir, que vamos falar mais adiante neste tema da violência doméstica.

As mulheres entrevistadas também revelam que este não é apenas uma dificuldade delas, mas de outras mulheres que nem sequer aceitaram o convite para participar da escola feminista porque não podem sair de suas comunidades como explica abaixo:

“Agora, no tempo que a gente fez a Escola Feminista pedimos pra ver se se formava essas escolas nas comunidades, nas associações, porque outras pessoas que não participaram em Caruaru... muitas vezes porque os maridos não deixavam porque vai em uma Escola Feminista, os maridos não deixava, porque lá a gente passava três dias. Não era todos os maridos que deixava. Querendo ou não os autoritários continuam por aí” (E007G1).

Este tipo de violência está tão naturalizada, que uma mulher hoje separada do marido relatou que mesmo participando da escola feminista, reconhecendo os benefícios que ela trouxe para a vida dela, e perguntada se estes conhecimentos ajudariam a ela se ela tivesse tido quando casou, ela afirma que seria bom, mas ela não participaria se fosse no passado, porque o seu marido certamente não permitiria.

“Com certeza. Ou mais. Mas seria um pouco mais difícil, porque meu esposo não deveria deixar eu participar” (E010G2).

Scott (1989) lembra que a feminista americana Catherine Mackinnon acredita que objetificação da mulher está muito relacionada a sexualidade.

“A objetificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto”(apud Mackinnon, Scott, 1989, p. 9)

Estas dificuldades que tem algumas mulheres em participar, nos mostram uma realidade ainda muito difícil para as mulheres rurais e de certa forma nos fazem refletir e aprender com isto. A seguir apresentamos as principais temáticas levantadas nas entrevistas com as agricultoras, que foram a perspectiva do empoderamento destas mulheres frente a opressão que sofrem deste sistema patriarcal e como a partir da experiência da escola feminista elas começaram a reagir e a se posicionar contra tudo isto. Depois aprofundaremos o tema da divisão sexual do trabalho demonstrando o sistema de injustiça que é imposto a vida destas agricultoras e como elas estão tentando supera-lo. Em seguida falamos da violência e as múltiplas faces que se apresenta no campo e por último a importância dos processos de auto-organização na vida das mulheres.

5.1.1 Empoderamento e luta pela liberdade

Todas as mulheres destacaram o quanto tiveram suas vidas afetadas pela participação nas atividades da escola feminista, mesmo que todas elas participem de outras atividades sendo assessoradas pelo Sabiá, no entanto, segundo elas, foi a escola feminista a principal responsável por mudanças e despertou sentimentos que muitas delas não haviam experimentado, muito além de aspectos ecológicos e produtivos.

“Foi muita troca de experiência, conhecimento de pessoas diferentes, tudo isso foi melhorando dentro de mim, despertou. Porque não existia isso dentro de mim de apresentar as coisas... despertou muito isso em mim,

tirou a timidez ... Porque a mulher tem lugar também, a mulher tem qualquer lugar... Eu entro num bar, entro em todo canto, cara de pau, levanto minha cabeça, vou, entro e saio” (E002G3).

“A gente como mulher, a gente só sabe o que é ser mulher quando participa de um... Não chamei nem de escola, mas de capacitação. Como se te capacitasse para a vida. Sabe tudo aquilo que você já viu, que alguém já te disse que era para ser. Não é que é errado, mas que te bota em um lugar que não é o teu lugar” (E007G1).

Os destaques acima estão muito relacionados com o lugar e o papel da mulher na sociedade construído historicamente pelo patriarcado para manter a mulher no âmbito privado, as agricultoras questionam e rebatem que o papel e o lugar dela é onde ela quiser como ela própria diz, o lugar dela é “em qualquer lugar”.

“A gente não sabia de nada, né? A convivência de uma mulher pra um homem. Tipo assim, depois que eu comecei a participar de lá eu fiquei mais podendo, sabe? Tipo assim, hoje tudo que eu faço, eu me dedico eu mesma. Eu vou, eu sei fazer, eu posso, entendeu? E antes não, eu só ficava esperando pelo marido, e hoje não, eu sou mais independente”(E008G1).

“Essa escola feminista é tão bom, tão bom, dá uma força tão grande, a gente aprende coisa que a gente não sabe, dá uma força. Parece que a mulher renasce de novo, sabe? Daquela vida, aquela força, é bom demais...”(E009G3).

“eu quero ser eu. eu, agricultura. eu, mãe, eu mulher, aqui como agricultora social, eu. Aí você me veja do jeito que você achar que eu sou, eu quero saber o jeito que eu me vejo” (E007G1).

Além de todos estes aspectos da própria identidade e autoestima que revelam as falas, existem elementos muito fortes relacionados com empoderamento que tem base na economia e na autonomia econômica das mulheres, pois muitas mulheres que não possuem renda nenhuma precisam viver as custas de seus marido e isto causa um tipo de humilhação muito grande para elas, mesmo elas tendo consciência que seu trabalho e de seu papel, mas, o acesso a recursos financeiros está intimamente ligado ao empoderamento destas mulheres e isto ainda parece ser um grande desafio a ser enfrentado.

“É a melhor coisa do mundo a gente ter o dinheiro da gente pra não tá pedindo ao marido. Pedir dinheiro a marido e diz: ‘pra que tu queres? Quer dinheiro pra que?’ o marido é machista, ele acha que tendo o que comer tem tudo, mas a mulher precisa de muitas coisas, não só é da farinha e do feijão que precisa não, mas o homem não quer saber” (E012G3).

5.1.3 Divisão Sexual do Trabalho “ Trabalho de homem e trabalho de mulher”

Todas as mulheres entrevistadas afirmaram que na escola tiveram a oportunidade de perceber o quanto sofrem simplesmente pelo fato de serem mulheres e por isso terem tarefas definidas já simplesmente por este fato, como cuidar da casa, dos filhos, dos doentes, entre outras e que muitas vezes estas tarefas não são valorizadas nem tampouco remuneradas e são sempre consideradas como “ajudas” para o núcleo familiar. A tomada de consciência neste caso foi o principal resultado neste tema, porque não é tão simples, mesmo depois de ter consciência deste fato, fazer este tipo de mudança quando se passa a vida inteira naturalizando isto, e também que mesmo quando as mulheres tentam fazer pequenas mudanças geram muitos conflitos sobretudo entre a mulher e o marido, abaixo poderemos identificar melhor.

“o homem diz que a mulher ajuda no roçado, a gente também se acha isso, se acha que tá ajudando. E na Escola eu aprendi que não é bem assim, a gente não ajuda, a gente trabalha! E trabalha muito mais que ele, porque a gente ao levantar é filho, é café da manhã, é uma galinha pra dar comer, é um bicho. Enquanto o homem é mais a tarefa fora. E aprendi que isso não é uma ajuda, isso é um trabalho, é um divisão de trabalho” (E001G1).

“A mulher tá ajudando? Não. Eu entendia que era. Eu entendia que tudo que eu fazia era uma ajuda. Aí eu falava, meu Deus do céu que ajuda é essa que eu faço tudo e só digo que ajudo? Aí eu sou é escrava do trabalho e tô ajudando? Ajuda é uma ajuda, mas eu tô é trabalhando...eu acho que agora que eu entendi as coisas, acho que não é ajuda mais, eu acho que eu tô trabalhando demais, eu acho que alguém tá me ajudando!” (E003G3).

“Mas só pra ajudar o homem. Pro dever dela, pro direito não. Entendeu como é? É assim. A mulher não pode ser motorista, vereadora, mas pode ir pra roça. Lá eu conheci que a mulher pode ser vereadora, professora. Viver do suor dela”(E010G2).

O tema da “ajuda das mulheres” é um grande desafio na construção de relações mais igualitárias, pois a maioria dos homens não reconhece como trabalho e não se trata dos homens apenas, se trata de um tema que estruturou o alicerce da sociedade moderna, num binômio incestuoso do capitalismo-patriarcado. A estratégia é sutil, porque o “trabalho” na maioria das vezes precisa ser remunerado, mesmo considerando toda o conjunto das questões da exploração dele, mas de forma geral, a ele é facultado um valor, no entanto a “ajuda” é algo sem nenhum valor monetário, nem mesmo subjetivo, é algo que se faz como complemento ao trabalho, é uma parte insignificante que qualquer um pode fazer e a esta construção imagética discursiva não é concedido nenhum valor e na grande maioria das vezes é feito pelas mulheres. Toda esta “ajuda” feita pelas

mulheres não necessariamente é apenas o trabalho reprodutivo, fundamental para a vida humana, mas muitas das vezes é o próprio trabalho produtivo.

Figura 16 - Área da cozinha onde uma das entrevistadas prepara os alimentos da família



Fonte: Autor, 2018

Paulilo (2016) em seu artigo “o peso do trabalho leve” reflete sobre as condições de trabalho das mulheres rurais em Santa Catarina e na Paraíba e conclui.

“Essa situação decorre da valorização social do homem como “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus dependentes, assim o trabalho destes últimos fica em plano secundário, cabendo nestes casos uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar” (Paulilo, 2016, p. 115)

Imaginemos uma situação hipotética em que iríamos reconhecer a “ajuda” como trabalho reprodutivo e reconhecendo a importância deste para a sociedade, fossemos remunerar todos os trabalhos domésticos, o cuidado com os filhos, a preparação da comida, o cuidado com os doentes, entre muitas outras tarefas, a pergunta é, quem pagaria esta conta? Pois bem, chegamos ao entendimento que esta não é uma tarefa fácil pois o capitalismo se estruturou como disse a pouco de uma tal forma associado com o patriarcado que estas relações são “naturalizadas”, a sociedade em geral não faz questionamentos sobre isto, as mulheres cuidam das crianças, porque “elas tem um dom”. Ou seja, o discurso que se construiu em torno disto é cimentado na história de forma muito estrutural, o que significa que para descumpri-lo se faz necessário uma ruptura com valores e normas sociais já estabelecidas.

“E meu esposo também não me apoiava. Ele não dava banho nas crianças, ele não dava comida, não ajudava, ele não fazia nada. Ele só queria comida pronta e roupa lavada e dar ordem. Porque os homens eles são machistas, a maioria. E não adianta a gente dizer que não, porque é a cultura, eles vieram de uma época que o machismo veio com eles. Então pra que eu pudesse quebrar isso foi muito difícil”(E006G2).

“eu era uma bonequinha de enfeite de casa. Eu ficava em casa, limpava tudo, Antônio chegava do trabalho e a águinha dele tava lá no pontinho pra ele tomar banho. De manhãzinha a bonequinha só acordava e fazia o café da manhã e o príncipe comia e ia trabalhar” (E007G1).

Muitas vezes as mulheres mesmo com algum nível de empoderamento precisam se submeter a esta lógica de reprodução das desigualdades para garantir a manutenção do núcleo familiar tradicional e do *status quo* dos homens.

“porque acho que na cabeça do pai ele que tem a obrigação de fazer a feira, e acho que ele se sente mais homem, na medida que que o dinheiro dele está dando de comer aos filhos dele, mesmo que a mulher tenha o dinheiro dela também, mas que ele esteja fazendo seu papel. Aí eu fiz tudo lá no nome dele¹⁷, tudo lá, pra que não venha a ele se sentir menos do que eu. E sempre que ele saiba que ele tá no lugar dele, entendesse? No lugar de pai, de dono da casa” (E007G1).

“Papai dizia a gente, se um dia se você endoidecer e mamãe era pior ainda, era logo na chicotada... se você pegar e arrumar um bucho, fique lá, não venha pra casa com filho pra mim não. Eu acho que tá certo, eu digo as minhas: se um dia você endoidecer e arrumar um bucho, lá mesmo fique mais ele, não venham mais pra casa não, digo isso, não é por causa de mim, é porque o povo fala que só”(E002G3).

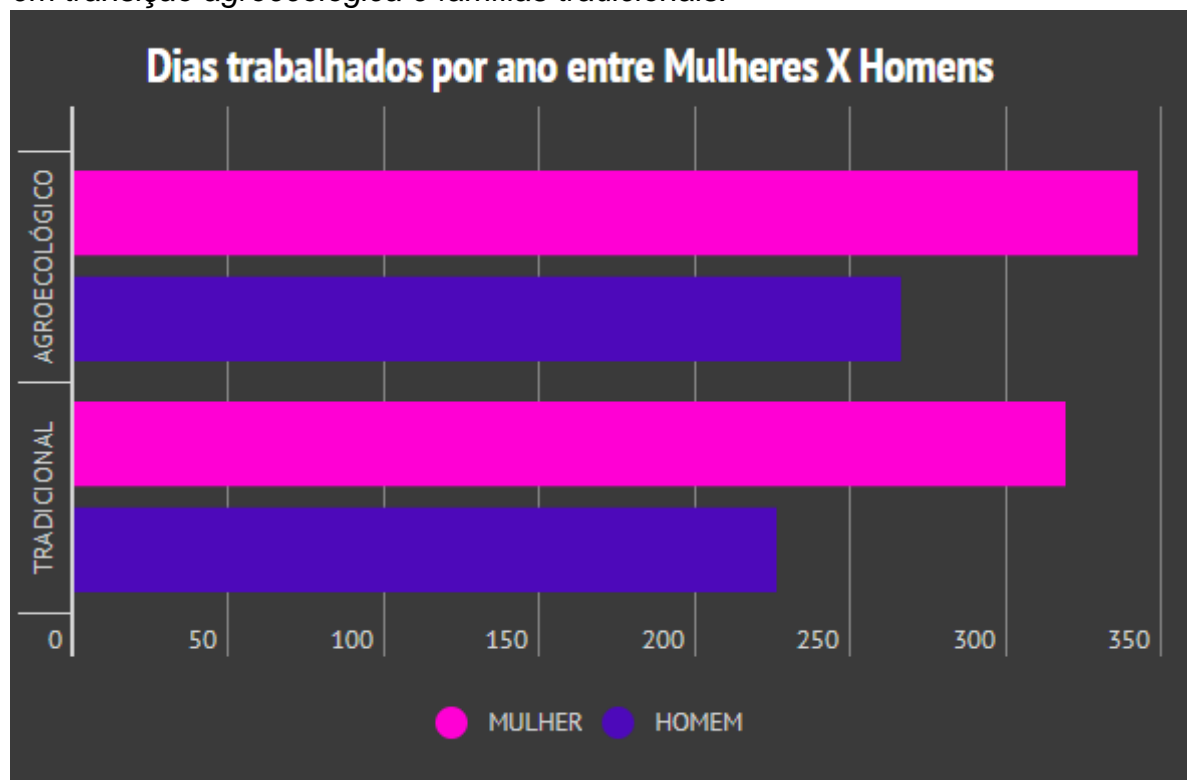
Pacheco (1997) nos alerta que a divisão sexual do trabalho a partir desta máxima de que há trabalho de mulheres e de homens, tem impactos diretos na alimentação das mulheres.

“Os padrões culturais que estruturam estas visões têm também sua correspondência na distribuição dos alimentos no interior das famílias em muitas regiões do país...especialmente em situações de maior pobreza, a distribuição desigual dos alimentos. Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais "fortes" (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho (ou não trabalho) é considerado "leve", exigindo, pois, menor reposição de energia” (Pacheco, 1997, p. 31).

¹⁷ Está se referindo a um trabalho que ela conseguiu de comercialização de seus produtos, mas para não deixar o marido em segundo plano, ela passou para ele a vaga e foi buscar outro trabalho.

No entanto em pesquisa realizada pelo Centro Sabiá em 2016¹⁸ sobre sistemas alimentares no semiárido, com mais de 400 famílias, comparando famílias que tiveram acesso a um processo de assessoria para a transição agroecológica com famílias que não tiveram (tradicionais), os dados são surpreendentes, ou seja, as mulheres têm mais dias de trabalho dedicados no ano nos dois cenários.

Figura 17 - Dias trabalhados por homens e mulheres durante o ano em famílias em transição agroecológica e famílias tradicionais.



Fonte: Centro Sabiá, 2018

Um aspecto bastante interessante evidenciado pelas entrevistas, é que depois da escola feminista as mulheres que tem filhos morando em casa estabeleceram uma estratégia de diálogo com eles e elas para garantirem uma educação baseada na igualdade e no respeito, porque de forma direta isto também afeta a vida das próprias mulheres que tem que trabalhar mais para cuidar dos filhos.

“Digo a meus filhos: vocês procurem viver a família de vocês assim, que é pra ver ser vai criando outros costumes diferentes, dá muita força a mulher” (E002G3).

“E aí eu mudei muito, eu mudei pra melhor. Eu mudei pra poder ensinar a minha filha a ser uma mulher de cabeça erguida, a não se rebaixar a um

¹⁸ Esta pesquisa ainda não foi publicada oficialmente, mas os dados já foram divulgados em eventos no Recife e apresentado no IV Encontro Nacional de Agroecologia.

homem porque ele tem um bigode e uma barba e veste uma calça, a ser de igual pra igual. Ou é de igual pra igual ou não é”(E006G2).

“nós mulheres não nascemos pra sofrer agressões. Nós nascemos pra ensinar o que é bom pra os nossos filhos dentro de casa e pra as pessoas lá fora” (E011G2).

“Chamei meu filho e falei: olha meu filho, venha cá, tá errado, tá tudo errado. Não pode, mulher não pode fazer tudo sozinha. Você é o companheiro dela, então vocês têm que se juntar e combinar. Se vocês vão arrumar a casa, um varre a casa e o outro lava os pratos. Teve até um que mora em Ameixa que ele falou: eita, mãe, a senhora aprendeu tanta coisa agora”(E003G3).

5.1.4 Violência Doméstica e Familiar

Desde 2007 o Brasil instituiu a lei número 11.340¹⁹, conhecida como Lei Maria da Penha, este nome foi dado em homenagem a Maria da Penha uma cearense que foi vítima de duas tentativas de homicídio pelo seu marido e teve que lutar quase 20 anos na justiça para que ele fosse julgado e preso. A lei cria um arcabouço jurídico e legal para atuar em diversos níveis a proteção das mulheres contra a violência, como diz o texto dela.

“Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal” (Nacional, 2017, p. 9).

Esta lei já foi considerada em 2012 uma das três melhores do mundo pela Organização das Nações Unidas com relação ao combate a violência, ela também tipifica a violência em cinco tipos diferentes: Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Nas entrevistas não colocamos este tipo de pergunta que é muito íntima e também porque o interlocutor/entrevistador era um homem e isto poderia gerar bastante desconforto, no entanto, mesmo assim muitas mulheres relataram vários tipos de violência sofridas por elas e por outras mulheres nas comunidades.

“A agressão dentro de casa que tinha, não tenho mais, olhe, meu marido arrumava mulher fora, ele me batia, xingava, eu xingava também...eu não

¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

aceito mais. Ele bebia e ficava agressivo, queria bater nos filhos, eu não aceitava e eu ia em cima. Eu não aceito mais agressão dentro da minha casa, violência. Chega de violência, não tem mais isso dentro da minha casa”(E011G2).

“antigamente ele bebia e chegava em casa, sabe? Sai da minha frente. Mas agora, graças a Deus ele mudou e muito. Essa escola, num tô dizendo, foi uma benção”(E009G3).

“Aqui em casa não sofro não, mas eu já ajudei uma mulher que tava sofrendo com violência até eu mesma fui com ela até a delegacia para ajudar para dar uma força a ela. Que foi também fruto da escola feminista... fui lá com ela... apoiei ela, ela tava até com uma marca no joelho de um capacete que ele meteu no joelho dela, a gente mostrou junto eu tava com ela... dei força...”(E001G1).

“Assim, de tudo eu gostei, mas o eu mais fiquei na minha cabeça pensando, sobre tem muito homem que machuca a mulher, maltrata, aquilo me deixou muito... aprendi algumas coisas, porque tem muita mulher que sofre calada e isso a gente não deve fazer”(E012G3).

No Brasil o número de homicídios que tem como vítimas mulheres é muito alto e vem crescendo, o que mostra o infográfico abaixo do anuário 2018 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁰. Considerando o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o 7º colocado no ranking dos países mais violentos para as mulheres considerando um total de 83 países.

Figura 18 - Números gerais da violência contra mulheres no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018

²⁰ http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_Anuario_Brasileiro_Seguranca_Publica_Infoqr%C3%A1fico_2018.pdf

Um dos relatos mais graves na entrevista trouxe a denúncia que uma mulher na comunidade estava sendo ameaçada de morte pelo fato de querer se separar do marido, este caso chamou muita atenção porque está acontecendo agora enquanto eu estou escrevendo este texto.

“teve uma mulher que falou bem assim pra mim, ela disse: eu vivo com fulano e não dá certo, eu quero me separar, mas tô com medo de morrer. Eu falei, morrer? Misericórdia, pelo amor de Deus! Ela disse, pois é, eu tenho medo de morrer. Eu tenho medo que ele me mate. Eu disse: mas ele disse que matava? Aí ela falou, sim! Ele disse que: se sair na minha frente dizendo que vai me abandonar, eu lhe mato! Eu disse, meu Jesus, não pode ser assim não, tem que ter uma reunião, tem que ter um encontro aqui com vocês com as pessoas, pra a gente... aí ela disse que não tinha ninguém”(E003G3).

Muito provavelmente quando a violência chega neste nível, todas as outras formas de violência já foram experimentadas, considerando os últimos dados de mortes por agressão do sistema de saúde se verifica que 50% dos homicídios do sexo feminino no Brasil são mortas por parentes, dos quais 33% são os maridos ou companheiros. Sendo assim, é de se esperar que ao menos 2.200 mulheres tenham sido vítimas de feminicídios²¹ íntimos no ano passado (Bueno & Martins Juliana, 2018). No entanto, cabe salientar que mesmo com relatos tão fortes, algumas mulheres que sofreram violência de diversas naturezas, continuam reproduzindo a desigualdade de gênero, sobretudo dois casos que trazem depoimentos muito emblemáticos sobre a desigualdade de gênero e a presença forte de mentalidades de submissão.

“mas depois que entrou essa Maria da Penha, mataram mais mulheres, você acredita? Agora por que? Eu vou dizer, culpa das mulheres também. Eu não vou culpar os homens não. Porque se eu tenho o meu marido, eu não posso passar por cima dele, num é isso? Hoje as mulheres são assim, querem bater no marido, se o marido bater nela, o marido apanha. Como Maria da Penha acoita, eles ao invés de passar a mão na mulher, eles matam ela”(E005G4).

“Então eu acho que a mulher não vai se igualar nunca com o homem...não se iguala por isso, porque o homem faz hoje e ele é o mesmo homem e a mulher não é. O povo não vê ela mais como a mesma mulher” (E002G3).

²¹ É o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio ou desprezo. A Lei do Feminicídio (13.104 de 2015) foi sancionada há apenas três anos no Brasil

O mais comum na maioria dos casos é a violência psicológica ou moral que é entendida como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, assim como causando injúria e difamação” (Nacional, 2017, p. 10).

“porque tinha parte de ignorância. Que as vezes qualquer coisinha fica ignorante...que tem palavra que machuca e mulher também não é pau pra toda obra, o homem também tem que participar, ajudar” (E012G3).

“pra que ela quer ter direito? Ave Maria, quando eu escuto um homem dizendo um negócio desse perto de mim é uma facada no coração. Infelizmente a gente escuta, no irmão da gente, bem pertinho. Mas o que a gente pode fazer, mesmo numa brincadeira, jogar uma, e ele saber que a gente não é um boneco de decoração. Ninguém precisa ser uma boneca decorativa dentro de sua própria casa, precisa fazer o papel dela dentro e fora” (E007G1).

Um outro tipo de violência também foi evidenciada nas entrevistas que foi a sexual, este tipo não é tão visível quanto as outras porque está relacionada a questões muito íntimas na vida das pessoas e sobretudo porque a sexualidade ainda é algo tratado como tabu para a sociedade ao mesmo tempo que está sempre associada a esfera privada, no entanto percebeu-se que este tipo de violência, ocorreu e ainda ocorre, sobretudo as mulheres que tem muitos filhos e que se sentem de certa forma uma “obrigação” de tê-los, neste caso específico existe uma violação do próprio estado de não prover os meios e a informação necessária para que isto não ocorra, por exemplo o que aconteceu com E005G4 que teve 16 filhos e sobreviveram apenas cinco, os outros morreram por má nutrição.

“Criei 5 filhos, Jesus só deixou eu criar 5, a situação era difícil. Eu tinha todo ano filho, mas só nascia doente, vomitando e com disenteria ... era menino todo dia, todo ano era um filho. E Deus me deu força, que eu não criei tudo, Deus não deixou. Eu tenho 11 meninos no céu”(E005G4).

Isto não acontece apenas com as mulheres de um passado distante, não na mesma proporção, mais vem acontecendo atualmente também.

“casei com 13 anos e tive 5 filhos, eu tive que parar os estudos não tinha como não tá amarrada, porque uma adolescente mãe de 4 filhos, porque eu tive um com 14 anos e 6 meses e a cada um ano e quatro meses nascia mais um” (E006G2).

“a gente não nasceu para ser um objeto, ainda mais de uso sexual dos homens, porque pelo o que a gente via no passado, quando fiz essa auto avaliação do passado dos meus avós, da minha avó em especial, vi que

se ela vivesse 30 anos de vida fértil era pra ter 30 filho. Aí a gente como mulher se auto-avaliar, o que eu quero para mim?” (E007G1).

Um outro aspecto também que veio a tona de forma natural foi escutar das mulheres que muitas delas estão adoecendo pela vida que estão levando e o convite para participar da escola feminista deu a elas uma força para superar as dificuldades as quais estava passando, ou seja, a vida destas mulheres com todas dificuldades e opressão que elas sofrem aos poucos tem as deixado doente.

“Porque geralmente naquela época que eu cheguei a ir pra lá, eu tava até em começo de depressão naquela época. Pra mim foi tudo entrando numa nova oportunidade pra mim. Aí eu não esqueço não. Nunca vou esquecer. Pra mim eu fui uma guerreira ter concluído tudo ali”(E008G1).

“Teve mudança demais, porque eu era uma pessoa assim muito... eu tinha assim uma depressão, sei lá, não tinha ânimo pra nada, era aquilo desanimada, muito pra baixo e depois que eu fui aquilo deu uma animação, parece que aquilo saiu. Que a gente com muita conversa, muito assim, conversando com as pessoas, parece que dá uma força que sai da gente, a gente levanta a cabeça, a gente se acorda, né? Maravilhoso”(E009G3).

“Se eu sofria antes, hoje eu não sofro mais. Eu era uma mulher deprimida, e hoje eu não sou mais. Eu sou uma mulher que hoje em dia eu chego dentro de casa e digo, é assim, é assado. Na minha palavra certa, no meu moral. Se eu ver o errado, tá errado, você não é pra falar assim, você é pra falar desse jeito. Mudou muito, eu sou uma outra mulher. Eu era deprimida, eu era uma mulher sem vida, e hoje eu tenho vida, Graças a Deus e graças a meus professores da Sabiá”(E011G2).

5.1.5 Auto-organização e participação política das mulheres

Este tema apareceu como uma demanda muito forte por parte das mulheres, que vamos poder aprofundar no capítulo sobre recomendações e muitas destas necessidades foram canalizadas para a escola feminista como um espaço de encontros das mulheres para falarem do que elas querem com a liberdade que elas precisam para isto, como revela E010G2

“As conversa era ótima. Melhor quando terminava de tudo para ficar cada um por si, nós ia brincar, conversar, quando se via só uma vez por mês. Era curto demais, não era pra ter acabado, era pra ter continuado”(E010G2).

De forma geral apenas uma das mulheres não participam de nenhum espaço coletivo, a maioria das mulheres participam de associações comunitárias/municipais de agricultores/as, sindicatos rurais, estes dois primeiros espaços, são majoritariamente masculinos. Algumas mulheres mais velhas participam da igreja, mais nenhuma participa de grupos de mulheres em suas comunidades, onde possam conversar sobre os assuntos delas, para muitas a escola feminista foi o único espaço que houve abertura para elas fazerem isto.

“Participo da Igreja, tem a Igreja católica, terminou a oração da família. terminou ontem, as sete e meia, que a gente fez, a comunidade, a gente faz a como é... pela Quaresma é a... novena do Natal. Tem a novena de São Sebastião, que vai ser em janeiro. Sempre sou da Igreja. Sou católica, graças a deus, sou ministra da Igreja, e sempre participo de muita reunião” (E005G4).

“Faço parte da associação da comunidade, mas tá mais acabada do que em pé”(E010G2).

“O único grupo que nós participamos aqui só é a associação lá no sítio... o sítio olho d’água. O sítio que eu nasci e me criei lá”(E008G1).

Também percebemos um caso em que após a escola feminista despertou-se para a possibilidade de liderar processos junto com outras mulheres, como é o caso de E006G2

“Então a escola feminista ela só fez bem a mim que hoje na minha comunidade eu sou uma liderança que trabalha com as mulheres, aprender a orientar as mulheres que são oprimidas, que ainda tem muitas, né? que são oprimidas pelos seus companheiros, aí a gente senta em algumas conversas e tem coisa que a gente tem que ir orientando pra que elas possam ir aprendendo a serem mulheres e não escravas”(E006G2)

5.2 Produção e consumo de alimentos no Semiárido

Todas as mulheres entrevistadas com exceção de uma que está trabalhando na cidade, têm sua principal ocupação na produção agropecuária, mas mesmo esta que neste momento está trabalhando na cidade não deixa de ser agricultora. Um fator estrutural que limita muito o aumento da escala da produção é o tamanho das áreas, das 12 entrevistadas, 07 tem áreas menores que um hectare, sendo que 3 tem até 5 hectares e apenas duas com áreas maiores, 01 com 9,5 hectares e outra com 30, sendo que esta última é terra coletiva de herdeiros o que limita o uso por ela.

É interessante perceber também que o tamanho da áreas limita o aumento da produção, mas não necessariamente a biodiversidade das áreas, se compararmos a menor área que tem 0,04 hectares que possui um biodiversidade cultivada de 19 espécies diferentes com a maior área de 30 hectares que possui

apenas 10 espécies cultivadas. Ou seja, E001G1 com apenas 0,13% da área de E008G1, possui quase o dobro de espécies cultivadas, o que nos dar um indicativo de que os processos de intensificação produtiva, sem simplificação ecológica (Petersen & Silveira, 2017) podem ser importantes quando se tem muitas limitações de área disponível para cultivos. Algumas mulheres também revelaram que tiveram resistências internas, nas comunidades e em suas próprias famílias para implementarem um sistema mais diversos e sobretudo práticas mais ecológicas.

“Teve gente da família mesmo. Falou isso é tudo besteira, tudo bobagem, tudo besteira. Você tá usando essas coisas, mas vá usar o certo. Aí eu falei, olha, eu não vou usar isso que vocês chamam de certo, se não der certo é a minha experiência. Aí eu faço graças a Deus, tudo certo” (E003G3).

“Na comunidade sempre tem alguém que diz: oxe, negócio de besta que tu tá fazendo. Na época das mudas mesmo, até mesmo a família disse: menina, isso aí não vai dar em nada não. Tu tá fazendo um serviço em vão. eu disse: ao menos eu tô me ocupando com alguma coisa, que na época eu não fazia ainda o artesanato” (E001G1).

“você está doida, a praga vai comer o milho de vocês todinho, tem que botar um veneno brabo, aí eu digo, não, você vai ver minha lavoura e vai ver a sua quando a praga vier. Mesmo ele botando veneno a praga ainda deu e no meu eu botei o que as meninas me ensinaram, eu ainda lucrei um pouquinho, não foi muito milho, mas eu lucrei. Eles botaram veneno e mesmo assim a praga comeu não lucraram nada, eu ainda lucrei um pouco do meu milho”(E011G2).

Figura 19 - Quintal de produção de uma das mulheres com a menor área



Fonte: Autor, 2018

5.2.1 Biodiversidade Cultivada e Práticas agroecológicas

Todas as entrevistadas disseram que tiveram mudanças em seus sistemas produtivos, cada uma com níveis diferentes, mas no geral houveram mudanças sobretudo com relação a biodiversidade que é cultivada por elas dentro de seus sistemas produtivos. As entrevistas revelaram que se avançou muito com a produção de alimentos, mesmo que historicamente a agricultura familiar desta região, nunca deixou de produzir, sobretudo milho e feijão que está na base alimentar, algumas raízes como mandioca, batata doce e cucurbitáceas como o jerimum. No entanto, houve no período que as mulheres foram assessoradas uma introdução de hortaliças e frutas em seus sistemas produtivos a partir dos intercâmbios que elas participaram e também de participação na própria escola feminista.

“Tem acerola, foi troca, levei laranjeira e trouxe acerola. Eu levei um pé de laranjeira e trouxe 3 de acerola, foi futuro, né? Eu não tinha acerola” (E002G3).

“Não, só foi depois do Sabiá pra cá. Se não fosse o Sabiá a gente não tinha horta, não tinha nada” (E004G4).

“Só plantava milho e o feijão, somente. Aí depois veio a planta da laranja, do caju, banana, aí fui aplantando, mas pra mim mudou muita casa porque eu aprendi... o aprendizado foi ótimo pra a gente cuidar do roçado, trabalhar, não tá fazendo queimagem, veneno nós não bota” (E005G4).

“Verdura, coentro, cebolinho, eu não fazia mas hoje eu faço, eu tenho em casa que é mais saudável, melhor do que a gente comprar lá fora que é tudo com veneno” (E012G3).

Identificamos entre todas as entrevistadas uma variedade de 69 espécies diferentes, entre forrageiras, legumes, hortaliças, frutas e plantas medicinais, algumas com uma imensa variedade outras com um pouco menos.

Altieri (1989) explica que a biodiversidade destes sistemas agrícolas é fundamental para parar o processo de homogeneização e simplificação da biodiversidade na agricultura aportando maior resistência as perturbações, menor vulnerabilidade a doenças e benefícios ecossistêmicos.

Podemos também verificar o quadro abaixo com a variedade que cada uma possui de forma mais detalhada, separando as plantas medicinais em um quadro a parte para termos a dimensão destes conhecimentos e cultivos que abordaremos logo em seguida.

Tabela 7 - Área das agricultora e respectiva produção vegetal

CÓDIGO	ÁREA(HA)	FRUTAS, LEGUMES, HORTALIÇAS E TUBÉRCULOS,	PLANTAS MEDICINAIS
E001G1	0,04	UMBU, CANA, ACEROLA, PINHA, SERIGUELA, GRAVIOLA, GOIABA, MILHO, FEIJÃO, COENTRO, ALFACE	MANJERICÃO, LOURO, CAPIM SANTO, ALECRIM, ARRUDA, HORTELÃ, BOLDO
E002G3	9,5	MACAXEIRA, MANDIOCA, LARANJA, CHUCHU, GOIABA, ACEROLA, CAFÉ, COENTRO, CEBOLINHA, GERIMUM, QUIABO, MAXIXE, COUVE, ALFACE, BANANA, JACA, JABUTICABA, BATATA, MILHO, FEIJÃO	FLORA DE SABUGO, ALECRIM, ANADOR, EUCALIPTO, PATA DE VACA, AZEITONA, CAJUEIRO ROXO
E003G3	0,8	COENTRO, QUIABO, MAXIXE, BANANA, GOIABA, MAMÃO, JERIMUM, MILHO, FEIJÃO, MACAXEIRA, ABACAXI	HORTELÃ GRAUDO, HORTELÃ MIUDO, CIDREIRA, LOURO
E004G4	2,5	LIMÃO, LARANJA COMUM, LARANJA POCAM, LARANJA CRAVO, LARANJA MIMI DO CEU, COCO, GRAVIOLA, COUVE, COENTRO, MAMÃO, MILHO, FEIJÃO, MACAXEIRA	BANTU, COLONIA, HORTELÃ GRAUDO, HORTELÃ MIUDO, CAPIM SANTO
E005G4	1	MILHO, FEIJÃO, LARANJA, BANANA, JACA, GERIMUM, FAVA, PIMENTÃO	CIDREIRA, CAPIM SANTO, XAMBÁ
E006G2	0,5	BANANA, MAMÃO, LARANJA, COENTRO, CEBOLINHA, RUCULA, REPOLHO, COUVE, TOMATE, GERIMUM, MARACUJÁ, JACA, SAPOTI, ACEROLA, LIMÃO, MANDIOCA, MILHO, MANGA, FEIJÃO	HORTELÃ, MANJERICÃO, BABOSA, CURCUMA, COLONIA,
E007G1	0,5	BANANA, LARANJA, LIMÃO, MAMÃO, MILHO, FEIJÃO, MARACUJÁ, MANGA, ALFACE, COENTRO, RABANETE, CEBOLINHA, TOMATE CEREJA, COUVE, CENOURA, MANGA, JACA	CAPIM SANTO
E008G1	30	MILHO, FEIJÃO, COENTRO, ALFACE, MAMÃO, PINHA, ACEROLA, LIMÃO	COLONIA, CAPIM SANTO,
E009G3	0,6	FEIJÃO, FAVA, MILHO, MACAXEIRA, BATATA, GERIMUM	HORTELÃ MIUDA, CAPIM SANTO, COLONIA, MALVA ROSA
E010G2	0,6	COENTRO, CEBOLINHA, TOMATE CEREJA, MILHO, FEIJÃO, BATATA, COCO, LARANJA, BATATINHA, CENOURA, ALFACE, PIMENTÃO, PEPINO, CAJÁ	CIDREIRA, CAPIM SANTO, COLONIA
E011G2	5	PALMA, MILHO, FEIJÃO, GERIMUM, MELANCIA, BATATA, MACAXEIRA,	CAPIM SANTO, ALECRIM, MALVA ROSA, CIDREIRA
E012G3	0,3	MILHO, FEIJÃO, FAVA, GERIMUM, LARANJA, BANANA, JACA, MAMÃO, COENTRO, CEBOLINHA	CAPIM SANTO, HORTELÃ MIUDO, MASTRUZ, VICK

A maioria das mulheres afirmaram que incorporaram as suas práticas agrícolas algumas práticas agroecológicas que vem dando certo e que podem aumentar a produção de seus sistemas.

“Com a lagarta a gente usa sempre o nim, usa fumo e pimenta. O fumo que tem foi uma herança que foi do meu pai que plantava muito fumo. Ele fazia os fumos dele aí a semente a gente já tem, a gente usa a folha do fumo. O nim a gente tinha uma árvore, tinha a planta que a gente adquiriu com o Sabiá e a gente tem até hoje essa semente. E a pimenta a gente tem, que todo agricultor tem um pezinho de pimenta atrás de casa”(E001G1).

“Olha, eu queimava, né? Mas depois do Sabiá também, que eles falaram que aquilo era a vitamina da terra, aí a gente manda arrancar o pé de planta, o mato né? Cai na terra, a gente deixa e faz a plantinha, aí tem muito mais resultado. É muito mais importante do que queimar, achei muito mais futuro do que queimar” (E003G3).

“A gente usa muita calda natural aqui pra combater os fungos, principalmente da fava que a gente usa o nim” (E006G2).

“Aplico cinza, alho, pimenta, fumo, sabão sem cheiro. Aí quando tem quase 5 dias que já ta mudando de cor, nós coa, bota um litro dessa água com um quarto de água limpa e passa, mata o inseto”(E010G2).

Embora a maioria das mulheres afirmem utilizar práticas agroecológicas, duas ainda estão utilizando insumos químicos, uma tem consciência de seu uso, mas enfrenta o autoritarismo do marido que não respeita sua opinião e a outra não tem esta consciência e utiliza de forma natural.

“Ele compra aquele remédio que vende na cooperativa pra lá, bota numa bomba pra lá e agua. Eu disse que não é assim não, tem o esterco de gado, tem o xixi das coisas, mas ele disse que não vai fazer aquilo não que é muito trabalho. Mas ele não quer fazer. Como eu digo, ele não quer fazer do meu jeito, ele quer fazer do jeito dele, mas um dia eu faço”(E009G3).

“Nós botamos veneno, carrapaticida... pra essas coisas. Carrapaticida mata que só num sei o quê. A gente bota e quando é no outro dia chega amanhece de camada quando cria. Mas nunca mais criou não, esse ano nem deu essas coisa nas lavoura”(E004G4)

Um outro aspecto mais geral que percebemos foi a perda de práticas antigas da cultura camponesa, que aos poucos está sendo substituída pela tecnologia moderna, não que esta tecnologia não seja importante para diminuir o tra-

balho penoso que muitas famílias têm que enfrentar dia a dia, mas é um indicativo, sobretudo de substituição de tecnologias adaptadas as realidades e construídas socialmente, por tecnologias petróleo-dependentes que geram custos ambientais muito altos para todos e todas.

“A gente usa o trator, antigamente era o arado, que eu cresci né? Arando terra com o meu pai, os bois e o arado. Hoje mudou, a gente usa mais o trator, aqui mesmo é difícil você chegar e encontrar aquele tradicional que usa o arado. Hoje é difícil, é mais o trator. Depois para o manuseio a gente arrancava o mato com a enxada” (E001G1)

Mesmo assim ainda há famílias com práticas agrícolas muito antigas, como a secagem das sementes de grãos que muitas ainda fazem para comer e armazenar.

Figura 20 - Secagem de feijão com métodos muito antigos



Fonte: Autor, 2018

5.2.2Saúde e Hábitos Alimentares

A maioria das mulheres implantaram algumas mudanças em seus hábitos alimentares, no entanto, 3 delas não relataram nenhuma mudança ainda, entendemos que os hábitos alimentares são uma das mudanças mais difíceis a se fazer, porque elas estão relacionadas também ao consumo como forma de identidade, ou seja muitas famílias melhoraram suas condições de vida e passaram a ter um maior poder de compra, a renda cresceu mais nas pobres áreas rurais do que nas cidades pequenas, médias ou grandes. Similarmente, a renda do Nordeste subiu mais que no “Sudeste maravilha” (Neri, 2012). O que muitas vezes os levam a comprar produtos alimentícios industrializados que aparecem nas

publicidades. De forma geral também muitas mulheres disseram que tem buscado produzir muitas variedades e comprar no mercado somente aquilo que não conseguem produzir.

Teve mudanças, porque os professores nosso na escola feminista eles recomendaram que a gente não comece tudo, agora eu crio mais galinha pra comer, ovo as vezes só de capoeira, quando não tem, não como. Alface a gente come de lá²², chuchu a gente come de lá, coentro, a cebolinha, quer dizer que mudou muita coisa, batata, macaxeira. A gente já comia mas quando não tinha nem ligava, dizia: a gente compra. Mas agora a gente diz: não, tem lá, vamos buscar. Aí, quer dizer que foi melhor, a saúde é melhor, né?”(E002G3).

“O meu hábito alimentar hoje é diferente do povo é, eu como muita salada, deixei de comer farinha porque sei que é uma massa que não necessito muito dela, mas como muita salada, meu prato de alface, de folha verde, tá todo dia”(E007G1).

“Mas quando a gente tem da roça, nós não compramos na feira. Porque o que nós plantamos na roça não é com veneno, como o da feira. Então até hoje nós variamos, o que plantamos e o que compramos na feira”(E008G1).

“há cinco anos atrás eu tinha 96 quilos e hoje eu fiquei com 70, 75 porque eu faço... aprendi a comer, aprendi a produzir, aprendi a me alimentar totalmente diferente do que a gente fazia há muitos anos atrás. Então raramente tem um refrigerante na mesa, raramente... eu não como açúcar, na minha casa a gente compra do mais preto, mesmo assim eu ainda não consumo” (E006G2).

“É a maior alegria quando eu chego lá que tá lá aquele fruto que eu tiro, sendo que ele não tem nenhum veneno, não tem nenhuma contraindicação. Então do jeito que eu tiro ali eu dou ao meu filho e ele come ali na hora. E isso é a maior alegria hoje”(E001G1).

Mesmo assim como mencionei algumas ainda não conseguiram fazer estas mudanças, muitas vezes pela falta das condições objetivas, como relata E011G2.

“Infelizmente ainda não, nós ainda continuamos comendo essas comidas com veneno, porque se eu tivesse a água, eu tinha minha comida orgânica” (E011G2).

²² Está se referindo ao sítio

Outros elementos relacionados a saúde também foram abordados nas entrevistas entre eles o conhecimento e uso de plantas medicinais para prevenção e combate a algumas doenças, e neste ponto 100% das mulheres, possuem, conhecem e utilizam as plantas medicinais para algum uso. O que nos indica que há conhecimentos ancestrais sobre a natureza, passadas a cada geração, porque este não foram necessariamente frutos da escola feminista.

“Faço chá, faço lambedor pra tosse. E é muito bom o lambedor que eu faço, eu nunca vou pra o médico por causa de tosse não...aprendi com a minha mãe. Eu criei minhas filhas, nunca fui em posto de saúde, graças a Deus, nunca fui não com problema de cansaço de tosse não, curava em casa”(E012G3).

“Eu tenho capim santo, tenho alecrim, malva rosa, outras plantas porque agora tá tudo seco. Mas essas daí eu ainda tenho”(E011G2).

“Um remédio pra febre, como o chá de colônia, tem o hortelã e serve pras vermes, faz o suco e bota o hortelã. E na verdade quando a gente consome muitos produtos agroecológicos, como diz assim.. a questão da doença é muito raro...eu fiquei resfriada agora acho que dentro de 40 anos da minha vida eu nunca tinha pegado um resfriado”(E006G2).

5.2.3 As Mulheres e a Água no Semiárido

Um dos principais desafios apontados pelas 12 entrevistadas para a produção dos alimentos é o acesso a água. Historicamente no semiárido as mulheres são as responsáveis pela busca e o manejo da água, o que víamos como uma cena comum de mulheres com lata de água na cabeça por quilômetros hoje é cena rara, graças ao Programa Um milhão de Cisternas da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA que construiu mais de Um milhão de cisternas de placas, com capacidade de armazenamento de 16.000L de água, captada diretamente dos tetos das casas e que é suficiente para beber e cozinhar durante todo o período de estiagem que geralmente é de 8 meses a cada ano. Também na ASA tem o programa Uma Terra e duas águas – P1+2, que constrói tecnologias de captação de água de chuva para produção de alimentos, do qual o Centro Sabiá é uma das organizações que executa o programa como membro da ASA, esta ação é de construção de tecnologias de captação de água para produção e não só para o consumo humano, na maioria das vezes são construídas cisternas “calçadão” que captam água da uma a partir de uma calçada de 200m². Na grande maioria das vezes os recursos são oriundos do Governo Federal.

“A gente saía daqui três horas da madrugada. Eu, meu marido e minha sobrinha, a gente botava três cargas d'água na cabeça com um pote. Pensa que era balde? Era aqueles potes de barro. Na cabeça. Carreguei

muito, pra lavar pano. Pra beber, pra dar água aos bichos, e a gente tinha que dar aquela água pros bichos beber” (E005G4).

“a gente pegava água de longe, a gente buscava na cacimba do outro lado, com balde...Antigamente as mulheres nem carne criava, só o coro e o osso de tando buscar água, com balde na cabeça pela serra. E era regrado viu? Pra tomar banho tinha que ter cuidado, era tomando banho e uma bacia lá, a água que caía pra botar nas plantas” (E009G3).

“A gente pegava ali que a prefeitura bota ali água numa chafariz. Ai a gente pegava lá do chafariz. Uma água de péssima qualidade, que muitas vezes era fedida para os gastos de casa. E para a gente beber a gente pegava do Exército. Ele traz uma água que é boa e que muitas vezes quando a água chegava era salgada. Mas como não tinha outra, tinha que usar aquela mesmo” (E001G1).

“Antes era muito difícil, a gente carregava água na cabeça. Quando não aguentava mais, comorava um burrinho, que é baratinho, e pegava essa água lá do vizinho”(E003G3).

As ações do Centro Sabiá, sempre que possível no território do Agreste foram construídas potencializando as ações dos projetos, por isto que mesmo a chamada de ater agroecologia não tendo como objetivo a construção de cisternas e sim a assessoria técnica, esta política pública sempre foi entendida pelo sabiá como uma base de ancoramento para outras políticas públicas²³, como por exemplo o acesso água, assim como o centro sabiá sempre buscou atender as famílias de forma integral, por isto que todas as famílias já receberam cisternas e reconhecem sua importância.

No entanto mesmo com as cisternas as mudanças no clima têm agravado ainda mais a situação, nos últimos 7 anos o semiárido brasileiro passa por uma das maiores secas dos últimos 100 anos, além disto a irregularidades nas estações chuvosas também provoca mudanças e perda de sementes, o que antes era comum se plantar em Março e colher em Junho, já não é tão normal.

“a gente vem arrastando uma seca de quase sete anos. Acho que já vai chegando os oito anos já, que a gente teve chuva mesmo pra fazer água em 2011, a gente jurava que esse ano ia ter muita chuva, muita água e foi muito pouco. Mesmo a gente se arrastando eu consegui salvar minhas plantas, que isso pra mim é muito benéfico” (E001G1)

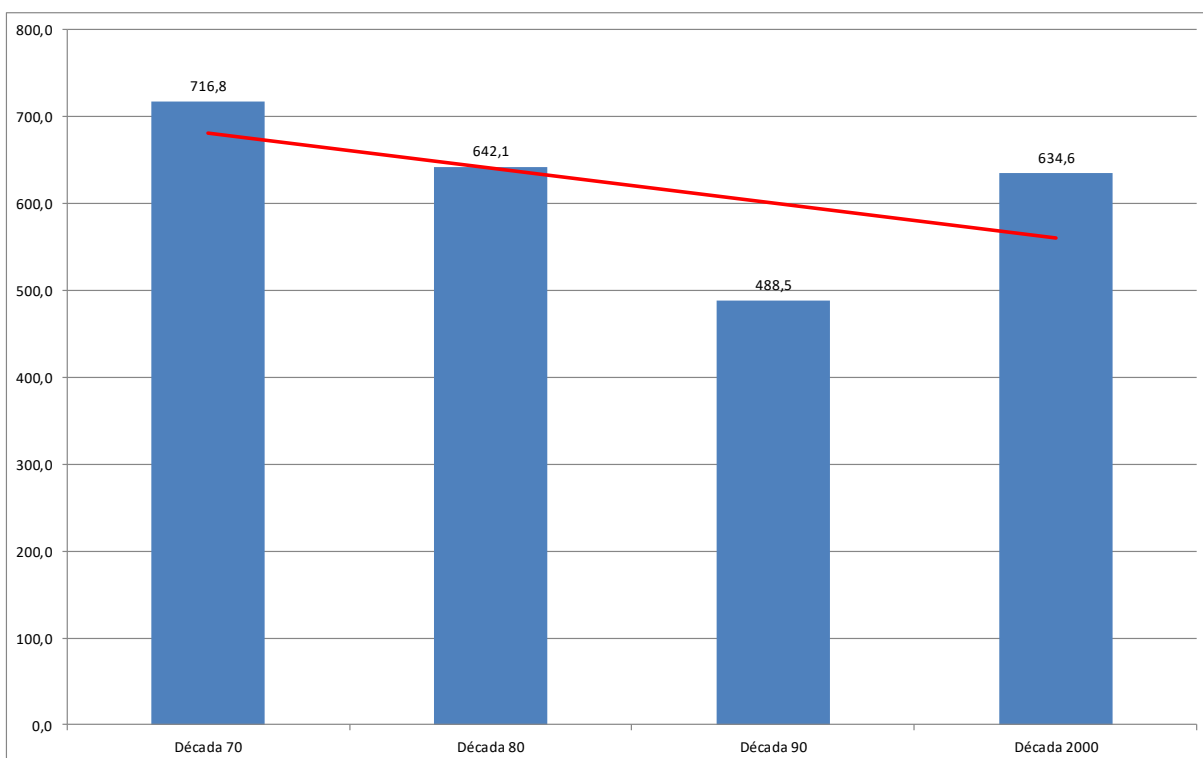
“ano passado nós batemos quase 5 sacos, esse ano vai dá mais de 2 sacos porque foi fraco o lucro. Milho ninguém lucrou. O milho nós perdemos, por sorte que lucrou o feijão, né? Nós não, todo mundo por aqui

²³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=SGagMWDxXjU> vídeo produzido para sistematizar os resultados da chamada de ATER Agroecologia nas diversas regiões de atuação do Centro Sabiá

lucrou só feijão. Milho ninguém lucrou de jeito nenhum. Quando o milho tava desse tamanho assim aí parou a chuva. Nada, não deu nada. Aí o milho a gente compra. Todo mês compra um saco”(E004G4).

Este gráfico abaixo, mostra a média das últimas 4 décadas em duas cidades polos da região do Agreste (Caruaru e Surubim), que estão localizadas no Agreste Central e Setentrional de Pernambuco, estas cidades estão cercadas pelas cidades onde as mulheres estudadas estão localizadas, o que pode nos dar uma ideia do que está acontecendo no clima da região.

Figura 21 - Chuvas em milímetros dos últimos 40 anos na região do Agreste



Fonte: Agência Pernambucana de Água e Clima/ Elaboração própria, 2014

Mesmo com todas estas mudanças, as cisternas são muito importantes para todas as mulheres, porque sem elas a busca pela água continuaria de forma muito sofrida.

“Essa cisterna que chegou deu vida a todas as mulheres, não foi só a mim não, porque foi uma benção de Deus. Isso foi a coisa melhor do mundo que o governo fez, foi mandar essas cisternas” (E009G3).

“Porque mudou muito a vida da gente, de várias pessoas daí. Se não fosse o Sabiá, meu filho, nós não tínhamos o que temos hoje não. Nós não tinha cisterna grande calçadão, nós não tinha da pequena, nós não tinha essa coisa famosa dada por Deus que tem aí plantado, os pés de laranja tá assim de laranja. Aí, ave Maria, melhorou de mais. Melhorou 100%”(E004G4).

“Antes era só carregando água dos barreiros, tomando aquela água de barreiro velha. Quando tinha, quando não tinha era esperar pelo exército na beira da estrada pra pegar água nos baldes. E agora com a cisterna você tem água potável, pra você beber, tomar banho, dá pra os seus animais. Isso aí foi uma coisa maravilhosa que caiu na vida do agricultor, que foi doada pelo governo, Foi no governo Lula” (E011G2).

Os desafios são muito grandes ainda e neste sentido, muitas mulheres entrevistadas tem buscado e experimentado soluções de manejo de água para economizar o máximo de água possível. Como podemos ver abaixo:

“hoje eu tenho o maior cuidado. Eu falo, meu filho, pelo amor de Deus, Não gaste essa água. Eu lavo a louça e junto a água pra outras coisas. Quando assenta um pouquinho eu tiro por cima e lavo o banheiro, eu aproveito pra outras coisas, mas eu não joga a água fora”(E003G3).

“Tem que furar a tampa da garrafa pet bem pouquinho e folgar bem pouquinho, aí a gente enche e ela vai pingando bem devagar na planta. E aquela garrafa vai aguar muitos dias”(E008G1).

Com cada vez menos chuvas e mais irregularidades climáticas, pouca terra e a necessidade de produzir alimentos para o consumo, parece que soluções com base na convivência com o Semiárido e em sistemas de produção mais agroecológicos, não são apenas uma opção e sim uma saída razoável para a melhoria da qualidade de vida das mulheres no semiárido.

5.3 Acesso a Mercados e Geração de Renda

Este é um dos temas mais difíceis e mais necessários para serem trabalhados na agricultura familiar, gerar capacidades para o acesso aos mercados, sejam quais forem os canais é algo extremamente importante e desafiador, porque gera autonomia e independência nas famílias e grupos, possibilitando transformações sem necessariamente a presença de um agente externo de assessoria. De todas as mulheres apenas 1 não comercializa nada, todas as outras comercializam, algumas com múltiplos canais de comercialização e outras com apenas um. Tradicionalmente os canais que as famílias historicamente têm vendido seus produtos são a feira local que acontece uma vez por semana na sede do município, a venda direta em suas comunidades que denominamos mercado comunitário e ao atravessador que comprar para revender.

5.3.1 Estratégias de Acesso a Mercados

Cada mulher traça uma estratégia e um caminho para acessar o mercado a partir de suas necessidades, desejos e possibilidade, O que nos revela um mix de estratégias diferentes como vemos abaixo sintetizadas no quadro.

Tabela 8 - Principais produtos comercializados, canais de venda e outras rendas

CÓDIGO	PRODUTOS VENDIDOS	CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO	OUTRAS RENDAS
E001G1	ALIMENTOS BENEFICIADOS/ ARTESANATO	FEIRA AGROECOLÓGICA/ MERCADO COMUNITÁRIO/ FEIRAS DE EVENTOS	BOLSA FAMÍLIA
E002G3	ALIMENTOS BENEFICIADOS	FEIRA AGROECOLÓGICA/ MERCADO COMUNITÁRIO/ FEIRAS DE EVENTOS)/ENCOMENDAS	APOSENTADORIA
E003G3	ARTESANATO	FEIRAS DE EVENTOS/ENCOMENDAS	APOSENTADORIA
E004G4	NÃO COMERCIALIZA	NÃO COMERCIALIZA	APOSENTADORIA
E005G4	ANIMAIS VIVOS	ATRAVESSADOR	APOSENTADORIA
E006G2	FRUTAS/VERDURAS IN NATURA	FEIRA AGROECOLÓGICA/PNAE	BOLSA FAMÍLIA
E007G1	FRUTAS/VERDURAS IN NATURA	FEIRA AGROECOLÓGICA/PNAE	SALÁRIO PREFEITURA
E008G1	ARTESANATO/ANIMAIS VIVOS	ATRAVESSADOR/ MERCADO COMUNITÁRIO	BOLSA FAMÍLIA
E009G3	ANIMAIS VIVOS	FEIRA LOCAL	BOLSA FAMÍLIA
E010G2	ANIMAIS VIVOS	MERCADO COMUNITÁRIO	DIARISTA EM RESTAURANTE 1 DIA NA SEMANA
E011G2	ANIMAIS VIVOS	MERCADO COMUNITÁRIO/ENCOMENDAS	TRABALHA EM RESTAURANTE

E012G3	GRÃOS IN NATURA	FEIRA LOCAL	BOLSA FAMÍLIA
--------	-----------------	-------------	---------------

Pelo quadro podemos perceber que das 12 mulheres, 05 delas tem como principal economia a venda de animais vivos, o que revela a importância da criação de animais para a economia familiar no semiárido, os animais tem servido historicamente como poupança viva, ou seja animais mais pequenos como galinhas são destinados as vendas cotidianas para comprar algo mais imediato, animais maiores como porcos e cabras para despesas maiores como saúde ou mesmo alimentação dependendo da situação e bovinos como uma poupança a longo prazo para questões mais estruturais, como reformas de alguma estrutura na propriedade, etc.

“O menino adoeceu, eu vendi 8 galinhas, já apurei 200 reais. Deus pra comprar o remédio, deu pra pagar o aluguel do carro... Crio porco. É porco parideira, quando pari, eu vendo aquelas bichinhos que eu não tenho condições de criar, porque pra comprar o alimento é muito caro. Aí eu vendo aquele rebanho de bicho, aquele dinheiro eu compro de alimento pra dentro de casa. Uma roupa, um calçado, um remédio”(E011G2).

“As vezes quando precisa. Essa crise de trabalho, as vezes não tem um emprego e você tem um bicho, tem que vender pra comprar alguma coisa. Uma alimentação, uma precisão pra dentro de casa, alguma coisa, uma conta de luz, né? A gente tem que manter o que tem, vender o que tem. Mas porque essa crise foi muito... essa crise tá no mundo não é fácil pra ninguém”(E009G3).

“Eu sou casada há 26 anos, nunca precisei do meu esposo pra vestir uma roupa ou pra colocar uma sandália no pé. Com emprego ou sem emprego eu sempre criei meus animais, que era dali que eu tirava o dinheiro de comprar minha roupa, o dinheiro de comprar minha sandália. Pra que não tivesse que pedir a marido”(E006G2).

Ao mesmo tempo quando olhamos o quadro com mais atenção, é visível que as mulheres que vendem animais vivos, também são em sua maioria as que vendem seus produtos nos canais mais tradicionais, ou seja, as mudanças que houveram não foram suficientes para que as mulheres pudessem vender seus produtos em canais que valorizem mais seus produtos ou mesmo porque acessar canais como feiras agroecológicas e mercados institucionais é necessário um esforço muito maior institucional e também das pessoas envolvidas que tem que colocar muito mais trabalho e dedicar tempo a construção destes canais. Isto é, por exemplo, uma família que vende ao atravessador, ela apenas produz e na maioria das vezes o atravessador vai em sua casa buscar os produtos, todo

o trabalho de organizar, transportar, vender, fazer a gestão do dinheiro, é terceirizada. No caso de acessar uma feira agroecológica e vender você mesmo seus produtos, significa que além de produzir precisa assumir todas estas tarefas e ainda assumir os riscos por exemplo de não conseguir vender, revelando uma dialética organizativa e suas contradições (Soler Montiel & Pérez Neira, 2013). Como afirma (E005G4) colocando a facilidade que se tem para vender seus produtos. “Vendo na porta. Chamo o comprador, quando eu quero...”

Algumas mulheres passaram a vender seus produtos, ou mesmo a produzirem outros produtos como artesanatos para além da produção agrícola, uma característica comum da agricultura camponesa.

“Melhorou, assim, eu comecei levando artesanato. Eu aprendi a fazer uma galinha de peso de porta, aí eu sempre fazia a galinha e levava para as feiras. Sempre Deus deu certo. As vezes eu vendo, as vezes não vendo, mas dá certo. É uma coisa que sempre sai, que é peso de porta, né? Aí depois eu comecei a fazer crochê. E agora a gente teve a oportunidade da gente ter um banco na feira, que assim, que ajuda. É pouco, mas é um pouco que entra, mas é um pouco que ajuda”(E001G1).

“Eu sei que depois eu comecei fazendo essas artes né? De artesanã, o ano passado fiz bastante e vendi bastante, fui pra Fenearte²⁴ e lá fiz R\$ 600,00. Num foi muito não, mas deu pra quebrar um galho. Fiz R\$ 600,00 em oito dias que eu tava lá” (E003G3).

Enquanto outras mulheres conseguiram acessar as feiras agroecológicas nas cidades e mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE com alimentos in natura e processados.

“Aí foi aparecendo técnico vindo lá do Sabiá fazendo visita pra gente, e veio a famosa chamada de ATER. Veio o convite pra eu participar e foi abrindo outros convites, e entra a Agroflor que veio entrar produto pro PNAE e pro PAA e pronto. Aí foi abrindo brecha. E certo tempo depois de dias, anos passados, apareceu a oportunidade de talvez ir pra Recife participar de uma feira, era pras mulheres, um agrupo de mulheres. Eu disse ‘Eu vou. Mas como é que eu vou?’ Aí a gente foi em uns três eventos lá dentro daquele prédio do Sesc. Foi dando certo, dando certo, e a gente tá lá até hoje”(E007G1).

“Eu vendo em casa, vendo as vezes na feira e vendo nas feiras que o Sabiá arruma. Que eu quero mais feira pra vender, vendo nos encontros também e vendo em Bom Jardim, vendo em Recife e em Caruaru” (E002G3).

²⁴ Feira Nacional anual de artesanato que acontece na capital pernambucana

Figura 22 - Produção de jerimum colhida para venda ao PNAE por uma das mulheres



Fonte: Autor, 2018

5.3.2 Gestão de recursos e autonomia econômica das mulheres

Nota-se também que todas as mulheres entrevistadas possuem uma renda além da agricultura, na maioria das vezes ou bolsa família²⁵ (Brasil, 2004a) ou aposentadoria rural²⁶ que lhes dão uma possibilidade de ter um pouco mais de autonomia, elas reconhecem esta soma das rendas com a comercialização e as outras rendas como algo que lhes dá mais liberdade.

“Oxente, bem melhor. A gente se sente mais assim, com mais autonomia. Porque quando a mulher tá ali só esperando o do homem, sempre ouve uma coisinha, né? Mas quando a mulher tem uma rendinha assim, ele sempre fica mais por igual. Não tem essa dele querer ser mais. Porque geralmente quando é só o homem que trabalha, é só o homem que bota

²⁵ O programa bolsa Família foi criado em 2004 pela lei federal 10.836, é um programa de distribuição de renda para as populações mais pobres, que em resumo, distribui renda direta do governo federal para mulheres que tem filhos em idade escolar, o valor médio anual que cada família recebe é R\$ 1.600,00 que tem como condicionalidades a manutenção dos filhos na escola, a vacinação e a assistência social, na perspectiva da quebra do ciclo de pobreza e melhores oportunidades de inclusão social. Hoje o Programa Bolsa Família atenda mais de 16 milhões de famílias.

²⁶ A aposentadoria rural é um benefício especial assegurado as pessoas que vivem no campo e que não contribuem com a previdência social, que garante aos homens com idade de 60 anos e as mulheres com 55 anos, se aposentarem com 01 salário mínimo mensal que hoje está em R\$ 954,00.

em casa, ele sempre se acha que tá no direito de pegar e de querer mandar demais. E eu nunca deixei isso acontecer não. Sempre procuro fazer uma coisinha pra mim ter” (E001G1).

“É tão bom a gente ser dependente do dinheiro da gente, a gente faz o que quer, a gente compra o que quer e ele não tem que dizer nada porque não é dele. Fica na tua aí caladinho... Eu digo a minha filha, seja dependente do seu dinheiro, dependente de homem não presta”(E009G3).

“É, porque você compra o que quiser, não tem marido xingando, filho xingando. O dinheiro é meu, se é meu eu faço o que quero, né? Se quer comprar um doce pede pro marido, mas por que um doce? Se o dinheiro é da pessoa compra o que quiser, não precisa pedir pra ninguém” (E010G2).

“O que eu queria Deus me deu. Foi minha aposentadoria, depois que eu me aposentei eu disse a ele, eu não vou mais trabalhar com enxada, nem agricultura não. Eu posso até ajudar pra eu botar um trabalhador, mas pra eu ir pra roçado, eu não vou não. Aí eu fico cuidando das plantas e da minha casa”(E004G4).

Um enfoque interessante de se perceber é que por mais que seja pouco dinheiro, mas elas tem priorizado as despesas da casa e não delas, o que denota este compromisso com o bem estar da família em detrimento do delas, que é uma postura que se contrasta com a dos homens.

“Não dá importância de comprar uma roupa, um calçado, só compra as comidas pela metade. Você diz, traga isso e isso. Só traz aquilo lá. O dinheiro dele o resto é pra o bolso, mais tarde ele vai jogar, vai beber. Oxente, fosse beber com o que? ‘Foi um amigo que deu’ é mentira, que não comprou as coisas certas de casa, e a mulher não. A mulher vai pra o mercado, compra tudo certinho, ainda sobra aquele dinheiro... Eu gasto com comida, roupa, um calçado, remédio, shampoo, sabonete pra tomar banho” (E011G2).

“eu vendo e o dinheiro fica pra mim. Aí eu vou comprar alimento ou um remédio que precisa, ou quando preciso fazer uma consulta também, porque se for esperar pelo SUS também, meu filho, tá perdido. Aí faz uma consulta também, aí eu já vou e pago com meu dinheiro”(E003G3).

“Porque com o pouco dinheiro que eu tenho eu divido ele pra muita coisa e com isso eu digo que eu sou independente. Eu digo até que eu não preciso de homem pra sobreviver. Sem ninguém pra me sustentar, eu sobrevivo. E ainda dou conta da minha família, se duvidar, sozinha. Porque o meu pensamento é, se eu ganhar R\$ 300 é para fazer uma feira. Se eu ganhar R\$ 600, R\$ 500 é pra uma compra e fica só R\$ 100 pra uma outra coisa, eu penso muito na família estar bem alimentada” (E006G2).

Ao mesmo tempo compreender a importância que tem programas como bolsa família na vida destas mulheres é algo surpreendente, porque muitas vezes elas conseguem fazer uma gestão super eficiente com estes poucos recursos.

“o certo que a gente tem hoje só é o Bolsa Família, que aí eu tô usando ele pra pagar a faculdade de Taynara, não tô usando nem pra fazer nada em casa, só se for uma emergência mesmo. Mas aí hoje ele tá sendo o foco pra pagar a faculdade de Taynara, o Bolsa Família”(E006G2).

“Acabei de criar minhas meninas todinhas com esse dinheirinho. Eu pago minha conta de energia, compro meu bujão de gás, as sobrinhas compro uma sandália, compro o que precisar alguma coisa em casa”(E012G3).

Esta perspectiva também está relacionada com a divisão sexual do trabalho e com as tarefas que naturalmente as mulheres tem assumido nos trabalhos de cuidados.

5.4 Aprendizados para uma assessoria emancipadora para as mulheres

Este último bloco foi dividido em recomendações gerais e livres onde as mulheres puderam dizer aquilo que elas acham que poderia ser melhorado no trabalho do Centro Sabiá especificamente com mulheres agricultoras, uma outra parte é sobre a percepção delas no acompanhamento técnico dado pelos assessores ou assessoras e a última sobre a diferença de ter nas atividades realizadas profissionais especializados para ficarem com as crianças e garantirem a participação de todas as mulheres de forma integral.

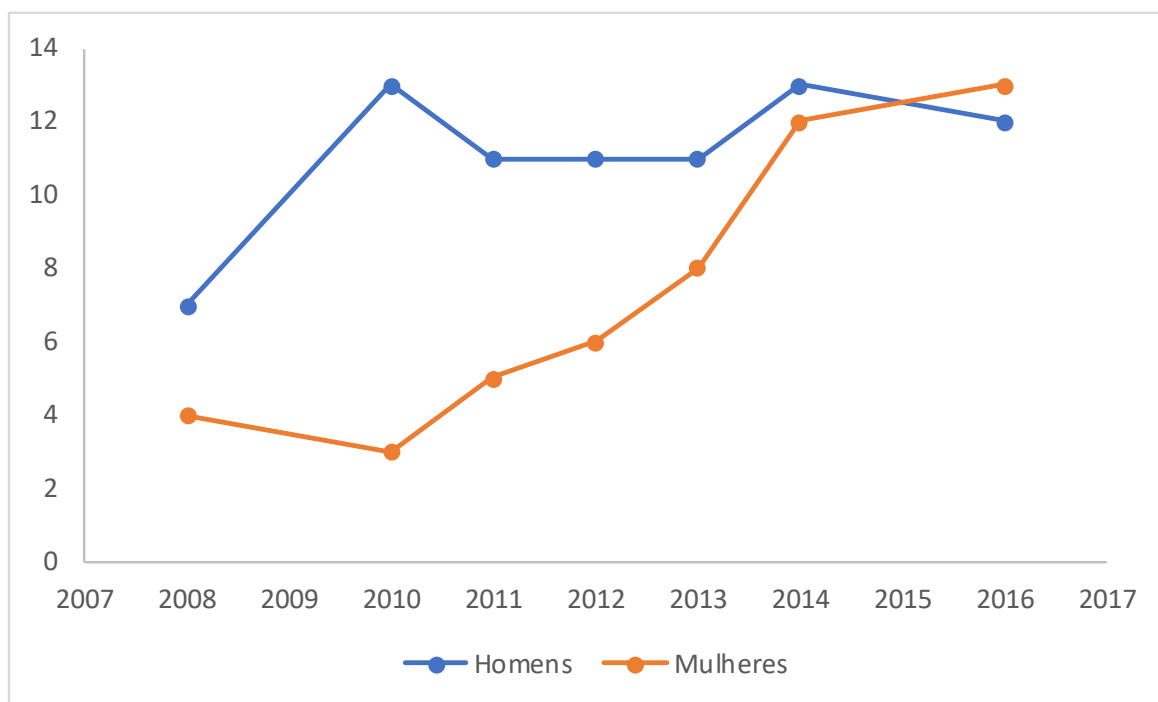
5.4.1 Assessoras ou Assessores, existe diferença?

O trabalho de assessoria específica com mulheres nos últimos anos através da chamada de Ater Agroecologia (2014-2017) e também a partir da participação da mulheres da equipe técnica na escola feminista, nos fez perguntar-nos como estávamos fazendo a assessoria para as mulheres. Estamos apenas cumprindo o que diz a chamada de atender 50% do público de mulheres? Qual a qualidade desta assessoria? Estamos conseguindo ir além de temas relacionados a produção com as mulheres? Estas e outras perguntas estavam sendo feitas constantemente e com o término da ação em 2017 precisávamos saber como as agricultoras avaliam está questão, e a oportunidade de fazê-lo junto a escola feminista foi muito oportuno.

Abaixo um gráfico com número de mulheres e homens que fazem trabalho diretamente com as famílias entre 2008 – 2016, ou seja da equipe técnica que assessora as famílias, aqui não estamos contando a equipe administrativa-financeira, apenas as pessoas que tem um contato direto com o público atendido, assim como são os número de toda a ação do Centro Sabiá em todos os territórios de atuação.

O Gráfico é muito revelador, pois demonstra bastante inequidade de gênero a princípios de 2008, com um agravamento em 2010 e em seguida uma tendência de crescimento do número de técnicas a partir de 2010 que vai até 2016, superando o número de homens. Muito provavelmente esta tendência se consolida em 2014 com o início da execução das chamadas da agroecologia, onde minimamente as equipes por exigência do edital tinham que ser formadas por 50% de mulheres. Podemos deduzir que mesmo com a sensibilidade e compreensão do Centro Sabiá sobre as questões de gênero, a construção de uma política afirmativa que obrigava as organizações terem mulheres em seu quadro técnico foi importante para que mulheres técnicas conquistarem seu espaço nas equipes, mas também porque depois da escola feminista o Centro Sabiá teve mais clareza de que a assessoria para as mulheres deveria ir mais além de questões produtivas-ecológicas e desnudar temas ainda muito espinhosos como violência doméstica e divisão sexual do trabalho.

Figura 23 - Número de técnicos e técnicas de campo do Centro Sabiá entre 2008 e 2016



Fonte: Relatórios anuais de atividades do Centro Sabiá²⁷

A equipe formada para atuar no Agreste era composta por 9 pessoas, sendo 3 homens apenas e todas as outras técnicas eram mulheres.

Nas entrevistas das 12 mulheres, 6 delas afirmaram que preferem ser assessoradas por mulheres que por homens, porque se sentem mais a vontade com elas, destas todas são casadas e todas elas são as que apresentam algum tipo de tensão familiar mais aparente.

²⁷ <http://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades>

“Não discriminando os homens. Mas eu acho que a assistência técnica ela feita por mulheres, ela vai bem mais fundo na dinâmica, sabe? Porque elas se entrosam mais na vida da gente, as mulheres. Elas chegam e conversam e a gente fala dos problemas nossos. E muitas vezes elas falam dos delas também e a gente tem aquela troca de experiência entre mulheres e acaba que a assistência técnica com mulheres na minha visão ela é bem mais proveitosa. porque nem todo mundo tem a mesma liberdade que eu tenho de conversar com você enquanto sexo masculino, né? Nem toda mulher tem a mesma dinâmica, a mesma liberdade”(E006G2).

“Com as mulheres, com o técnico a gente tinha dificuldade não fica a vontade. Mas com as meninas a gente se sentia melhor. Com os professores a gente ficava tudo meio assim, mas ele dizia, não tô aqui, eu sou transparente. A gente desabafava uma com a outra, e ele ficava lá no cantinho dele, as vezes assinando lá. Mas com as mulheres é melhor, a gente dialoga mais” (E011G2).

Alguns depoimentos mesmo dizendo que preferem as mulheres, mas querem justificar que tanto faz, um como o outro, mas no fundo elas se posicionam revelando que ficam mais a vontade com outras mulheres.

“Tem diferença não, mas com mulher é melhor, a gente acha melhor conversar com a mulher, a gente fica mais a vontade e homem a gente já fica mais um pouco tímida. Se acontecer de vim não tem importância não”(E012G3).

“não é diferente não. É um pouco, assim, a mulher não vai se sentir bem a vontade com o homem, a mulher é mais a vontade com mulher. Mas com o homem não tem nada não. As coisa, a pessoa tem que deixar a vergonha pra lá e se abrir, conversar no meio de muita mulher, não tem nada não. Pra mim é normal, trabalho é trabalho, assim não tinha doutor médico. Não tinha um médico pra consultar as mulheres, né? Tem nada a ver”(E009G3).

“Olha, porque... hoje eu não. Pra mim qualquer um dá certo. Se é pra melhorar a minha situação pra mim tanto faz ser homem como ser mulher. Mas tem pessoas que acha melhor se dar com mulher, cada um por um motivo, entendeu, Carlos? As vezes elas diz com vocês mulher a gente se abre mais um pouco. E com homem já fica mais até por conta de seus maridos, entendeu? Assim, eu acho que as mulheres, nesse caso é melhor”(E003G3).

Enquanto algumas mulheres se sentem a vontade com os dois e dizem que não há diferença entre os sexos.

“Eu, pelo menos eu, tenho que falar por mim porque sou mulher, do jeito que eu falo com um homem falo com uma mulher” (E007G1).

“Os dois. Porque o homem sozinho não dá sem mulher, nem a mulher sem o homem. Tem que ter as duas experiências pra trocar ideia, ver como faz da vida. Tem que ser os dois juntos (E010G2).

5.4.1 Apoio as mulheres com Crianças

Dentro do conjunto das atividades coletivas estava previsto que as atividades com mulheres quando necessário precisaria ter uma pessoa específica para cuidar das crianças, para garantir que as mulheres pudessem participar de forma mais integral das atividades, no entanto nas entrevistas todas as mulheres que tem filhos pequenos que estão na primeira faixa de idade, até 35 anos, revelaram dificuldades em trazer seus filhos ou em participar por terem que trazê-los.

“Com certeza, né? Porque a gente ficava mais a vontade. Na última mesmo que teve lá na Normandia que eu fui, aí eu senti muita falta, porque João Marco foi até... ele disse... foi atrás de um pavão, andou demais nesse dia. E eu doida procurando ele. Aí foi que uma menina falou que ele tava na academia brincando. Aí dessa vez eu senti muita falta, porque ali eu não conheço a área, pode ter um barreiro, um açude, ele pode pegar e entrar e cair” (E001G1).

“E as pessoas que não foram porque não tiveram com quem deixar?. Se lá tivesse uma pedagoga que pudesse ficar com as crianças, você pode vir porque vai ter essa pessoa que vai cuidar das crianças, naquele mesmo ambiente mas em uma sala ao lado, que na hora dos intervalos você pode ir lá, ficar com sua filha, seu filho. Poderia ter tido mais gente? Poderia. E é uma coisa a se pensar, não só pra Escola Feminista mas para qualquer outra capacitação que venha a vir, porque a gente deve pensar sempre que o amanhã pode vir melhor né”(E007G1).

“Meu peso todinho são meus dois filhos, então se eu for pra um canto e tiver um apoio tão grande pra mim e pra os meus dois filhos, então eu vou pra o céu com vocês”(E008G1).

Esta questão nos leva a refletir que não basta convidar as mulheres para virem para as atividades, precisa dizer a elas que tragam seus filhos, pois terá lugar específico para eles, e não perguntar se elas tem filhos, porque isso pode gerar um certo peso nelas e desestimular a participação, e também é preciso pensar o conjunto das atividades com as crianças e o espaço adequado para que as mães possam se sentir acolhidas.

5.4.2 Recomendações Gerais ao Centro Sabiá

O conjunto das falas trouxeram algumas recomendações diferentes, sendo que algumas foram reforçadas por muitas mulheres e outras apontadas de forma mais isoladas, neste caso vou tentar trazer todas as recomendações que saíram nas falas para garantir o registro delas pelo Centro Sabiá. Uma questão foi revelada nas entrevistas foi a necessidade de ter mais pessoas na equipe técnica para garantir uma maior cobertura do trabalho nos municípios, garantindo uma irradiação do trabalho nas comunidades com o envolvimento dos jovens para garantir a sucessão geracional no campo.

“E acho também que era muito importante o jovem, o jovem atual, ele dentro mesmo pra no futuro ter quem trabalhasse na agricultura. É como vocês dizem mesmo: se o campo não planta, a cidade não janta. No futuro quem vai trabalhar quando se acabar as velhas do meu tempo? Os velhos do meu tempo?” (E002G3).

Uma outra recomendação foi a busca por novos canais de comercialização e de geração de renda para as mulheres para além dos existentes ou mesmo o fortalecimento destes.

“além da feira agroecológica que já tem gente demais comercializando, um outro espaço pra que se comercializasse o que tem nas propriedades. Porque hoje, se eu for produzir de doces, a geleia, a pasteis, a suco, tudo naturais, eu tenho como produzir, mas eu não tenho onde comercializar, porque na feira agroecológica não cabe mais”(E006G2).

“Mas tudo que fizer com as mulheres é ótimo. Eu acredito que tem que multiplicar, né? E não diminuir. Porque a gente precisa. De algum aprendizado. Fazer alguma coisa, algum trabalho”(E005G4).

No entanto a recomendação que a maioria das mulheres sugeriu é investir na auto-organização das mulheres em suas comunidades e territórios, a partir de capacitações técnicas para geração de renda, fazer reuniões com grupos de mulheres para discutir as questões gênero, fazer outras escolas feministas nas comunidades. Ou seja, investir no processo organizativo das mulheres, com as mulheres.

“A gente pode sempre melhorar, tanto as instituições, as associações, as pessoas. Acho que deveria ter mais grupo de mulheres. Porque os homens não acham que precisam de nada” (E007G1).

“Sim, exatamente, um grupo, um encontro, um encontrzinho é bom. Que as pessoas se encontram uma vez aí porque como é que a gente sabe

resolver as coisas se a gente não sabe pra ondeir. Porque quando a gente tem um encontro, como eu tive, então é outra coisa”(E003G3).

“Continuar com esse caminho que a gente vinha, convidando as mulheres as mulheres que ainda não sabe o que é viver. Porque tem muitas mulheres deprimidas dentro de casa, sendo humilhadas, mal tratadas pelo seu companheiro. Eu queria que continuasse. Não só eu que foi pra lá, fosse várias mulheres tivesse o mesmo caminho que a gente teve. Eu gostaria muito. Que não só fosse numa cidade, que fosse acompanhado por todos os municípios. Tivesse esse poder de acompanhar as mulheres do município, porque tem muitas mulheres aqui que guardam tudo que acontece dentro de casa, elas não tem coragem de abordar uma outra mulher e conversar”(E011G2).

“a gente tava querendo que viesse uma turma assim pra ensinar, cada uma aprender, uma era pra pintar, outra queria crochê. Eu mesmo queria uma assim que ensinasse a fazer crochê porque eu gosto”(E012G3).

“Era bom abrir um negócio pra as mulheres aprenderem a fazer alguma coisa, se ocupar pra aprender a fazer pra depois ela ter seu próprio negócio. Aprender a fazer um bordado, um tricô, alguma coisa, sei lá, aprender alguma coisa. Ou um curso de fazer bolo, um curso de alguma coisa boa” (E009G3)

Algumas mulheres também fazem uma leitura política de que este trabalho depende de recursos governamentais e para isso é preciso vontade política para ele acontecer, algumas estão desacreditadas na políticas e outras ainda acreditam que pode acontecer uma mudanças, infelizmente as entrevistas foram todas feitas antes das eleições e ainda havia uma esperança de mudança do governo atual, mas agora com a eleição de um governo ultra conservador todas estas políticas estão ameaçadas de desaparecer.

“E assim, com fé em Deus vai mudar de Governo e as coisas vai melhorar pra nós, tanto pra vocês quanto pra nós. Que vocês não podem trazer coisa pro campo sem arrumar lá afora, não tem como trazer o negócio para nós se não tem como buscar, não tem recurso em outro canto. Vai levar o recurso pra tal município, mas se não tem onde buscar... Então tem de melhorar pra vocês pra melhorar pra nós. Com fé em Deus vai dar tudo certo. Nós correr o mundo...”(E010G2).

“Agora que eu acho assim, que o governo podia ajudar mais vocês a ter mais técnicos para explorar melhor a agricultura. Era o governo ajudar mais vocês lá com verba, com tudo, pra a gente ter mais coisa no sítio diferente”(E002G3).

Talvez este trabalho tenha um valor muito simbólico de registrar os avanços e desafios que foram alcançados a partir do financiamento de uma política pública para a agricultura familiar no semiárido brasileiro, mas a partir de 2019 com a eleição do novo governo de extrema direita, racista, fascista e misógino, seja muito difícil avançar na direção da garantia dos direitos dos povos do campo sobretudo as mulheres e as populações mais marginadas, talvez este trabalho possa servir de registro deste momento que vivemos nos últimos 15 anos, com muitos desafios é verdade, mas sempre tivemos a capacidade de acreditar que num sistema democrático de direito teríamos a liberdade para questionar, incidir e mudar as estruturas, agora sabemos que os tempos são outros e isto pode custar muito caro as organizações da sociedade civil no Brasil que lutam pela garantia dos direitos humanos.

6. Conclusões

Com os resultados analisados a partir das entrevistas de campo, podemos concluir que se cumpre os objetivos traçados por esta investigação, muito embora podemos correr o risco de cair em alguma abstração, e seria necessário fazer outras investigações complementares para ter respostas mais completas sobre o conjunto do trabalho, no entanto avalio que temos resultados bastante robustos do conjunto da investigação.

No primeiro objetivo que queríamos basicamente perceber mudanças relacionadas a equidade de gênero na vida das mulheres agricultoras que foram público da escola feminista, de forma geral as principais mudanças mais profundas na vida de todas as foi o auto reconhecimento destas mulheres de seus "sujeitos femininos", percebendo o quanto sofriam opressão de seus maridos, ou mesmo que sofreram em algum momento da vida, também perceber aspectos da divisão sexual do trabalho em suas vidas, até então naturalizados. Isto é, participar da escola feminista marcar este reconhecimento delas próprias como mulheres rurais e como sujeitos de sua própria história e não mais naturalizando a condição de mulher dona de casa e mãe construída pelas relações sociais de gênero na sociedade.

Neste aspecto mudanças simples como pedir ao marido para lavar seu próprio prato, embora não pareça grande coisa, para muitas delas foram grandes mudanças, porque fizeram elas perceber que podem dialogar e romper barreiras já muito consolidadas construindo relações mais igualitárias em suas casas .

De forma geral percebi que as mulheres mais velhas reagem de forma diferentes a temas como violência doméstica e igualdade de gênero, é como se houvesse uma barreira maior para a compreensão de temas que as mulheres mais jovens se empoderam mais. Isto está relacionado a construção histórica e social pela qual estas mulheres foram expostas durante toda a vida.

Sobre o tema de violência doméstica, muito embora esta pergunta não estava no roteiro, mas ao ser perguntadas sobre a escola feminista, este era um

dos primeiros temas a serem relatados e saiu em absolutamente todos as entrevistas, uns de forma mais explícita e outros menos, mas sobretudo violência psicológica, moral e patrimonial. O que nos leva a pensar da necessidade de criar mecanismos comunitário de denúncia e proteção as mulheres, feito por redes de proteção delas próprias e também de forma geral percebemos que esta vida de opressão adocece as mulheres e muitas relataram problemas com depressão antes de começarem a escola feminista.

Nenhuma das mulheres está organizada em grupos de mulheres e suas comunidades, mas ao mesmo tempo reconhecem como foi bom poder ter encontrado outras mulheres na escola feminista e que este foi o espaço de auto organização delas, elas querem fazer este tipo de experiências(escola feminista) em suas comunidades com muitas outras mulheres que não puderam participar, então pensar a assessoria voltada sobretudo para o trabalho de mulheres focando a auto organização é algo fundamental no trabalho, porque para muitas destas mulheres esta foi a primeira vez que elas puderam falar de sua vida abertamente para outras mulheres, no entanto muitas delas ainda não se sentem empoderadas o suficiente para fazer isso.

No segundo objetivo houveram mudanças positivas sobretudo no campo da substituição dos insumos e das práticas agroecológicas, mas ainda precisaria num reforço maior no redesenho dos agroecossistemas, que percebemos que há também nas mulheres que vivem com seus maridos conflitos quanto a estes desenhos, ou seja não é tão simples fazer estas mudanças nas áreas de produção, no entanto nos hábitos alimentares houveram mais mudanças, porque é nesta área que prioritariamente a mulher está presente. Todas as mulheres possuem conhecimentos muito importantes para cura pela natureza através de plantas que elas mesmo manejam e isto parece um valor importante para o campo da saúde, claro que de forma direta reforçando a ideia dos cuidados sempre como tarefa das mulheres. Dois desafios são muito impeditivos no avanço do trabalho destas mulheres, eu diria que o primeiro é a água, ou a falta dela e o outro é a terra, ou seja elementos estruturais ainda necessários para o pleno desenvolvimento das mulheres.

No terceiro objetivo metade destas mulheres, acessam canais de comercialização tradicionais, sendo feiras, venda comunitária e atravessadores, ou seja é importante passar a acessar novos canais, mais também manter canais já estabelecidos são muito importantes para todas elas. Todas as mulheres tem uma renda extra para além da agricultura familiar e ficou claro o quanto é importante isto para as mulheres e o quão são importantes e valorosos para as mulheres programas como o bolsa famílias que é direcionado para as mulheres e geram autonomia econômica, mesmo com pouco dinheiro e também a aposentadoria rural especial para a agricultura familiar que dá um sentido de liberdade para as mulheres depois que completam 55 anos e podem se aposentar. Neste caso precisamos refletir da necessidade de investir em atividades com as mulheres para a geração de renda nos seus grupos de base.

E por último neste campo das recomendações são muito claras e já foram citadas acima mas destaco novamente cinco delas:

- Investimento nos grupos de mulheres para formação de outras mulheres nesta metodologia de escola feminista e também na auto organização delas em suas próprias comunidades;

- Apostar nas atividades de geração de renda para as mulheres ganharem autonomia econômica;

- Garantir que as mulheres sejam assessoradas por técnicas mulheres, pois muitas delas se sentem mais a vontade nesta relação, apesar de algumas mulheres acharem que muitas vezes não faz diferença ser assessoradas por homens ou mulheres, a maioria prefere ser assessoradas por mulheres;

- Garantir a presença de profissionais disponíveis nas atividades para ficarem com as crianças para que as mulheres possam participar das atividades e que as mulheres sejam estimuladas a trazerem seus filhos e que tenham conhecimento deste acompanhamento.

- Formação feminista continuada para homens e mulheres no Sabiá, em todos os setores, do campo ao administrativo, passando pela coordenação e assessorias, para que se incorpore todas as dimensões da agroecologia no desenvolvimento das ações institucionais.

7. Possibilidade de novas investigações

Ao fazer a pesquisa ao longo dos últimos meses fomos percebendo algumas outras linhas de pesquisa que poderiam ser desenvolvidas com esta mesma estratégia, esta investigação, ouviu mulheres agricultoras sobre sua avaliação dos elementos acima descritos, que teve sua importância pois escuta os sujeitos e neste caso o autor não foi “contaminado” por nenhuma avaliação mais técnica deste trabalho, por outro lado uma possibilidade seria ampliar agora esta escuta para as técnicas do Centro Sabiá, para entender o que elas incorporaram em sua assessoria com estas agricultoras para avaliar melhor se as mudanças ocorridas na vida das agricultoras, tem também influência da assessoria das técnicas ou apenas da escola feminista outra variável também seria escutar as mulheres do MMTR/NE que ministraram a escola feminista e coletar delas estas avaliações sobre este trabalho e talvez entender como ele se encaixa dentro da estrutura do MMTR-NE este tipo de trabalho com mulheres mais “desorganizadas”.

Outro aspecto também que chama atenção é que o objeto de estudo, gerou dentro da instituição um estímulo para que esta escola feminista fosse replicada em mais dois territórios no Sertão do Pajeú e na Zona da Mata Sul, justamente pela Casa da Mulher do Nordeste no Sertão do Pajeú e pelo Centro das Mulheres do Cabo na Zona da Mata Sul, justamente estas organizações que junto com o MMTR-NE forjaram a ideia da escola feminista nos anos 2000 e vieram trabalhando juntas mais de 10 anos quando em 2014 o MMTR-NE constrói sua própria metodologia baseado na ideia do feminismo rural feito pelas mulheres rurais, para as mulheres rurais. Então uma oportunidade de análise muito interessante era comparar a partir de uma avaliação com técnicas ou agricultoras as diferenças destes métodos aplicados, entendendo onde se diferenciam e onde se complementam.

8. Referências Bibliográficas

- Almeida, M. (2008). Feminismo e agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In *Assessoria técnica com mulheres: Uma abordagem feminista e agroecológica* (p. 160). Recife: Cadernos Feminista de Economia e Política.
- Almeida, V. (1995). *Ser mulher num mundo de homens* (2º ed). Serra Talhada: Universal.
- Altieri, M. a. (1989). *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Andrade, J. A., & Cordeiro Neto, J. R. (2016). Uma discussão sobre a possibilidade da criação institucional e sinergia entre Estado e sociedade: o caso do P1MC no Semiárido brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(spe), 551–568. <https://doi.org/10.1590/1679-395117191>
- Andrade, M. C. (2005). *A terra e o homem no Nordeste - Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste* (5º ed). São Paulo: Cortez.
- Articulação Nacional de Agroecologia, A. (2014). *Carta Política III Encontro Nacional de Agroecologia*. Juazeiro da Bahia. Recuperado de <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-iii-ena.pdf>
- ASA, A. S. B.-. (2017). Articulação Semiárido Brasileiro - ASA. Recuperado 15 de novembro de 2018, de www.asabrasil.org.br
- Brasil. (2004a). Programa Bolsa Família — MINISTÉRIO DO Desenvolvimento Social. Recuperado 10 de novembro de 2018, de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>
- Brasil, M. do D. A. (2004b). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília. Recuperado de http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf
- Brasil, M. do D. A. (2014). Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista. Brasília. <https://doi.org/10.1192/bjp.205.1.76a>
- Bueno, S., & Martins Juliana. (2018). Nada a comemorar | Monitor da Violência | G1. Recuperado 3 de novembro de 2018, de <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/nada-a-comemorar.ghtml>
- Campos, J. N. B. (2014). Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, 28(82), 65–88. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>
- Caporal, F. R. (1998). *La Extensión Agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Río Grande do Sul, Brasil. Una aproximación histórico crítica a la evolución y enfoque teóricos del*

extensionismo rural y contribuciones para el paso del parad. Universidad de Córdoba.

- Caporal, F. R. (2014). Extensão Rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In *Políticas Agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas* (p. 273). Brasília: IPEA.
- Ciapo. (2013). *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO*. Brasília.
- Ernesto Méndez, V., Bacon, C. M., & Cohen, R. (2013). Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems*.
<https://doi.org/10.1080/10440046.2012.736926>
- Ferreira, A. P. L. (2015). *Aproximação entre as perspectivas feminista e agroecológica potencializando processos de empoderamento das mulheres rurais brasileiras , a partir do território do Pajeú , Sertão de Pernambuco . Por : Ana Paula Lopes Ferreira*.
- Ferreira, A. P. L., & Mattos, Luis C. (2016). Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia, 38–43.
- Ferreira, M. (2011). Feminismos no nordeste brasileiro : Histórias , memórias e práticas políticas, 145–160.
- Foucault, M. (2008). *Microfísica do Poder* (28ª). São Paulo: Paz e Terra.
Recuperado de
https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf
- Freire, P. (1983). *Extensao ou comunicacao?* (8º ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gliessman, S. R. (1998). *Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture*. Sleeping Bear Press.
- Gliessman, S. R. (2006). *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems* (2º ed). CRC Press.
- Gliessman, S. R. (2014). *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems* (3º ed). CRC Press.
- Gonzalez de Molina, M. (2013). Agroecology and politics. how to get sustainability? about the Necessity for a political agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*.
<https://doi.org/10.1080/10440046.2012.705810>
- Hecht, S. B. (1993, agosto). A Evolução do pensamento agroecológico. *CLADES - Agroecologia e Desenvolvimento*, 4–20. Recuperado de <https://niarural.files.wordpress.com/2011/09/a-evoluc3a7c3a3o-do-pensamento-agroecolc3b3gico.pdf>

- Kailo, K. (2015). Del patriarcado como sistema alquímico a la alternativa: el imaginario del don. In P. Valdez (Org.), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar* (1º ed, p. 396).
- Lira, S. M. de. (2016). *Muito além da feira da sulanca, a produção de confecção no Agreste/PE* (1º ed). Caruaru: UFPE.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5º ed). São Paulo: Editora. Recuperado de www.atlasnet.com.br
- Medeiros, R., & Oliveira, M. (2008). A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo centro feminista 8 de Março. In *Assessoria técnica com mulheres: Uma abordagem feminista e agroecológica* (p. 160). Recife: Cadernos Feminista de Economia e Política.
- Medeiros, S. de S., Cavalcante, A. de M. B., Marin, A. M. P., Tinôco, L. B. de M., Salcedo, I. H., & Pinto, T. ferreira. (2012). *Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro*. Instituto Nacional do Semiárido. Campina Grande.
- Minayo, M. C. de S. (2002). *Pesquisa Social : teoria, método e criatividade*. Editora Vozes. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- MMTR-NE, M. da M. T. R. do N. (2018). Escola de Educadoras Feministas. Caruaru: MMTR-NE. Recuperado de <http://www.mmtrne.org.br/escola-feminista.php>
- Monteiro, G. A., & Santana, M. V. (2017). *A Escola feminista: Uma experiência de pedagogia feminista rural no Nordeste do Brasil* (Vol. 3322). Recuperado de www.enlacandosexualidades.com.br
- Nacional, C. (2017). Lei Maria Da Penha. *Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Navarro Yáñez, C. J., & Ramírez Pérez, A. (2001). Los métodos de investigación en ciencias sociales. Lentes sociológicas ¿Cómo ven y analizan la sociedad las sociólogas y los sociólogos? *Introducción a lo social*, 43–81.
- Neri, M. C. (2012). *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. (FGV, Org.). Brasília.
- Nobre, A. C., Souza, E., & Almeida, M. (2008). Unidades agroecológicas de mulheres: empoderamento a partir da gestão. In *Assessoria técnica com mulheres: Uma abordagem feminista e agroecológica* (p. 160). Recife: Cadernos Feminista de Economia e Política.
- Nobre, M. P., Miguel, M. M., Moreno, R., & Freitas, tais V. (2014). *Economia*

- feminista e soberania alimentar. Avanços e desafios.* (Oxfam, Org.).
Sempre Viva Organização feminista.
- Oliveira Silva, C. de A. (2018). *Comunicação para o desenvolvimento da articulação semiárido brasileiro(ASA): Análise de representações sociais sobre mulheres no boletim candeeiro*. Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Pacheco, M. E. L. (1997). Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. *Revista Proposta FASE*, 71, 30–38.
- Paulilo, M. I. (2016). *Mulheres Rurais: Quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Pérez Neira, D., & Soler Montiel, M. (2013). Agroecología Y Ecofeminismo Para Descolonizar Y Despatriarcalizar La Alimentación Globalizada. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 8(1), 95–113. Recuperado de <http://pensamientopolitico.org/Descargas/RIPP08095113.pdf> <http://rabi-da.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/8231/Agroecologia.pdf?sequence=2>
- Pernambuco. (2013). *Educação , Trabalho Decente e Desenvolvimento Regional População Pernambuco*. Recife.
- Petersen, P. F., & Silveira, L. M. (2016). Lucha por la emancipación en el semiárido brasileño. Las políticas públicas y las luchas por la emancipación de la agricultura familiar: reflexiones desde la región semiárida de Brasil. *Leisa Revista de Agroecología*, 66–77. Recuperado de <http://leisa-al.org/web/index.php/volumen-edicion-especial/2150-la-contribucion-de-la-agroecologia-a-los-objetivos-de-desarrollo-sostenible>
- Petersen, P. F., & Silveira, L. M. (2017). Agroecology, public policies and labor-driven intensification: Alternative development trajectories in the brazilian semi-arid region. *Sustainability (Switzerland)*.
<https://doi.org/10.3390/su9040535>
- Petersen, P., Mussoi, E. M., & Soglio, F. D. (2013). Institucionalización Del Enfoque Agroecológico En Brasil: Avances Y Desafíos. *Agroecología*, 8(2), 73–79.
- Puleo, A. H. (2017). Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento. La crítica al sesgo andro-antropocéntrico. *Daimon. Revista Internacional de Filosofía, Suplemento*, 41–54.
- Scott, J. (1989). *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan Scott.pdf
- Sevilla Guzmán, E. (2006). *De la sociología rural a la agroecología*. Recuperado de http://books.google.com.co/books/about/De_la_sociología_rural_a_la_agro

ecolog.html?id=E8fQge42ndoC&pgis=1

- Siliprandi, E. (2005). *A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: para que, para quem, como?* Brasília.
- Siliprandi, E. (2015). Una mirada ecofeminista sobre las luchas por la sostenibilidad en el mundo rural. In P. Valdez (Org.), *Ecología y género en diálogo interdisciplinar* (1º ed, p. 396).
- Siliprandi, E. (2016). *Mulheres e agroecologia* (1º ed). Florianópolis.
- Silva, C. (2008). Mulheres e agroecologia: desafios políticos e pedagógicos. In *Assessoria técnica com mulheres: Uma abordagem feminista e agroecológica* (p. 160). Recife: Cadernos Feminista de Economia e Política.
- Silva, A. D. da. (2011). Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In Bagaço (Org.), *Agroecologia e Movimentos Sociais* (p. 39–68). Recife.
- Silva Garcia, F. (2015). *metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão*. Recuperado de <http://www.uniesp.edu.br/fnsa/revista>
- Silva, M. de S., & Oliveira, M. L. L. (2008). A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica com agricultoras d a região Cariri paraibano. In *Assessoria técnica com mulheres: Uma abordagem feminista e agroecológica* (p. 160). Recife: Cadernos Feminista de Economia e Política.
- Soler Montiel, M., & Pérez Neira, D. (2013). Canales cortos de comercialización alimentaria en la construcción de sistemas agroalimentarios alternativos. In M. Cuéllar Padilla, Á. Calle Collado, & D. Gallar (Orgs.), *Procesos hacia la soberanía alimentaria: Perspectivas y prácticas desde la agroecología política* (p. 179). Barcelona: Icaria Antrazyt.
- Toledo, V. M. (1993). La racionalidad ecológica de la producción campesina. In *Ecología, Campesinado e Historia* (p. 429). Madrid: La Piqueta.
- Vieira, I. de A. (2017). *“A Estrada da Sabedoria”: a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do Nordeste (MMTR/NE)*. Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330845/1/Vieira_las_mimDeAraujo_M.pdf
- Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agron. Sustain. Dev.* <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>

9. Anexos

9.1 Guia de Entrevistas

GUIA DE ENTREVISTAS

Perguntas para quebrar o gelo:

1. Quanto tempo mora na comunidade? 2. Qual seu estado civil? 3. Tem filhos? Qual a idade deles? 4. Quantas pessoas moram em casa? 5. Alguém da família precisa de cuidados especiais(idosos, enfermos)? 6. Como é a vida na comunidade? 7.Qual o tamanho da terra que trabalha? é sua? 8. Qual o grau de escolaridade? 9. Qual a principal ocupação?

Bloco das Perguntas

1. O que mudou na sua vida depois de você participar da Escola Feminista? O que você mais gostou? O que não gostou? Porque você quis participar?
2. Você teve alguma dificuldade de participar das atividades da escola Feminista? Porque? Como você superou?
3. Você participa de algum grupo organizado ? Qual? Como é sua participação?
4. Como era seu trabalho antes de receber Assessoria Técnica pelo Centro Sabiá? E agora como está? Teve mudanças? Quais foram?
5. Como você maneja a terra antes do plantio? Quando aparecem pragas como resolve?
- 6.O que você destacaria que mudou depois das ações de convivência com o semiárido* feitas pela ASA(Articulação Semiárido Brasileiro) através do Sabiá? Porque?
7. Houve alguma mudança no consumo dos alimentos e nos hábitos alimentares na sua casa depois da assessoria Técnica pelo Centro Sabiá? Como era? e agora como está?

8. Quantas pessoas são responsáveis pela preparação dos alimentos? Quem são?
9. Você cultiva Plantas medicinais? Quais? Quem cultiva? Para quê problemas de saúde?
10. Você enfrentou resistência por parte de alguém de sua família para implementar alguma destas mudanças? De quem? Por quê?
11. O que você acha que o Sabiá deveria melhorar no trabalho com a produção e consumo junto com as mulheres?
12. Houve mudança na comercialização dos produtos? Quais? Melhorou sua renda?
13. Como é feita a comercialização dos produtos? Quem vende? Quem fica com o dinheiro? Como gasta?

14. Como você se sente participando da comercialização de seus produtos?
15. A partir desta experiência vivida, o que você recomendaria de mudanças ao centro Sabiá no trabalho de ATER específico para mulheres?
16. Tem alguma coisa a dizer sobre nossa entrevista? Ou o quer falar alguma coisa que não conversamos aqui?

9.2 Termos de consentimento livre e esclarecido

Universidade Internacional de Andaluzia

Mastér Oficial em Agroecologia: Um Enfoque para a Sustentabilidade Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento a Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada **“Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: a experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco”**, integrante do Mastér Oficial em Agroecologia: Um Enfoque para a Sustentabilidade Rural, da Universidade Internacional de Andaluzia. A referida pesquisa tem como objetivo **principal** Compreender os processos de transformação na vida de mulheres agricultoras do Agreste de Pernambuco que integraram a “Escola Feminista” na Chamada Pública de ATER Agroecologia, executada pelo Centro Sabiá entre 2014 e 2017 e será realizada por **Carlos Magno de Medeiros Moraes**, estudante do referido Mastér.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, com utilização de recurso de gravação, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes e participantes da pesquisa, se assim desejarem. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participei, sabendo ainda que não serei remunerada por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via para cada uma.

Recife, PE, de de 2018.

Assinatura da participante

Assinatura do pesquisador

9.3 Programas de Formação da Escola Feminista



Escola Feministas

Módulo I - Acolhimento e História do Brasil

Hora	Conteúdo	Objetivo	Metodologia	Recursos
09:00	Dinâmica Acolhimento e Integração	<i>Boas vindas e iniciar integração do grupo.</i>	- Musica “ Olé Marie” Fala de boas vindas e breve explicação sobre a escola e programação.	- Folha cântico e papel 40 com programação.
09:20 09:30	Descolonizando nossas histórias	Descolonizar a partir das nossas histórias. -“ Quais são minhas identidades? ”	- Desenho com a pergunta motivadora: Apresentação de cada participante a partir dos desenhos Escrever as identidades em tarjetas e colar na parede Breve reflexão de quais identidades surgiram durante a apresentação.	- Lápis hidrocor - Folhas de ofício - Fita adesiva - Tarjetas
10:00 10:15	Minha história e a história das mulheres	- Meditação guiada para o grupo voltar ao passado. - Quais são os meus sonhos? -Tenho conseguido realizá-los? -Quais as vezes em minha vida que fiz atos de resistência e quando não consegui fazer? - Quais os sonhos da minha mãe? Ela conseguiu realizá-los? Quais os exemplos de resistência na vida dela e quando ela não conseguiu resistir?	- Meditação guiada para o grupo voltar ao passado. Cada participante em silêncio, refletirá sobre: - o grupo é convidado a andarem em círculo. A facilitadora vai fazendo as perguntas com pequenos intervalos. Reflexão: O que temos em comum? O que foi diferente nas nossas vidas? Como nossas histórias parecem com as das companheiras? Conversa em coletivo sobre nossas histórias e	- Musica para reflexão (computador e caixas de som)



			histórias das mulheres da nossa família.	
11:45	Proposta política pedagógica do MMTR-NE	Apresentar proposta da escola	Breve apresentação da Escola de Educadoras Feministas (slides)	Computador e data show Pen drive com o material.
12:30	Almoço			
13:30	- A invasão do Brasil – Qual a história que nos contaram e o que aconteceu durante a chegada de Portugal?	Descrever aqui o contexto, os interesses econômicos das expedições marítimas, o genocídio indígena. Falarsobre a diversidade dos povos indígenas, culturas, línguas, práticas. Exibição do vídeo: Brasil Xingu Tribo Belo Monte	Trabalhar com imagens (slides) Textos sugeridos da apostila para auto-estudo – facilitadora.	-Computador e data show -Pen drive com o material - Extensão - Adaptadores
14:00		Proporcionar reflexão coletiva	- Debate	
15:30		Estimular mística para memória ancestrais	Em círculo (se possível numa área externa), escutaremos canções indígenas de diferentes etnias brasileiras e depois falaremos sobre o que descobrimos durante o dia e encerraremos com uma prece ou fala de homenagem às nossas ancestrais	pen drive Musicas e som
16:00	Construindo nossa identidade	- Compromisso de fazer a multiplicação da escola, entre outros. -Construção de acordo coletivo - Compromisso com as oficinas, continuidade dos módulos	Tirar datas dos próximos módulos.	



		- Escolher nome da turma - Homenagear as mulheres lutadoras		
17:00	Encerramento do dia			
	Proposta cultural			

2º dia

Hora	Conteúdo	Objetivo	Metodologia	Recursos
08:00	Acolhimento	Iniciar dia dispostas	Dinâmica de alongamento	
08:10	Exercício de teatro do oprimido	Para 'desmecanizar' a mente.	<u>Descrição do exercício de teatro:</u> O objetivo é tirar a nossa mente do pensamento mecânico, ouvindo uma palavra e dizendo outra. Logo, a facilitadora escolhe uma palavra e uma palavra 'contrária' (as duplas de palavras serão Não e Sim; Joana e Luísa; Mel e Pão). Quando a facilitadora fala: Pão, pão, pão, o grupo responde: mel, mel, mel. E por aí vai: sim, sim, sim vira não, não, não. Depois vai ficando mais difícil: Joana, pão, sim – vira Luísa, mel, não...	
08:30	A colonização do Brasil: Qual a história que nos contaram e o que realmente aconteceu durante a colonização?	Descrever contexto, interesses econômicos europeus, o seqüestro que fizeram dos povos africanos, o tráfico das pessoas escravizadas.	Trabalhar com imagens (slides), principalmente a da casa grande e senzala. Ali, naquele local, onde estão as mulheres brancas? E as negras? E os homens brancos? E os homens negros? Como eram suas vidas? Onde estão agora, na nossa sociedade, essas mesmas pessoas? Como são suas vidas agora?	Computador e data show Pen drive com o material
9:30	Exibição do vídeo "Vista Minha Pele."		Breve debate.	Computador e data show Pen drive com o material
10:00	Entendendo as opressões	Desconstruir as opressões	Exercício para construir coletivamente (com cartolina e hidrocor) um boneco com o perfil de todas as identidades privilegiadas (homem, branco, rico, cristão, heterossexual, com escolaridade	Cartolina e hidrocor



			formal, sem deficiências...). Quais dessas identidades têm a ver com as nossas vidas e quais não?	
12:30	Almoço			
13:30	O mito da igualdade racial no Brasil:	Onde vivem e onde guardamos o preconceito? Como é a divulgação do padrão de beleza eurocêntrico? Como a mídia representa as mulheres negras?	Exercício com revistas de moda para identificar as representações do racismo; trabalho em grupo e apresentação	Revistas, tesouras, cola e papel 40 e fita adesiva
14:30	Desconstruir padrões de beleza .	Exibição do filme Transition (sobre transição do cabelo alisado para o cabelo natural) ou Cabelo Duro	Breve debate	Computador e data show Pen drive e DVD com o material
15:30	De volta às raízes:	Conversar sobre a importância de resgatar nossa cultura e auto-estima..	Cantar e dançar juntas músicas da cultura popular: Aurinha do Coco, Lia de Itamaracá. Sugestão pro Maranhão: Tambor de Crioula e para SE o Reisado. Cada estado vê sua cultura local.	Selecionar música
16:00	Avaliação do encontro	Avaliação como processo de aprendizado	Perguntas : escrever as em tarjetas . Que bom? Que pena? Que tal?	
16:30	Mística Encerramento	Encerrar de forma animada	Abraço coletivo	



Escola Feminista – MMTR-NE e o Centro Sabiá
Módulo II - Economia Feminista e Agroecologia

1º dia

Conteúdo	Hora	Metodologia	Recursos
Dinâmica de Acolhimento e Integração	09:00	* Dinâmica de acolhimento – com a musica “O poder” (cumadre florzinha) * Exposição dos produtos e auto-apresentação	- Folha cântico Trazer produtos
Relembrando o Módulo I	09:20	*Construção do acordo de convivência *Solicitar das alunas que façam a memória do que viram no primeiro módulo – Qual foi o tema; O que estudamos? O que concluímos? Dinâmica da teia de barbante	- Lápis hidrocor - Folhas de ofício - Fita adesiva - Tarjetas - Papel 40 Computador e data show
Trabalho de mercado e trabalho domestico e de cuidado: a lógica da vida e do mercado.	9:40	*Pergunta motivadora: o que entendemos por trabalho? O que entendemos por capital? Onde se dar cada trabalho? Debate Plenária reflexão sobre as respostas	(ou tv com DVD Pen drive e DVD com o material.
Lanche	10:30		- Extensão - Adaptadores Barbante
Retorno	10:45	Dinâmica:	
Como capitalismo organiza economia (divisão social por classe, sexo e raça) Construção histórica - Público x privado	11:00	*Fazer a debate com imagens slides *Apresentação do Vídeo “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”	slides com fotos e textos



- Divisão sexual do trabalho			
Almoço	12:00		
Retorno	13:30	* Pensar uma dinâmica	
A economia feminista: que é isso?	13:45	*Trabalho em 4 grupos: texto da apostila.	
Lanche	15:00		
*Apresentação dos grupos Debate	15:45	Apresentações de forma de teatro. *Trabalho individual: construção do relógio do tempo.	
Encerramento do dia	16:00	Mística de Encerramento	

2º DIA

CONTEÚDO	HORA	METODOLOGIA	RECURSOS
Acolhimento	08:30	Energização dos corpos (divisão em quatro com quatro)	
Questão do tempo: as mulheres analisam seu tempo?		*Debate: como capitalismo lucra com o tempo das mulheres. Vídeo ONUBrasil "O sonho impossível?"	



Relembrar dia anterior Sustentabilidade da vida: Corpo é território do ser.	08:50	Solicitar das mulheres que relembrem o dia anterior para facilitar a memorização dos temas trabalhados.	Computador e data show (ou TV com DVD) Pen drive e DVD com o material Cartolina e hidrocor Revistas , tesouras , cola e papel 40 e fita adesiva
	09:00	*Desenho do corpo em grupo. *Eu só existo dentro de corpo: O que esse corpo precisa para uma vida saudável? Quais são os direitos humanos das mulheres? Debate Música: Nazaré Flor – Mulher e Produção	
Lanche	10:00	Retorno com uma música ou dinâmica	
Mulheres e a agroecologia “sem feminismo não há agroecologia.	10: 20	Para nós o que é agroecologia?	
Modo de vida camponesa e soberania alimentar	10:40	Modelo de desenvolvimento e o agronegócio ou agronegocinho (agrotóxicos e transgênicos) Agroecologia e defesa dos territórios como espaço de reprodução da vida. Reflexo da sociedade patriarcal na agricultura e o protagonismo das mulheres. Vídeo “ 3 mitos sobre Agroecologia”	
Almoço	12:00		
Retorno com uma dinâmica	13:30		
Mulheres e agroecologia		Apresentação do vídeo mulheres e agroecologia	



Papel das políticas pública: Quais conhecemos? O que são políticas públicas? Quais são as políticas públicas existentes para as mulheres? Quais são as políticas públicas para as mulheres rurais?	13:45	Chuva de ideias - avanços e retrocessos – apresentação em slides	
Reforma da Previdência		O que implica na vida das mulheres a reforma da Previdência? Especialmente na vida das mulheres rurais?	
Lanche	15:00		
Avaliação	15:15	Avaliar em grupo: O tempo, conteúdo, material, alimentação, facilitadoras, espaço e novas sugestões.	
Encerramento	16:00	Mística Encerramento	



Escola Feminista – MMTR-NE e o Centro Sabiá

Módulo III – Violência Contra as Mulheres

1º dia

Hora	Atividade	Metodologia	Recursos
09:00	Mística de acolhimento e preparação para o módulo	Com água aromática cada uma molha as mãos na água e faz um carinho na companheira em silêncio só com gestos e olhares e quem recebeu repetir com as demais.	Água aromatizada com essência, incenso e música
09:30	Memória do módulo anterior	*Solicitar às mulheres que façam a memória do que viram no primeiro módulo: - Quais foram os temas trabalhados? - Os conteúdos abordados? - Quais foram as tarefas? - O que concluímos?	- papel madeira e - tarjetas - pincel - fita adesiva
09:45	Dinâmica invertendo os papéis.	Em dupla no cochicho falar um pouco de si para a outra contar um pouco o que cada uma faz no seu dia a dia. Na plenária trocar os papéis se apresentar como se fosse à outra.	
10:00	Dinâmica da cega e condutora	Formar dupla onde uma será a cega e a outra será a condutora. Depois inverter. Reflexão e debate	- Vendas para os olhos
11:00	Introdução de violência	O que é violência contra a mulher? - Onde acontece? - Porque ela acontece? - Como ela se matem? - Femicídio – O que é? - Vídeo mapa da violência	- notebook - Reprojetor - caixas de som
12:00	Almoço		



13:00	Dinâmica Corredor das emoções	Formar duas fileiras criando um corredor e cada uma irá passar por esse corredor de olhos vendados sentido o carinho e afeto das companheiras e ouvido palavras de incentivo e amor. O final fazer um debate e reflexão do momento	Utilizar as vendas
14:00	Violência contra mulher debate pelos movimentos mulheres e Convenção de Belém	*Vídeo 13° Encontro de Mulheres do Sertão Central (15) *Marcha Mundial das Mulheres Perguntas motivadoras sobre os vídeos: - Quais as estratégias trazidas pelas mulheres? - Quais as principais violências trazidas? - Quais estratégias discutidas na convenção? - Quais encaminhamentos? Trazer para as mulheres o que foi Convenção de Belém.	
15:30	Intervalo		
	Dramatizações Trabalho em grupo	Divisão em 02 grupos – 30 min - Uma situação de violência vivenciada pelas mulheres - Um grupo de mulheres buscando estratégias para o enfrentamento a violência; Apresentação dos grupos	
16: 00	Encerramento do dia		



2º dia

Hora	Atividade	Metodologia	Recursos
08:30	Mística de acolhida do dia CIRANDA DE MASSAGEM	Em círculo formar duplas, uma venda os olhos e deita no meio do círculo enquanto a outra irá fazer em silêncio massagem formando uma ciranda, em seguida troca de papeis.	Música Incenso Vendas
09:30	Apresentações dos grupos e debate	Cada grupo irá apresentar o resultado do trabalho em feito nos grupos	
10:30	Intervalo		
10:45	O que é violência Doméstica e Familiar	Conceito de violência doméstica Principais formas de violência praticadas contra a mulher	
	Características da violência	Por que as mulheres ficam em silêncio? Características encontradas numa situação de violência doméstica Características encontradas numa situação de violência doméstica Perfil do agressor Perfil das vítimas O contínuo da violência doméstica O ciclo da violência doméstica	
11:45	Lei Maria da Penha	O que antecede? Qual o objetivo? Como funciona? Quais os benefícios? Vídeo Maria da Penha	- notebook -Data show
12:30	Almoço		
13:30	Rede de enfrentamento a Violência contra a Mulher	- Planos e pactos - O que é? - Quem faz parte? - Como acessar? - Como denunciar?	



		- Quais os telefones? - Como está hoje?	
14:30	Central de Atendimento 180	Vídeo da campanha do 180	
	Situação no Mundo e no Brasil	*Trazer os vídeos dos relatos	
15:20	Próximos passos – Trabalho em grupo Plenária	O que faremos com esses conhecimentos para mudar essa realidade local? - Chuva de ideias	- papel madeira e - tarjetas - pincel - fita adesiva
15:40	Avaliação da oficina	Em grupos	
17:00	Mística Encerramento	Dança da vida – (erro, aprender com o erro, avançar na vida, recomeçar)	



Escola Feminista – MMTR-NE e o Centro Sabiá

Módulo IV – Feminismo Rural e auto-organização das mulheres

1º dia

Conteúdo	Metodologia	Recursos
Café da manhã		
Dinâmica de Acolhimento Introduzindo Gênero	*Dinâmica de acolhimento: - Formar uma ciranda – fitas coloridas - Preparar o ambiente com música e várias fitas de crepom coloridas - Pergunta motivadora: O que é ser mulher?	- Folhas de papel crepom coloridas
Compreendendo Gênero: - O que - O que é gênero? - Definição dos papéis (Mulher e homem)	- Perguntas geradoras: chuvas ideias – 30 min - Divisão em dois grupos: desenhar dos corpos de um homem e uma mulher (colocar em tarjetas o que é papel década um) – 20 min - Vídeo – A menina espantalho	
Retrospectiva da Vida: Meu eu mulher rural. Meu eu feminista. Conhecendo e Desconstruindo as artimanhas do Patriarcado para Construir o feminismo.	*Cada uma faz uma retrospectiva da sua vida, onde lembrará como foi sua infância, sua adolescência e como é sua vida adulta. Levando em consideração as seguintes perguntas orientadoras: 10 min (colocar uma música e solicitar que as mulheres fique de forma confortável) - Como era tratada? Havia diferença entre o tratamento que me davam do que davam para os homens da família? - Quais identidades eu me reconheço/identifico? - Eu e todas as mulheres temos direitos? A partir de quando comecei a perceber isto? - Quando e como comecei aplicar em minha vida? - O que mudou com o feminismo? - O que não conseguir mudar? - Em que espaço me encontro? No público ou no privado? No rural ou no urbano? *Apresentação - 3 a 4 min cada mulher	- Folhas de ofícios - Fita adesiva - Tarjetas - Papel 40 ou madeira - Computador e data show (ou tv com DVD) - Pen drive ou DVD com o material. - Extensão - Adaptadores - slides com fotos e textos



	<ul style="list-style-type: none">- Isto será apresentado com narrativas escritas e com arte, através de desenhos, colagens, etc.- Depois, todas se reúnem para lerem e discutirem suas histórias. Este momento é muito importante para valorizar a história de cada uma, evidenciando suas capacidades, suas potencialidades. Isto é o resgate de algo precioso que não é dado seu devido valor.- Precisa ter um bom tempo, para que todas assimilem sua importância, como pessoa, para a transformação do coletivo.	
Auto-organização das mulheres rurais	<ul style="list-style-type: none">*Chuva de ideias: 10 min<ul style="list-style-type: none">- O que é auto-organização?- Porque é importante a auto-organização?- Porque é importante a organização das mulheres?OBS: Tomar nota dos conceitos e passar o vídeo*Vídeo: “Mulheres Rurais em Movimento” 40 min*Breve debate do vídeo – e voltar às respostas das mulheres da chuva de ideias.“Refletir sobre ideias trazidas na chuva”.	
Almoço		
Retorno	Retorno com uma música ou dinâmica	
Retorno Construção da noite cultural	Horário e noite cultural e distribuição de tarefas	
Auto-organização das mulheres rurais	<ul style="list-style-type: none">*Trabalho em grupos: Proposta de leitura do texto: Por que a auto-organização é importante para as mulheres rurais? 30 min*Debate -20 min	



✓ História do Feminismo no mundo e no Brasil ✓ Diversidades dos feminismos	*Trabalhar com imagens - Apresentação em power point: https://sanscompromisfeministeprogressiste.wordpress.com/2015/08/24/femmes-rebelles-95-photos-de-feministes-du-monde/ . *Vídeo da Escola Feminista – Feminismo: fala de Cristina Buarque (Disponível em DVD) 10 min *Momento de reflexões e discussões. - Qual diferença do feminismo no Brasil? - O que nos uni enquanto diferentes feminismos?	
Feminismo para auto-organização	Continuação	
Encerramento do dia	*Pensar uma mística de encerramento	

2º DIA

CONTEÚDO	METODOLOGIA	RECURSOS
Acolhimento	Dinâmica corredor das reflexões: Formar duas fileiras uma de frente pra outra e a facilitadora pedir para dar um passo a frente seguindo as perguntas: - Quem já sofreu violência mulher? Por ser negra? Por ser gorda? Trabalhadora rural? Pescadora? Po-bre? Nordestina? Analfabeta? Por ser Idosa? Por ser jovem? Por ser lésbica? Por ser mãe solteira? Por ser filha de mãe solteira? Se já foi impedida de ir há algum lugar por ser mulher?	
Auto-organização das mulheres rurais	*Trabalho em grupos: Proposta de leitura do texto: Por que a auto-organização é importante para as mulheres rurais? 30 min *Debate -20 min	



<p>Feminismo Rural: Conceituar a partir de nossas experiências.</p>	<p>*Exibição do curta: “As Sementes” 30 min Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=PFjvcX2S_wo</p> <p>*Debate – 10 min</p> <p>*Jogo rápido - Cochicho em dupla: 10 min</p> <ul style="list-style-type: none">- Que feminismo nós fazemos no MMTR-NE?- O MMTR-NE é um movimento feminista? Por quê?- O que diferencia e aproxima dos outros movimentos?- O que é o rural?- O que é ser mulher rural?- Ser rural tem diferença?- Como a sociedade vê as rurais? <p>*Trabalhos em grupos: Leitura do Texto – “Feminismo Rural” 20 min “Refletir sobre ideias trazidas no Cochicho”.</p>	
<p>Continuidade: Feminismo Rural: Conceituar a partir de nossas experiências.</p> <p>Avaliação do módulo e avaliação da Escola</p>	<p>*Plenária – apresentação dos trabalhos</p> <p>*Trabalhos em grupos: 30 min</p> <ul style="list-style-type: none">- O que entendemos por feminismo Rural? <p>*Debate –</p> <p>*Síntese final</p> <p>Avaliar em grupo: O tempo, os conteúdos, materiais, as facilitadoras, os espaços, a alimentação, e sugestões. 10 min</p> <p>*Debate - 10 min</p> <p>*Avaliação individual: Fazer um relato respondendo as seguintes perguntas: O que foi essa escola para mim? O que mudou em mim? O que farei com esses conhecimentos? (10 min) Pode também ser tarefa de casa no compromisso de mandar, se não der tempo.</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentar – Opcional	



PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO “MU-

LHERES RURAIS NA LUTA PELA AUTONOMIA”

DATA: 07 E 08 DE MARÇO DE 2016

LOCAL: Santuário das Comunidades – Caruaru-PE

1º dia

Hora	Atividade
10:00	Abertura – Mística de acolhimento e boas vindas
11:00	Palestra: Auto-organização econômica das mulheres. Facilitadoras: Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú Prof. Laetícia Jalil
12:30	Almoço
13:30	Retrospectiva da Escola: - O que vi? - O que aprendi?
15:30	Como nos mantermos organizadas. Palavras motivadoras. -Que sementes eu trago? -Como vamos fazer a planta AÇÃO ?
17:00	Oficinas de cartazes: - Elaboração de cartazes, faixas, materiais para o ato.
18:00	Encerramento do dia
19:30	Noite cultural: - Momento das homenageadas, entrega dos certificados. - Fala dos 30 anos do MMTR-NE

2º dia

Hora	Atividade
08:00	Ato público e exposição dos produtos: -
12:00	Almoço
14:00	Retorno para as comunidades.

AUTORIZACIÓN Y VISTO BUENO PARA PRESENTACIÓN DE TFM

Nombre del alumno: **Carlos Magno de Medeiros Morais**

Título del TFM: Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: A Experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco

Resumen

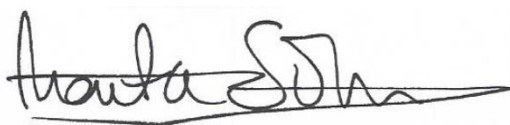
La presente investigación analiza los cambios en los hábitos y percepciones de las mujeres campesinas y rurales asesoradas por el Centro Sabiá (Pernambuco, Brasil) a partir de políticas de asistencia técnica y extensión rural. Dentro de este contexto, y a partir de metodologías de investigación cualitativa, se analiza los discursos de mujeres campesinas que asistieron a la “Escuela de Formación Feminista” comprender los cambios acaecidos sobre las equidad de género, la producción, el consumo y el acceso a los mercados desde un enfoque de agroecología feminista. Los resultados muestran como la Escuela feminista ayudó a coger conciencia sobre las desigualdades de género que sufren las mujeres, así como otros desafíos productivos y de comercialización. En el trabajo, además de cumplir dichos objetivos, se plantean nuevos interrogantes y líneas de investigación futura.

Palabras claves: mujeres rurales, agroecología, feminismo, equidad de género, extensión, análisis cualitativo

A la vista del texto final del TFM presentado por Carlos Magno de Medeiros Morais, con título “Mulheres Rurais, ATER e Agroecologia: A Experiência da Escola Feminista no Agreste de Pernambuco”, damos el visto bueno a su presentación y defensa ante el tribunal correspondiente al cumplir los criterios suficientes de calidad em su contenido y forma

Para que conste y surjan los efectos oportunos, firmamos en Sevilla y León a 26 de noviembre de 2018

Marta Soler Montiel



David Pérez Neira

